



GEOGRAFIA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO

Alexsandra Maria Vieira Muniz




Imprensa
Universitária
UFC


EDIÇÕES
UFC



GEOGRAFIA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO

**Presidente da República**

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação

Victor Godoy Veiga

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC****Reitor**

Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque

Vice-Reitor

Prof. José Glauco Lobo Filho

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Prof. Almir Bittencourt da Silva

**IMPRESA UNIVERSITÁRIA****Diretor**

Joaquim Melo de Albuquerque

CONSELHO EDITORIAL DA UFC**Presidente**

Prof. Paulo Elpídio de Menezes Neto

Conselheiros

Joaquim Melo de Albuquerque

José Edmar da Silva Ribeiro

Felipe Ferreira da Silva

Maria Pinheiro Pessoa de Andrade

Prof.ª Ana Fátima Carvalho Fernandes

Prof. Guilherme Diniz Irffi

Prof. Paulo Rogério Faustino Matos

Prof.ª Sueli Maria de Araújo Cavalcante

COLEÇÃO ESTUDOS GEOGRÁFICOS**Conselho Editorial****Presidente**

Prof. Eustógio Wanderley Correia Dantas

Conselheiros

Prof. Ana Fani Alessandri Carlos

Prof. Antônio Jeovah de Andrade Meireles

Prof. Christian Dennys Oliveira

Prof. Edson Vicente da Silva

Prof. Francisco Mendonça

Prof. Hérvé Théry

Prof. Jordi Serra i Raventos

Prof. José Borzacchiello da Silva

Prof. Jean-Pierre Peulvast

Prof.ª Maria Elisa Zanella

Alexandra Maria Vieira Muniz

GEOGRAFIA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO



Fortaleza
2022

Geografia da indústria têxtil e de confecção

Copyright © 2022 by Alexsandra Maria Vieira Muniz

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)
Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

Coordenação editorial

Ivanaldo Maciel de Lima

Revisão de texto

Alana Kercia Barros

Normalização bibliográfica

Marilzete Melo Nascimento

Programação visual

Victor Alencar / Frank Bezerra

Diagramação

Victor Alencar

Capa

Heron Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Imprensa Universitária – Universidade Federal do Ceará

M966g Muniz, Alexsandra Maria Vieira.
Geografia da indústria têxtil e de confecção [livro eletrônico] / Alexsandra Maria
Vieira Muniz. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2022.
11.440 kb : il. color. ; PDF

ISBN: 978-85-7485-394-9

1. Espaço urbano. 2. Indústria. 3. Reestruturação produtiva e espacial. I. Título.

CDD 910

Elaborada por: Marilzete Melo Nascimento – CRB 3/1135

A Deus, aos meus filhos, Rafael e Raquel, e ao meu esposo, Junior, meu muito obrigada, pois foram imprescindíveis nesta caminhada; sem essa base não teria sido possível chegar até aqui.

À Universidade Federal do Ceará, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e ao projeto (01/02/2018-31/10/2021) do Programa Capes/Funcap (processo 88887.165948/2018-00): Apoio às Estratégias de Cooperação Científica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC.

*“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.
O saber se aprende com mestres e livros.
A sabedoria, com o corriqueiro, com a vida e com os humildes.
O que importa na vida não é o ponto de partida, mas a caminhada.
Caminhando e semeando, sempre se terá o que colher.”*

Cora Coralina

PREFÁCIO

Sabe-se que a indústria têxtil confeccionista é uma das que mais empregam no país, sendo a segunda maior empregadora da indústria de transformação. Esse argumento de Alexandra Maria Vieira Muniz resultou no livro com o sugestivo título *Geografia da indústria têxtil e de confecção*. Trata-se de uma obra derivada da trama tecida com muitos fios, respondendo aos pressupostos teóricos construídos para entender a relação entre espaço e indústria no contexto da dinâmica metropolitana. O jogo de palavras do título mantém estreita relação desse setor com o processo de produção do espaço cearense e sua história econômica. Ponto por ponto vai sendo desatado, desvelando a expressão e representatividade da indústria têxtil e confeccionista. Com sólida base teórica, a autora explica a incorporação do confeccionista, formando um binômio de forte expressão. O texto de Alexandra prima por sua qualidade. A autora domina o tema e com conhecimento refinado trafega com facilidade entre campos balizadores da atividade industrial do estado. Para tecer suas considerações sobre o Ceará, discute os polos têxteis confeccionistas da Região de Americana/SP – setor têxtil; do Vale do Itajaí/SC – setores têxteis e de confecções; de Fortaleza/Ceará – setores têxteis e de confecções; do Sul de Minas Gerais – malharias; e da Região de Nova Friburgo/Rio de Janeiro – moda íntima e *lingerie*. Essa amplitude da pesquisa respalda a análise e qualifica o livro. As raízes históricas da atividade industrial inserem Fortaleza no circuito da produção de tecidos e fios, durante muito tempo, seu principal produto. Lembro a condição assumida no passado pelo Ceará como produtor de algodão em

larga escala, fato explicativo de sua inserção na divisão internacional do trabalho. Com sólida base teórica, Alexsandra discute a reestruturação produtiva na era da mundialização do capital, tornando o livro fundamental para explicar o que fora a incipiente indústria têxtil cearense da segunda metade do século XIX e a atual situação alçada numa escala que garante ao estado posição privilegiada no mercado nacional.

Confesso que o convite para prefaciar o livro me deixou muito orgulhoso e tenho meus motivos. Alexsandra é tenaz, excessivamente focada em tudo que faz. Pesquisadora séria e qualificada, é responsável pela formação de alunos sob sua orientação. Sagaz e inquieta, dedicou-se com afinco aos estudos assumidos agora em forma do livro posto à disposição do leitor. Munida de dados e informações colhidas de várias fontes, insere o setor têxtil cearense no contexto do movimento do capital mundializado. Um dos méritos do livro é oferecer, de forma concisa, uma boa atualização bibliográfica e discussão a partir de vários trabalhos de campo realizados, o que resultou em farto material de análise. Levando-se em consideração as conquistas das últimas décadas, o livro relaciona espaço e indústria à luz dos efeitos de diferentes correntes da economia, privilegiando o contexto da reestruturação produtiva. O novo na análise de Alexsandra é a forma como ela desenvolve o livro. Partindo da indústria têxtil, ela explica de forma detalhada como funciona o espaço industrial, refina a análise do papel da indústria na estruturação do espaço urbano, aprofundando a discussão sobre o papel do espaço para as empresas voltadas ao setor têxtil. Essas explicações constituem o cerne do livro. Como não poderia deixar de ser, a abordagem espacial urbana pautada em Fortaleza elege como base o chão de fábrica, estendendo-se à explicação das implicações de políticas voltadas ao desenvolvimento regional. É nessa perspectiva que a autora aborda o momento em que as indústrias têxteis extrapolam o município de Fortaleza e alcançam o espaço metropolitano. O processo industrial e suas implicações nas relações entre empresas e produção do espaço urbano são muito bem analisados. A migração de empresa do interior para a capital, sua realocação na tessitura do espaço urbano, os diferentes usos do solo revelam a dinâmica urbana no processo contínuo de produção e reprodução espacial. A autora acompanha a

temporalidade desses estabelecimentos e suas transformações, atualizando metodologicamente os estudos geográficos contemporâneos.

A leitura do livro *Geografia da indústria têxtil e de confecção* remete a Claude Manzagol, o reconhecido professor canadense especializado na discussão da geografia das indústrias. O famoso mestre partia do pressuposto de que o espaço humanizado resulta do acúmulo de decisões de localização que são múltiplas e interdependentes. Dizia também que entender sua estrutura e dinâmica não é coisa fácil. Alexandra segue os passos do velho e saudoso professor emérito do Departamento de Geografia da Universidade de Montreal quando ela afirma que a função industrial não é mais dominante no espaço urbano e nas economias das grandes metrópoles globais. Constata que essas metrópoles consolidam-se como cidades do terciário.

Mostra como a própria metrópole de Fortaleza não foge à regra e não se sustenta como cidade industrial. Mostra que a capital cearense também avança como cidade do terciário, em razão do crescimento do comércio e dos serviços, das atividades ligadas ao turismo, ao mercado imobiliário e ao agronegócio. Por outro lado, diz que a indústria continua como mola mestra, impulsionando os setores primário e terciário.

Devo dizer do respeito e da admiração que nutro pela autora. Dividimos o mesmo espaço de trabalho na Universidade Federal do Ceará. Acompanho seu empenho ao explicar detalhadamente os caminhos que seus alunos devem percorrer, escutando-os atenciosamente, discutindo e buscando direções. Tudo isso decorre de seu compromisso profissional e solidariedade acadêmica. Séria e sorridente simultaneamente, constrói seu mundo científico com sabedoria e simplicidade. Com novas sendas de pesquisas que estão sendo abertas, aprofunda, a cada dia, os pressupostos teóricos da reestruturação produtiva, incorporando o movimento do capital sob a ótica da inflexão neoliberal. Com essa bagagem, a qualidade do livro me surpreendeu positivamente, ultrapassando todas as expectativas.

Certo estou de que seu livro preenche uma lacuna na interpretação e análise do setor têxtil confeccionista no Ceará. Enfoca com muita propriedade esses diferentes níveis e, ao discutir a anunciada política de interiorização, afirma que, ao contrário do que está no discurso, não ocorre

a descentralização. O que constata é a concentração das indústrias desse setor na capital e no seu entorno e o conseqüente espraiamento para a região metropolitana de Fortaleza. Essencial para pesquisadores, gestores e estudantes, o livro oferece a oportunidade de se compreender o movimento do capital e seu papel no direcionamento dos fatores locacionais, evidenciando momentos de concentração e desconcentração industrial, realocização de indústrias, chegando à sua dimensão metropolitana e suas respectivas especializações. Vida longa para o livro!

José Borzacchiello da Silva

(Professor titular e emérito dos programas de pós-graduação em Geografia da UFC e da PUC-Rio)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
A INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ESPACIAL	21
A indústria têxtil e de confecções: significado e significância	21
A reestruturação na era da mundialização do capital e a indústria têxtil e confeccionista	26
A desconcentração industrial e a geografia da indústria têxtil e de confecção	51
Os polos têxteis e confeccionistas	59
POLO TÊXTIL E CONFECCIONISTA DO CEARÁ	69
Representatividade da indústria têxtil e confeccionista no estado do Ceará	69
Filiais de indústrias sulistas têxteis e de confecção: Marisol em Pacatuba, no Ceará	75
Vicunha em Pacajus e Maracanaú, no Ceará.....	85
Tecendo pontos e desamarrando nós pelo entrelaçar de fios: confecção de bordado em Maranguape	94
A confecção de redes de dormir em Jaguaruana, no Ceará	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	122

INTRODUÇÃO

Este livro foi idealizado diante do anseio de socializar parte da produção realizada durante a tessitura da tese de doutorado defendida, em fins de 2014, com o título “A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza”, dada a importância do Ceará como polo têxtil e de confecção e a forte ligação desse ramo com o processo de industrialização e ocupação no estado.

Com a continuidade de estudos e reflexões na linha de pesquisa atinente à reestruturação urbana e ao mercado de trabalho ligado à produção e comercialização têxtil e confeccionista no território cearense e seu raio de influência em diferentes escalas espaciais, novas inquietações têm surgido, e acrescentamos ainda às análises aqui expostas, parte de resultado de pesquisa desenvolvida sobre a produção do bordado, tão representativo da cultura cearense.

No primeiro semestre de 2021, procurando transpor as dificuldades advindas do contexto ímpar resultante da pandemia de covid-19, que assola o mundo numa velocidade e extensão nunca vivenciadas, iniciamos a tessitura do primeiro livro, intitulado *Indústria têxtil e a produção do espaço urbano*, de autoria de Silva e Muniz (2021), em que privilegiamos a socialização do estudo da tese de Muniz (2014) na escala do espaço intraurbano de Fortaleza. Já a ideia de produzir o segundo livro foi sendo tecida ainda em momento de muito trabalho e tensão, em meio ao caos em decorrência da pandemia, que exigiu a adoção de medidas rígidas acompanhadas de isolamento social, fechamento de empresas em vários setores, com o consequente aumento

do desemprego e da miséria. Resistimos e persistimos no propósito de difundir estudos que vimos realizando, agora com o intuito de ressaltarmos a escala estadual e metropolitana e sua indissociabilidade com o contexto maior de desenvolvimento do capitalismo e a reestruturação produtiva e espacial, tendo como objeto de investigação a indústria têxtil e confeccionista, o papel do estado e a política de desconcentração industrial, bem como as consequências sociais e espaciais.

O livro *Geografia da indústria têxtil e de confecção* revela que a motivação de sua autoria perpassa pelo fato de o Ceará ser um dos mais importantes polos têxteis e de confecções que se desenvolvem no âmbito nacional e também internacional, dado seu raio de influência para além do território brasileiro. Além disso, como se constata no livro, o ramo têxtil e confeccionista requer intensa mão de obra, razão pela qual proporciona grande geração de empregos, assumindo enorme importância na economia do país.

Ademais, o livro evidencia como o desenvolvimento da indústria têxtil e confeccionista marca o início da implantação fabril no Ceará, além de estar intrinsecamente relacionado com o contexto sócio-histórico e econômico de formação e ocupação do território cearense.

Com o objetivo de analisar a atividade industrial têxtil e confeccionista e os impactos socioespaciais, foi dada ênfase ao atual contexto de reestruturação produtiva e espacial.

Este livro resulta de um trabalho de tecer, de entrelaçar várias partes de um estudo maior desenvolvido a fim de se obter um todo inter-relacionado. Daí podermos falar em textura ou tessitura deste livro, dada a rede de relações que garantem sua coesão e unidade contida no entremear dos conteúdos expostos nas partes que o constituem.

A análise das transformações atuais do setor industrial têxtil e de confecção, no contexto do processo de reestruturação produtiva, exige a compreensão de sua relação com o contexto maior da reestruturação capitalista, já que os impactos na esfera produtiva e socioespacial constituem uma das múltiplas facetas desse processo.

Na parte I do livro, depois de apresentar, no primeiro capítulo, um breve panorama da representatividade da indústria têxtil e confeccionista no Brasil e no mundo e suas inter-relações, buscamos, no

segundo capítulo, vislumbrar esse cenário maior da dinâmica atual, momento em que abordamos o conceito de reestruturação, sua caracterização no setor industrial e sua periodização ao longo do desenvolvimento do capital, já que o desenvolvimento maior do capitalismo e seu rebatimento em diferentes escalas e setores nos dão o entendimento das transformações em curso. Diante de uma das evidências desse processo que é o deslocamento industrial, traçamos, no terceiro capítulo, a geografia da indústria têxtil e de confecção, atualizando dados da tese na escala do Nordeste e do Ceará, o que nos permitiu vislumbrar como a desconcentração do ramo têxtil e de confecção se dá de forma centralizada em polos.

Na parte II do livro, ressaltamos, no quarto capítulo, a análise dos impactos da reestruturação produtiva na indústria têxtil e de confecção, tendo como exemplo de análise o polo têxtil e confeccionista do Ceará. O quinto capítulo resgata as descobertas que tivemos durante trabalhos de campo e as reflexões teóricas acerca do desenvolvimento da indústria têxtil e confeccionista no estado, momento em que fizemos uma seleção para a representatividade de indústrias têxteis do Sudeste, como a Vicunha, e de confecção sulistas, como a Marisol, que, inseridas no contexto maior da reestruturação produtiva e espacial, estão instaladas nos municípios da região metropolitana de Fortaleza.

Na contramão do desenvolvimento combinado e desigual do capitalismo com o uso do trabalho familiar e informal através de facções e cooperativas e processos de produção tradicionais, temos, como abordamos no sexto capítulo, a confecção do bordado *richelieu* em Maranguape e, como citamos no sétimo capítulo, a confecção de redes, que é tão relevante no estado, com destaque para o município de Jaguaruana, o que permitiu analisar as relações dessa produção confeccionista com o espaço metropolitano e para além deste através dos fluxos espaciais de pessoas e mercadorias até chegar ao mercado consumidor.

Por fim, encerramos a obra com as considerações finais e a certeza de estar contribuindo para a reflexão sobre uma temática que nos é cara, pois é parte do processo de expansão e ocupação do território cearense, com suas bases ligadas à economia do gado-algodão, o consequente beneficiamento dessa cultura, a representatividade da indústria têxtil

e confeccionista na economia e sua relevância no mercado de trabalho formal e informal.

Se num primeiro momento, ainda no século XIX, a produção e a exportação da matéria-prima algodão projetaram Fortaleza, que passou a ocupar papel preponderante na rede urbana cearense, e o estado como um todo na Divisão Transnacional do Trabalho, visto que o setor têxtil e de confecção, mesmo com a crise do setor algodoeiro, ganhou dinamismo e firmou-se no mercado independente da produção algodoeira cearense, hoje temos, com a produção e comercialização ligadas a esse ramo industrial, o destaque do Ceará como polo têxtil e de confecção com raio de influência para além do espaço local e regional, com alcance internacional.

O apoio da Pós-Graduação em Geografia através de recursos da Funcap foi essencial, pois foi com o apontar dessa possibilidade que começamos a cortar, costurar e alinhar ideias na e para a elaboração deste livro.

A princípio tínhamos um emaranhado de retalhos que aos poucos se foi harmonizando, tal como no processo da confecção de uma colcha.

A primeira etapa desse processo foi coletar dados através da pesquisa documental e bibliográfica acerca da temática; paralelamente ocorreu o levantamento quantitativo.

Durante o levantamento de dados secundários, foram organizadas séries estatísticas que possibilitaram posterior análise e construção de mapas temáticos com auxílio da pesquisa de campo, momento em que fizemos uso de registros fotográficos.

O processo de tessitura seguiu com a pesquisa de campo quando foram aplicados questionários, realizadas intensas atividades de observação com posterior sistematização e feitas análises.

A abrangência temporal das análises é, sobretudo, as duas últimas décadas, quando se impulsionam a reestruturação produtiva e a dinâmica na relação espaço-indústria.

Este livro coloca também a questão da possibilidade de leitura da magnitude que tem o capital industrial no contexto do capitalismo financeiro em meio à pujança do setor terciário, considerando-se a rede de relações que se dão desde a disponibilidade e transformação

da matéria-prima até o mercado consumidor. Daí a necessidade do entendimento do presente como um emaranhado de ações de diferentes agentes produtores do espaço que se entrelaçam, e somente uma visão holística pode levar ao entendimento do que se tece nas tramas do presente ao pensar o mundo com os pés na cidade e a mente voltada ao futuro do espaço citadino, dado o espaço da produção, reprodução e consumo.

Ademais, esta produção permite dar visibilidade ao universo de pesquisas que se realizam no Departamento de Geografia, dando voz aos docentes-pesquisadores que, em seu cotidiano, investigam o espaço geográfico, fazendo deste seu campo privilegiado de pesquisa em diferentes escalas espaciais.

É com nosso trabalho cotidiano de pesquisa, ensino e extensão que assumimos a responsabilidade com o presente e o futuro da sociedade, uma vez que é por meio de nossas atividades de pesquisa, ensino e extensão, com reflexões e conhecimentos, que contribuimos de forma significativa para a construção da universidade pública, gratuita e de qualidade.

A publicação deste livro somente está sendo possível com o apoio da Universidade Federal do Ceará através do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa Capes/Funcap: Apoio às Estratégias de Cooperação Científica.

Não resta dúvidas de que o trabalho aqui apresentado envolveu a superação de uma série de obstáculos que seriam intransponíveis sem a colaboração de muitas pessoas. Agradecemos àqueles que contribuíram diretamente para que esta obra se concretizasse, como os que fazem o árduo e gratificante trabalho de confecção manual aqui retratado através do bordado *richelieu* (bordadeiras) e os que representam o papel imprescindível da mão de obra (trabalhadores nas indústrias têxteis e de confecção) presente no chão de fábrica, seja nas indústrias têxteis que utilizam técnicas tradicionais, seja nas mais modernas, que permitiram entender através do seu trabalho cotidiano a relevância econômica e social e a dinâmica espacial presente na produção têxtil e de confecção no território cearense, como também a exploração e a alienação do trabalhador, principal sujeito no processo de agregação de valor ao

capital. Este agradecimento é também à abertura viabilizada pelas indústrias visitadas. O agradecimento se estende ainda a nós, mestres, que por meio de nossas atividades de pesquisa, ensino e extensão, com reflexões e conhecimentos, contribuimos de forma significativa para a construção da universidade pública, gratuita e de qualidade.

É por esperar-nos que acreditamos ser esta obra tão estimulante à leitura para o público dentro e fora dos muros da universidade quanto foi o desafio enfrentado ao tecê-la em meio ao contexto da pandemia de covid-19.

Assim, pomos um arremate nesta costura convidando todos a adentrar e explorar esta obra.

A INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ESPACIAL

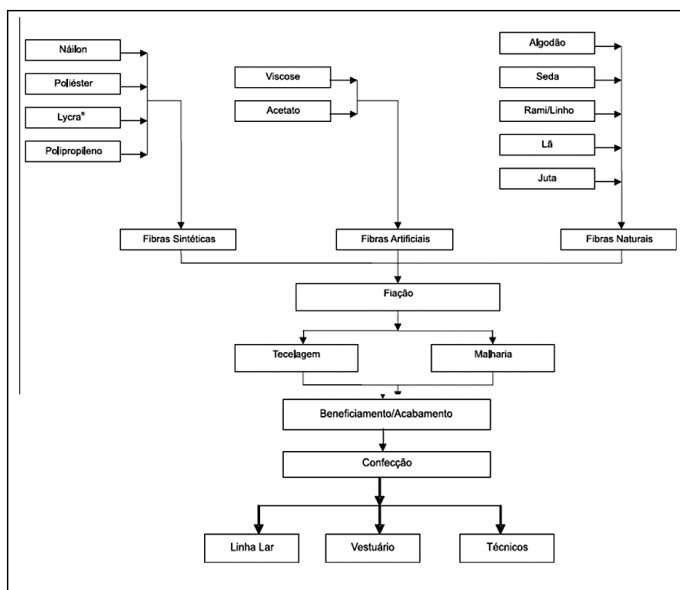
A indústria têxtil e de confecções: significado e significância

Há intensa relação entre a indústria têxtil e de confecção; adentrando o espaço intraurbano, é possível entender essas imbricações. Enquanto a indústria de confecção depende da têxtil para fabricar o vestuário e chegar até o mercado consumidor, a indústria têxtil não depende somente da indústria de confecção para comercialização do fio ou tecido, uma vez que pode ter como compradora outra indústria têxtil que atue em uma das etapas da produção, lojas de venda de tecidos ou comprador individual, o que é mais raro, já que a venda se dá geralmente em grandes quantidades.

A indústria têxtil é constituída por quatro segmentos industriais autônomos, porém estão inter-relacionados, já que o produto final de cada uma dessas fases é a matéria-prima da fase seguinte, como pode ser visto na Figura 1: **fiação**: produção de fios ou filamentos que serão preparados para a etapa da tecelagem; **tecelagem**: fabricação de tecidos planos ou tecidos de malha (malharia); **acabamento**: operações que conferem ao produto conforto, durabilidade e propriedades específicas; e **confecção**: desenho, confecção de moldes, gradeamento, encaixe, corte e costura.

Na etapa final, os produtos podem chegar ao consumidor em forma de vestuário e de artigos para o lar (cama, mesa, banho, decoração e limpeza) ou ser destinados ao uso industrial (filtros de algodão, embalagens, componentes para o interior de automóveis, como *airbags* e cintos de segurança etc.).

Figura 1 – Estrutura produtiva têxtil e de confecções



Fonte: (BNDES..., 2009, p. 163).

A indústria têxtil tem seu processo produtivo muito diversificado, ou seja, as fábricas podem possuir uma ou algumas fases da produção (somente fiação, apenas tecelagem, só beneficiamento ou unicamente fiação e tecelagem etc.) ou podem ter todas as etapas do processo têxtil (fiação, tecelagem e beneficiamento), o que caracterizaria uma indústria verticalizada, com todos os processos. Existem outros processos intermediários, por exemplo: engomadeira ou engomagem. A indústria têxtil possui também setores administrativos, de manutenção e de apoio logístico.

Até chegar ao produto final, existe ainda uma interface com a indústria química em razão da necessidade de insumos (corantes têxteis, pigmentos têxteis, produtos auxiliares etc.) para diversos tipos de tratamento, desde as fibras (além das fibras naturais, há as manufaturadas) até os bens acabados, além dos sistemas técnicos ligados à indústria de bens de capital, haja vista as máquinas e equipamentos que perpassam o processo produtivo.

A produção é por demais heterogênea no que diz respeito às diversas possibilidades de utilização e combinação de matérias-primas utilizadas, ao que se adicionam as intensidades variáveis de uso de capital e mão de obra em cada etapa da produção, os diferentes padrões de concorrência e estratégias empresariais, além de uma gama bastante ampla de opções quanto à escala de produção, tecnologia utilizada e formas de organização produtiva.

Essas opções variam de acordo com a especificação pretendida do produto final (aparência, textura, padronagem, flexibilidade etc.) e com o mercado que se quer atingir (de uso doméstico ou industrial, de produtos de moda ou padronizados, para faixas de renda elevada ou baixa etc.).

O Brasil possui um dos maiores parques fabris e está na lista dos dez principais mercados mundiais da indústria. É o terceiro principal produtor de malha, tem a sexta maior indústria têxtil e de confecção do mundo e é um dos oito grandes mercados de fios, filamentos e tecidos (INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL, 2011).

Segundo dados do Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI), 49% da produção mundial de têxteis e vestuário é realizada pela China e por Hong Kong, sendo a China a principal exportadora de têxteis e vestuário, com US\$ 167,1 bilhões. O Brasil ocupa o quinto lugar no *ranking* dos produtores têxteis mundiais. Na produção de vestuário, o Brasil é o quarto do mundo, sendo 3,1% a participação do país no volume total produzido de manufaturas têxteis. Na exportação, o Brasil ocupa o 24º lugar no *ranking* dentre os maiores exportadores de têxteis e a 70ª posição dentre os maiores exportadores de vestuário.

O Brasil, além de ocupar a quinta posição dentre os produtores têxteis mundiais, é também o quinto na produção de algodão,

segundo dados da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa): “Nas últimas três safras, com volume médio próximo de 1,7 milhões de toneladas de pluma, o país se coloca entre os cinco maiores produtores mundiais, ao lado de países como China, Índia, EUA e Paquistão”.

Então, imagina-se que o Ceará seria no ramo industrial têxtil se fosse – como já foi nos anos 1960 – um dos maiores produtores de algodão do Brasil.

[...] em 1977, o Brasil ocupava 4 milhões de hectares com a plantação de algodão. Mas a produtividade era de apenas 180 quilos por hectare. Hoje, são ocupados apenas 1,4 milhão de hectares, mas colhem-se 1.400 quilos por hectare. Foi o uso da tecnologia que permitiu essa transformação. A Embrapa tem tudo a ver com isso (ALGODÃO..., 2012).

Nos últimos anos, as cotoniculturas de Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais vêm sendo importantes fornecedoras de algodão para as indústrias cearenses.

Ademais, o setor têxtil e de confecções é relevante para a economia brasileira, uma vez que se trata do segundo maior gerador do primeiro emprego e do segundo maior empregador da indústria de transformação, conforme o Núcleo de Pesquisas do Vestuário (NUPEV, 2012).

Enquanto em 2012 o mercado têxtil, segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT, 2013), era composto de 2 mil indústrias; 1,7 milhão de empregos; 1,9 milhão de toneladas produzidas; US\$ 58 bilhões em valores de produção, analisando os dados da (ABIT, 2014), percebemos que em 2013 houve um acréscimo de 1.000 indústrias, passando para 3 mil a quantidade total. Vale ressaltar que o Brasil conta com 33 mil unidades produtivas com porte industrial. Por outro lado, o número de empregos teve uma queda para 1,6 milhão de empregos e, mesmo assim, a produção aumentou para 2,2 milhões de toneladas.

Conforme o IEMI (2012), o segmento têxtil fica um pouco à frente do setor de vestuário no que se refere ao quantitativo de indústrias, empregos, produção, vendas, exportação e investimento.

Figura 2 – Comparação entre segmento têxtil e vestuário 2012



Fonte: IEMI (2012).

Notas: ⁽¹⁾ Volume de produção; ⁽²⁾ Investimento total.

Enquanto China e Hong Kong juntos detêm 50% da produção mundial de têxtil, com 41,4 milhões de toneladas, o Brasil, considerado o quinto maior produtor mundial, com dois milhões de toneladas, responde por apenas 2% desse mercado, segundo o IEMI (2013).

Posicionado entre os cinco maiores produtores globais e constituindo o maior fora da Ásia, o Brasil, segundo o relatório do IEMI, se vê à frente de grandes desafios para voltar a crescer na produção de têxteis e confeccionados a um ritmo que se aproxime da produção mundial após a crise internacional de 2008. Da produção mundial de têxteis, estimada em 83 milhões de toneladas/ano, o Brasil (2.011 toneladas) participa com uma parcela muito aquém de sua capacidade.

Mesmo com este quadro, o Brasil continua sendo um dos grandes produtores mundiais, entretanto é difícil para a indústria têxtil do país suportar a concorrência dos têxteis chineses, produzidos sob condições que agridem o chamado mundo ocidental. Na China, a indústria paga apenas um salário mínimo de US\$ 50; no Brasil, o mínimo é superior a US\$ 250, sobre o qual incidem obrigações trabalhistas legais que dobram esse valor (CID..., 2008).

No Brasil, as importações chinesas representaram 62% do total de vestuário importado. Na sequência, aparecem Índia, Indonésia, Estados Unidos, Taiwan, Bangladesh, Coreia do Sul, Argentina, Turquia e Vietnã (PRODUÇÃO..., 2014).

A China é a principal exportadora de têxteis e vestuário, com US\$ 246,1 bilhões. Apesar de ser um dos grandes produtores mundiais, em especial de tecidos denim e tecidos de malha de algodão, o Brasil exprime ainda baixa participação na corrente de comércio internacional. Encontra-se na 24ª posição dentre os maiores exportadores de têxteis e na 70ª posição dentre os maiores exportadores de vestuário (Nupev, 2012). Segundo dados do Anuário da Moda do Ceará (2014), em termos de comércio internacional, a participação do Brasil é tão pequena que não vai além de 0,4% do total do comércio mundial desses produtos. Dentre os entraves apontados para alavancagem do setor, estão as questões tributárias e trabalhistas.

Talvez se possa justificar essa baixa performance pelo enorme potencial de consumo do mercado interno. Mesmo assim, somente com a estruturação de um ambiente competitivo em condições de igualdade com os maiores países concorrentes, a cadeia têxtil poderá ampliar suas vendas externas (ANUÁRIO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO NO CEARÁ, 2013, p. 140).

Dentre os principais destinos das exportações, estão Argentina, Estados Unidos, Paraguai, Uruguai, México, Colômbia, Venezuela, Chile, sendo a Argentina o principal mercado consumidor de têxteis e confeccionados (CONJUNTURA..., 2013).

Depois desse breve panorama, tendo como base o estudo de Muniz (2014), somos levados a questionar como se desenvolve a indústria têxtil e de confecção no contexto de reestruturação produtiva e espacial, procurando nos distanciar de uma visão estanque em que as escalas espaciais não se comunicam, sobretudo buscando compreender como a conjuntura do país e do mundo reflete no espaço urbano local, estadual, regional e vice-versa.

A reestruturação na era da mundialização do capital e a indústria têxtil e confeccionista

Antes de tecer algumas considerações acerca da reestruturação industrial, faz-se mister explicitar o conceito de reestruturação, que, para Soja (1993, p. 193),

[...] em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, se não de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação seqüencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem então suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural.

Nessa mesma linha de análise, nos coadunamos também com Lencioni (1998b), ao afirmar que a reestruturação é algo em movimento e não estático até o momento da ruptura, como se fosse uma nova estrutura que se sobrepõe à anterior.

É no setor industrial onde a reestruturação ocorre de modo mais intenso, dentre outras coisas, por via dos novos padrões da gestão e organização do trabalho, que assumem importância decisiva na flexibilização das relações de trabalho com impactos socioeconômicos e espaciais.

Partindo do pressuposto de que a reestruturação produtiva¹ ocasiona um reordenamento nas forças produtivas, nas relações de trabalho e, notadamente, no espaço, entendemos por reestruturação produtiva tanto as mudanças técnico-econômicas quanto as socioinstitucionais que ocorrem em um determinado espaço. Daí concordarmos com Gottdiener (1993), que afirma ser a reestruturação um fenômeno socioespacial.

Podemos assinalar que a reestruturação produtiva do setor secundário brasileiro tem bases fundadas no modelo desenvolvimentista adotado com ênfase na industrialização por ter inspirado diretamente as políticas implementadas no país desde a década de 1950.

Alves (2000), analisando a reestruturação produtiva no setor industrial brasileiro, divide-a em três fases:

¹ O debate sobre a reestruturação produtiva à luz do arcabouço teórico já desenvolvido por estudiosos de áreas diversas do conhecimento pode ser visto no artigo: GOMES, M. T. S. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. *RA'EGA*, v. 21, p. 51-57, 2011.

A primeira ocorre após 1945, quando surge o primeiro surto de reestruturação produtiva no Brasil, vinculado à instauração da grande indústria de perfil taylorista-fordista. Ele se desenvolve a partir de meados dos anos 50, no governo Kubitschek, representando a época do desenvolvimentismo. Depois, o segundo surto de reestruturação produtiva ocorre na época do “milagre brasileiro”, na ditadura militar, na passagem para os anos 70. Na verdade, ele é decorrência dos impulsos da industrialização, constituídos em meados da década de 1950. Finalmente, o terceiro – e atual – surto de reestruturação produtiva vincula-se à época da crise do capitalismo brasileiro, com o predomínio de um novo padrão de acumulação capitalista – a acumulação flexível – cujo “momento predominante” é o toyotismo. Ele ocorre a partir dos anos 80, impulsionando-se na década seguinte – os anos 90 –, sob a era neoliberal. É o que Alves denomina complexo de reestruturação produtiva (ALVES, 2000, p. 103).

O atual processo de reestruturação produtiva é denominado por Alves complexo de reestruturação produtiva por considerá-la

[...] uma ofensiva do capital na produção, que busca constituir um novo patamar de acumulação capitalista em escala planetária e tende a debilitar o mundo do trabalho, promovendo alterações importantes na forma de ser (e subjetividade) da classe dos trabalhadores assalariados (ALVES, 2000, p. 11).

Em linhas gerais, a reestruturação, calcada na produção flexível, propiciou uma reorganização do processo da gestão da produção e da força de trabalho, com outras práticas gerenciais, uma nova lógica de produção de mercadorias, o desenvolvimento de novas tecnologias e a descentralização produtiva, com a terceirização ou as realocações industriais. Isso ocasionou o fechamento de indústrias e a abertura de outras; a modificação das regras institucionais de relacionamento entre capital e trabalho; as mudanças de hábito no consumo; as alterações nos padrões de concorrência intercapitalista etc.

Com a reestruturação, modificam-se as condições técnicas, jurídico-políticas e sociais, as formas de organização do trabalho e do processo de produção, com introdução de novas práticas gerenciais. Isso

implicou também transformações nas relações entre capital e trabalho, com a instauração de novas legislações trabalhistas de cunho flexível, adaptando-as às necessidades do capital.

Dentre outras evidências do atual período, temos, ainda, o crescimento do mercado de mão de obra feminina e do setor de serviços, a subcontratação que permite ao empregador custo inferior ao de um trabalhador regular e o estabelecimento de vínculos empregatícios com outras empresas – geralmente as empresas maiores transferem responsabilidades e riscos para as menores (DRUCK, 1995).

Em nome da competitividade e majoração da taxa de lucros, o que presenciamos é a flexibilização das leis trabalhistas, um dos pilares do atual modelo produtivo, o que em outros termos significa excluir uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais, resultado de conquistas históricas contidas na legislação trabalhista, cuja existência passa a ser denunciada como obstáculo à expansão do emprego formal (ANTUNES, 1997). Conforme relata Edwards *apud* Singer (1998, p. 113), “aquilo que por um lado foram conquistas da organização dos trabalhadores acabaram, por outro, tornando-se restrições crescentes ao ajuste do mercado de trabalho”.

A terceirização também é cada vez mais frequente. Para Druck (1995), a intensificação do ritmo das terceirizações no Brasil, desde os anos 1990, está intimamente ligada à inserção do modelo japonês nas empresas brasileiras, o que ocorreu inicialmente no setor automobilístico.

Observam-se, juntamente com as inovações tecnológicas, a introdução de procedimentos organizacionais globais (*kaban*,² *just in time*³); uma série de racionalizações da produção (*downsizing*⁴

² É uma tecnologia japonesa que nasceu na Toyota. Permite a administração do estoque com fluxo contínuo de produtos. Segundo Antunes (1997, p. 180), *kaban* é um sistema de “placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque que, no toyotismo, devem ser mínimos”. Em outras palavras, “o *kaban* é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos” (ANTUNES, 1997, p. 33).

É estabelecido um fluxo de informações que emite especificações acerca da quantidade exata de peças a serem produzidas.

³ Significa produzir no momento exato os produtos necessários na quantidade certa, visando a menores estoques e maior diversidade de produtos.

⁴ O *downsizing* elimina excesso de burocracia quando reduz os níveis hierárquicos dentro do processo produtivo.

e reengenharia), melhor controle da qualidade do produto e maior produtividade com a introdução de programas de qualidade total que possibilitam o gerenciamento do trabalho via círculos de controle de qualidade e gestão participativa que permitem maior economia de espaço e tempo de produção, maior controle de qualidade do produto e, conseqüentemente, maior produtividade.

Com a disputa por novos mercados e a competição em escala global, que passama exigir do setor produtivo a adoção de medidas criativas e restauradoras de sua capacidade produtiva e competitiva, além de estimular os investimentos para a criação de novos produtos, o trabalho, assim como a sociedade, se veem perpassados por uma intensa e progressiva racionalização, que se assenta na reestruturação das técnicas produtivas e gerenciais.

Padrões tecnológicos anteriormente considerados estáveis sucumbem aos imperativos da competição global, dada a ênfase em novos produtos e novas tecnologias, justificados pela busca desenfreada de novas formas de obtenção de lucro, fazendo com que o que hoje é considerado novo no mercado venha a ser mais um novo-velho produto, suplantado pela força da destruição criativa das inovações.

Essa lógica reativa e inovadora do capital para enfrentar a crise é denominada “destruição criativa”⁵ – uma produção fugidia e efêmera, em que as indústrias, na busca de novos mercados, alteram, no todo ou em parte, as características do seu produto e assim reduzem a sua vida útil.

A rapidez das inovações impelidas por uma competição cada vez mais acirrada em um mercado mundial, no entanto, revela a capacidade para enfrentar a força da destruição criativa das inovações, que, por sua vez, é inerente ao sistema capitalista.

Essa busca constante pelo novo nos leva a falar em modernização. Berman (1987, p. 15) diz que

⁵ Shumpeter (1946) mostrou a relação entre a inovação tecnológica e os ciclos longos de crescimento econômico, advindos do aumento de investimentos que se seguem à introdução das inovações mais significativas. Ele considerou também diversos aspectos que interagem na inovação, sejam eles técnicos, econômicos, sociais ou gerenciais. A essa dinâmica deu o nome *destruição criativa*.

[...] a modernidade é caracterizada por uma série de metáforas: algo esfumaçante, diluidora, vívida, estimulante, que nada retém, a não ser o próprio processo. É um ímpeto feroso, de intensidade ofuscante, a mudança permanente, a perpétua sublevação e renovação de todos os modos de vida pessoal e social. Autodestruição inovadora, perpétua mudança e progresso, incessante, irrestrito fluxo de mercadorias em circulação. Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx, tudo o que é sólido desmancha no ar.

Segundo Alves (1999, p. 20),

[...] se o cerne da modernidade é essa sensação avassaladora de fragmentação, efemeridade e mudança caótica, o que presenciemos hoje, com as notáveis transformações sócio-históricas no capitalismo do final do século XX, é apenas a modernidade (e a modernização) em sua plena efetivação. Ou o que poderíamos denominar de exacerbação da modernidade. O que Harvey diria alta modernidade, outros poderiam dizer pós-modernidade.

A busca pelo aumento da produtividade e o restabelecimento espacial das estruturas de acumulação, que foram os mesmos objetivos da Revolução Industrial, são também o que impulsiona, em um quadro mundial de concorrência capitalista, as unidades produtivas a executar modificações nos processos de trabalho, acelerando a inserção de inovações tecnológicas na produção. Ocorrem inovações tecnológicas na produção cuja expressão é “a microeletrônica, a automação, a robótica, a informática e as redes que aceleram e multiplicam a capacidade produtiva da força de trabalho” (IANNI, 1997, p. 157).

Pari passu às inovações, são implementadas novas políticas de gestão da produção e de organização do trabalho, um conjunto de técnicas que se alastrou pelos países capitalistas centrais e periféricos, reestruturando o processo produtivo dos diversos setores econômicos, com o escopo de propiciar elevado patamar de qualidade e competitividade.

Com a reestruturação produtiva, valorizam-se a cooperação, o trabalho em equipe, a polivalência e a multifuncionalidade, o que para muitos se traduz num trabalho qualificado, mas na verdade representa, como salientou Aglieta (1978, p. 106 *apud* ALVES, 2000,

p. 35), “o extremo da desqualificação, ou seja, seus trabalhos foram despojados de qualquer conteúdo concreto”.

Convém lembrar que o fato de os trabalhadores executarem diversas tarefas numa jornada de trabalho, tornando-se trabalhadores multifuncionais, não significa menor exploração, como também não pode ser encarado como uma “conquista para o trabalhador”; antes, representa, uma superexploração do trabalhador.

Ao passo que se multifuncionalizam, os trabalhadores tornam-se uma massa de profissionais especializados desqualificados, uma vez que o trabalhador se qualifica para o exercício de determinada ocupação e o trabalhador qualificado para certo trabalho é trabalhador desqualificado em outro trabalho; portanto, a qualificação para uma determinada função não deve ser confundida com a qualificação do trabalhador. Ademais, essa multifuncionalidade não cria vínculos de identidade e não há indícios de crescimento intelectual ou de se fazer mais realizado como trabalhador, pois sua atenção deve ser redobrada, objetivando contribuir para a acumulação do capital.

O propósito não é promover o desenvolvimento do trabalhador no sentido de formar cidadãos ativos dotando-os de um pensamento crítico, mas de formar pessoas aptas para o trabalho e, se possível, adestrá-las para a formação de uma mão de obra dócil; é o que chamamos de qualificação desqualificante, pois, diante das constantes transformações tecnológicas, é questionável a qualificação, pelo fato de que se qualificará para necessidades emergentes, surgindo automaticamente outros trabalhadores desqualificados, o que configura “um processo contraditório que superqualifica em vários ramos produtivos e desqualifica em outros” (ANTUNES, 1997, p. 54).

Com efeito, a reestruturação produtiva se caracteriza não somente pela mudança da base técnica de produção, indo além da racionalidade que se instalou nos objetos de trabalho e no próprio espaço, uma vez que envolve também a materialidade da classe trabalhadora, ou seja, as distintas formas de relações de trabalho no espaço, como também a própria subjetividade.

Uma análise estritamente econômica não pode dar conta da complexidade do processo em curso, ao passo que “as técnicas presentes na

fábrica e no escritório ou incorporadas ao próprio solo como infra-estruturas acabam por condicionar as formas de trabalho, as relações sociais e a vida cotidiana” (SANTOS, 2000, p. 20),⁶ envolvendo modos de ser, pensar, agir e sentir; daí estarmos enfocando também a questão das relações de trabalho. Foge, todavia, aos limites aqui propostos focar a questão do trabalho do ponto de vista da subjetividade do trabalhador.

Além das transformações nas relações de trabalho e no processo produtivo em geral, os grandes avanços científico-tecnológicos e a espetacular expansão das redes de comunicação e transporte foram condição *sine qua non* para a reestruturação produtiva e espacial em curso, uma vez que permitiram a dispersão mundial da produção e a criação de “espaços inteligentes”, onde a lógica capitalista possa fluir. Em outras palavras, está havendo uma transnacionalização que alcança espaços até agora não penetrados pelo capital (SANTOS, 1996).

A economia de tempo, articulando geografia e história, nos faz perder a noção de tempo e de espaço,⁷ o que nos leva a falar na “compressão do espaço-tempo” (HARVEY, 1993), em que o ciberespaço é a expressão tangível.

[...] com a evolução dos sistemas de engenharia, a própria noção de tempo muda: o tempo da produção, o tempo da circulação, o do consumo e da realização da mais-valia. Quanto mais evoluem os sistemas de engenharia, mais coisas se produzem em menos tempo. Também se transportam mais objetos em menos tempo, o consumo se faz mais imediatamente, tornando tudo isso mais e mais fácil [...] (SANTOS, 1988, p. 81).

No atual contexto de reordenamento da produção, circulação e consumo, presenciamos a livre movimentação de mercadorias e de

⁶ Altos e baixos na política. SANTOS, M. Ser negro no Brasil hoje. *Folha de São Paulo*, São Paulo, maio 2000b. + Brasil 501 d.C. do Mais!. Ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro, p. 20-21.

⁷ Segundo Santos (2000a), este é o mundo tal como nos faz crer a globalização como fábula. “A partir do mito da globalização e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos” (SANTOS, 2000a, p. 18). Para Manuel Castells (1999), “o espaço organiza o tempo na sociedade em rede”.

capitais por via das fronteiras, atravessando as mais diversas formas de organização social do trabalho e produção, além da ampliação da concorrência entre os países e o “encurtamento de distâncias”, permitindo a integração e a regulação final do processo de produção global.

Há cada vez menos barreiras para a circulação do fator capital – em linhas gerais o mesmo se aplica às mercadorias –, no entanto há crescentes barreiras dificultando a circulação do fator trabalho, pelo menos dos trabalhadores de baixa qualificação (SENE, 2004, p. 69).

Não há como negar que as transformações em curso se manifestam no âmbito da divisão do trabalho, uma vez que “a desconcentração geográfica da cadeia produtiva acarreta uma extensão da divisão social do trabalho”, que, por sua vez, permite “a reorganização da produção e a emergência de um novo modelo de organização territorial” (BENKO, 1999).

Com efeito, em função de maior capacidade de acumulação resultante da redefinição de estratégias de mobilidade espacial do capital, em termos de sua reprodução global, verificamos uma reorganização da divisão espacial do trabalho.

Segundo os globalistas,⁸

[...] o modelo típico de divisão internacional do trabalho – países periféricos exportam produtos primários e países centrais exportam produtos manufatureiros – cede lugar a uma nova divisão global do trabalho, que implica uma reordenação das relações econômicas inter-regionais e um novo padrão de riqueza e desigualdade, que transcende as economias pós-industriais e as que estão em processo de industrialização.

O fortalecimento da divisão espacial do trabalho acarreta a exacerbação das especializações produtivas no espaço geográfico, ao

⁸ Expressão utilizada para diferenciar os que consideram a globalização contemporânea como um acontecimento histórico real e significativo (globalistas) dos que concebem a globalização como uma construção primordialmente ideológica ou mítica de valor explicativo marginal (céticos). Para saber mais, consultar: HELD, D.; MCGREW, A. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 21.

mesmo tempo que ocorre “uma integração que tende a acentuar a posição subalterna dos países menos desenvolvidos no espaço do desenvolvimento desigual da economia-mundo” (BENKO, 1999).

Agora, tanto é possível integrar o espaço mundial, através de uma rede de investimentos e financiamentos, como separar o processo produtivo industrial em diferentes lugares. Os novos meios de conexões e telecomunicações suplantam qualquer limite criado pela descontinuidade geográfica global (PEREIRA JÚNIOR, 2003, p. 68).

A nova divisão transnacional do trabalho e a produção engendrada pelo capitalismo globalizado significam um novo impulso no desenvolvimento do capitalismo, uma vez que amplia os espaços e as fronteiras da reprodução do capital, “na medida em que se movimentam e dispersam as empresas, corporações e conglomerados, promovendo uma espécie de desterritorialização das forças produtivas, [...] e uma simultânea reterritorialização em outros espaços” (IANNI, 1997).

O espaço produtivo se fratura, dando origem a um mosaico de espaços integrados numa divisão regional, nacional e internacional do trabalho. Segundo Santos (1994b, p. 72), “as especializações do território [...] são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe”.

Dessa forma, “uma nova divisão social e territorial do trabalho é posta em ação, envolvendo introdução e difusão de novas tecnologias e outras relações espaciais”, ou seja, “as relações econômicas e sociais são ampliadas, passando a se realizar em amplos territórios, e a articulação entre as diversas unidades territoriais especializadas é viabilizada pelo progresso dos meios de comunicação”, quando então o mundo do trabalho passa a ocupar uma escala anteriormente desconhecida (CORRÊA, 1995).

No Brasil, somente na segunda metade dos anos 1980, evidenciam-se timidamente um novo paradigma tecnológico e produtivo e uma nova organização do trabalho e do espaço. Benko (1999) ressalta que “desde os anos 80 observam-se os primeiros sinais do advento de novo período de desenvolvimento do capitalismo”.

Então, a fase atual da reestruturação produtiva coincide com a passagem do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro ou monopolista. Vale ressaltar que, mesmo diante da crescente valorização do capital na esfera financeira, como bem afirmou Alves (1999, 2000), “a autonomia do setor financeiro não pode ser senão relativa, já que o capital que se valoriza na esfera financeira nasceu – e continua nascendo – da esfera produtiva”.

Isso acelerou-se desde os anos 1990, sob o impulso das políticas neoliberais. Nesse percurso, ocorreu a transnacionalização do sistema capitalista de produção, e um novo momento do processo de acumulação entrou em vigor.

Inaugurou-se, pois, uma etapa de acumulação mundial do capital. Entrou em cena o paradigma de acumulação capitalista contemporâneo, denominado por David Harvey (1993) “regime de acumulação flexível”,⁹ por opor-se diretamente à rigidez fordista e apoiar-se “na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1993, p. 140). Na literatura, também é usado como toyotismo, modelo japonês, pós-fordismo, neofordismo, especialização flexível, kalmarianismo.

Antunes (1997), citando Harvey (1993, p. 29), expõe sua tese sobre a acumulação flexível, segundo a qual esta,

[...] na medida em que ainda é uma forma própria do capitalismo, mantém três características essenciais desse modo de produção. Primeira: é voltado para o crescimento; segunda: este crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo no universo da produção e, terceira: o capitalismo tem uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional.

A periodização da atual fase da reestruturação e sua relação intrínseca com o desenvolvimento do capitalismo se fazem necessárias porquanto a reestruturação produtiva atual está relacionada com a crise do modelo de produção até então vigente. Portanto, cabe aqui fazer breve resgate desse contexto.

⁹ O termo regime de acumulação usado por Harvey (1993) reflete a influência da Escola de Regulação Francesa, ou teoria da regulação, concebida em meados dos anos 1970. Para saber mais a respeito disso e da crise do regime de acumulação fordista, ver: Michel Aglietta, André Orléan, Robert Boyer, Benjamin Coriat, Alain Lipietz, Bernard Billaudot etc.

Os mecanismos que viabilizaram o crescimento no período que vai de 1945 a meados dos anos 1970 não mais se sustentavam, pois, como sabemos, após os anos dourados de reintegração internacional do capitalismo, ou o longo *boom* do pós-II Guerra, em que por quase 30 anos – as três décadas gloriosas¹⁰ – assistiu-se à expansão do capitalismo (1945-72), que tinha até então como modelo de acumulação do capital o taylorismo e o fordismo, tivemos a Segunda Grande Depressão Mundial – a onda longa depressiva na acepção de Mandel (1983), diante da

[...] brutal crise de financiamento que se manifestou desde cedo, com uma inflação renitente que acabou explodindo em uma hiperinflação, [...] uma economia acomodada, protegida, totalmente frágil, despreparada para enfrentar a mudança de paradigma que estava por se iniciar com a Terceira Revolução Tecnológica (GOLDENSTEIN, 2001, p. 46).

O fordismo não conseguia solucionar o problema, pois ele estava na rigidez dos investimentos de capital fixo de longa escala, em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes.

Mediante a crise do fordismo,¹¹ que significou não somente a crise do modelo de acumulação capitalista vigente, mas também da

¹⁰ Os anos gloriosos ou idade de ouro são os primeiros 30 anos do segundo pós-guerra, em que a economia capitalista vinha apresentando taxas de crescimento surpreendentes desde o final da Segunda Guerra Mundial. Esse período ficou conhecido como “Anos Dourados do Keynesianismo”, visto que o capitalismo cresceu até ocorrerem os choques internacionais do petróleo.

¹¹ Existe uma vasta literatura que analisa os determinantes da crise do fordismo, no entanto, nosso objetivo não é abrir uma discussão global sobre tal literatura, por isso enfatizamos a questão da rigidez, embora não seja o único fator responsável por tal crise. Alain Lipietz já explicitava em sua obra *Miragens e milagres*: “[...] a crise está ligada também às raízes do regime de acumulação intensiva baseado nos princípios taylorianos de organização do trabalho e no desenvolvimento fordiano do consumo de massa. [...] O fator mais claro da crise do regime de acumulação consiste na desaceleração geral dos ganhos de produtividade, que começa no fim da década de sessenta e afeta até os ramos mais tipicamente fordistas, como a indústria automobilística” (BOYER, 1979, p. 79). Mais adiante, quando Lipietz (1988) fala da redução dos lucros, do aumento do poder aquisitivo e do aumento do custo salarial, acrescenta: “Que a ênfase seja dada ao *profit squeeze* ou ao aumento da composição orgânica, resta que a crise atual da acumulação intensiva aparece como uma crise de rentabilidade, ao contrário da crise de 1930, que era de superprodução” (LIPIETZ, 1988, p. 58).

regulação¹² das relações entre capital e trabalho, o capital necessitava de uma nova forma de acumulação e de regulação social e política que retomasse e até mesmo impulsionasse a acumulação, ao passo que começou a se desenhar um novo paradigma tecnológico e produtivo e iniciou-se outra organização do trabalho.

Trata-se de uma revolução tecnológica que traz como consequência uma mudança radical no paradigma produtivo, com impactos extraordinários no sistema financeiro internacional, nas estruturas produtivas, nas relações entre as economias e, conseqüentemente, nas economias nacionais. “Essas transformações – produtivas, tecnológicas, comerciais e financeiras – obviamente interligadas, reforçando umas às outras, vêm revolucionando não só os países centrais como suas relações com os países periféricos” (GOLDENSTEIN, 2001).

Masi diz que não estamos em condições de dar um nome preciso a essa mudança de época e por isso prefere usar o termo “pós-industrial: um nome que não ousa dizer o que seremos, mas se limita a recordar o que já não somos” (MASI, 2000, p. 170).

Assim como houve um intenso debate acerca da nascente sociedade industrial sobre o que realmente estava acontecendo naquele momento, também não é diferente o fato de desencadear-se hipóteses interpretativas e investigações preventivas da atual fase do capitalismo, havendo inclusive um debate acirrado sobre se o capitalismo está sendo superado ou se ingressa numa nova etapa. Nesse segundo caso, tratar-se-ia de uma transformação sólida ou um reparo temporário?¹³

¹² As mediações político-institucionais – os modos de regulação – exerceram papel fundamental no processo de acumulação do capital, uma vez que a uma determinada base técnica se vincula um contrato social (ou forma de proteção social), que, juntos, integram o conceito de regime de acumulação. O regime de acumulação fordista foi o exemplo mais bem acabado desse conceito aplicado a uma realidade social que vigorou nos países centrais do segundo pós-guerra no início dos anos 1970.

¹³ Dentre outros autores, Harvey levanta este questionamento: se essas mudanças assinalam o nascimento de um novo regime de acumulação capaz de conter as contradições do capitalismo durante a próxima geração ou se marcam uma série de reparos temporários, constituindo assim um momento transicional de dolorosa crise na configuração do capitalismo do final do século XX (HARVEY, 1993, p. 177). Sobre o assunto, ver HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

Embora não estejamos em condições de concluir algo, pois o presente nos situa em um emaranhado de dúvidas, já que é um processo que ainda não se consolidou, de uma coisa temos certeza: o mundo não é mais o mesmo desde 1973 e a crise do modelo fordista-keynesiano não significa, em absoluto, a sua eliminação, o que, por outro lado, indica que a nova modalidade da gestão não se estende concretamente, de modo hegemônico, coexistindo várias condições técnicas e sociais da produção capitalista, dinâmica que, aliás, acreditamos que houve nas fases anteriores.

Nas palavras de Ianni,

[...] o fordismo, como padrão de organização do trabalho e produção, passa a combinar-se com ou ser substituído pela flexibilização dos processos de trabalho e produção, um padrão mais sensível às novas exigências do mercado mundial, combinando produtividade, capacidade de inovação e competitividade (IANNI, 1997, p. 11).

Conforme aponta Soja (1993, p. 206),

[...] a geografia histórica do capitalismo não tem sido marcada por grandes reviravoltas e substituições completas de sistemas, mas antes por uma seqüência evolutiva de reestruturações parciais e seletivas, que não apagam o passado nem destroem as condições estruturais profundas das relações sociais e espaciais capitalistas.

Há quem afirme, todavia, que no momento atual não existe nada de novo. Nessa perspectiva, temos, dentre muitos outros autores, Harvey, que assevera:

[...] a insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilização e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminhos é por certo correta (uma leitura cuidadosa de *O capital* de Marx sustenta esta afirmação) (HARVEY, 1993, p. 178).

Giovane Alves entra nessa discussão ao afirmar que, embora a “categoria de flexibilidade tenha um potencial ideológico (e político),

ou que seja algo típico da produção capitalista [...]”, é na era da “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996) que “a flexibilidade se dobra e adquire múltiplas determinações no interior do complexo de produção de mercadorias, assumindo, desse modo, novas proporções, intensidade e amplitude” (ALVES, 2000, p. 23-25).

A despeito desse impasse, cremos haver um consenso, entre os estudiosos das mais distintas concepções teóricas e político-ideológicas, de que a sucessão de bases técnicas que se substituem umas às outras dentro do modo de produção capitalista – processo chamado por Shumpeter (1946) de “destruição criativa” –, o que é inerente à sua lógica, e os novos processos de trabalho que passam a se desenvolver, inclusive dividindo espaço com outros modelos existentes, buscam alcançar os mesmos objetivos que os precedentes, quais sejam, a superação da crise e a decorrente forma histórica encontrada pelo capital para implementar o processo de continuidade antes que de ruptura. Melhor dizendo, no seu sentido dialético, é uma ruptura no interior da continuidade da lógica de valorização do capital, que não ocorre mais somente pela intensificação da exploração da força de trabalho, mas pela racionalização do trabalho, que é levada ao extremo, conduzindo a uma extração do excedente em bases mais amplas que sob o taylorismo ou fordismo, sobretudo por meio do sistema financeiro,¹⁴ sob o capitalismo mundial, com o impulso das políticas neoliberais.

Nesse percurso, as atuais transformações do modo de produção capitalista representam uma reação dos capitalistas à crise do modo de acumulação fordista, inaugurada pela fase B do quarto ciclo de Kondratieff,¹⁵ e por conseguinte a continuidade do processo de acu-

¹⁴ “[...] temos D-D, dinheiro produzindo dinheiro, um valor se valorizando, sem nenhum processo (de produção) que sirva de mediação aos dois extremos” (MARX, 1988, Livro III, cap. XXIV).

¹⁵ Nos anos 20 do século XIX, Nicolai Kondratieff apresentou sua teoria sobre as curvas de longo prazo do desenvolvimento capitalista, na qual afirmou que os longos ciclos no sistema capitalista resultam de sólidos investimentos (fase A de expansão) ou de sua depreciação (fase B de depressão). Ao examinar a natureza dos longos ciclos, do ponto de vista das modificações nas técnicas de produção, Kondratieff observou que as regularidades do processo ajudavam a estabelecer algumas regras empíricas para o movimento das longas ondas. Dentro dessa perspectiva, Kondratieff revelou o papel das modificações

mulação em seu movimento cíclico. “O capitalismo tende, ativamente, a produzir algumas das barreiras para o seu próprio desenvolvimento. Isso significa que as crises são endêmicas ao processo capitalista de acumulação” (HARVEY, 2005, p. 45).¹⁶

Trata-se de um novo patamar de acumulação capitalista em escala planetária, a “globalização de uma massa de dinheiro que se valoriza”, seja o dinheiro que se valoriza através da produção de mercadorias, seja o dinheiro que se valoriza conservando a forma dinheiro (os mercados financeiros) (ALVES, 1999, p. 62; ALVES, 2000, p. 33).

Em outras palavras, esse novo padrão, malgrado suas substanciais diferenças, é na verdade uma contínua expansão dos limites impostos à valorização do capital por meio da renovação dos suportes clássicos de extração do excedente (com o aprofundamento na diminuição do tempo de rotação do capital) ou, ainda, pela criação de economias de tempo que irão permitir uma diminuição do custo de produção.

Dessa maneira, se torna compreensível a razão pela qual os capitalistas lançam mão dos mais diversos processos de trabalho, qual seja, encontrar o modo mais adequado para intensificar a exploração sobre a classe trabalhadora. Esta é a unidade na diversidade dos processos de trabalho. Levando-se em conta as profundas diferenças e especificidades que guardam entre si, este é o elemento central na constituição histórica das diversas fases do capitalismo, bem como de seus variados padrões de acumulação, desde o de seus primórdios, pautado na cooperação, até o keynesiano-fordista e o padrão que daí se vem originando.

Apesar da busca permanente para libertar os processos produtivos, comerciais e financeiros de todas as formas de rigidez próprias do fordismo,

nas técnicas nos longos ciclos. Assim como Kondratieff, Trotsky, que estava trabalhando no problema do desenvolvimento do capitalismo no pós-guerra, também explorou esse assunto, mas foi com o aparecimento do primeiro trabalho de Kondratieff que ele se envolveu mais uma vez com o assunto, reafirmando “sua convicção de que, além dos ciclos industriais ‘normais’, havia períodos mais extensos na história do capitalismo que eram de grande importância para a compreensão do desenvolvimento a longo prazo do modo de produção capitalista” (MANDEL, 1983, p. 88).

¹⁶ Embora em contexto diverso do dos países centrais, Harvey procura entender o desenvolvimento do capitalismo influenciado pela abordagem regulacionista, segundo a qual, em linhas gerais, o capitalismo é um sistema naturalmente instável, sujeito a crises cíclicas.

constatamos que o novo paradigma tecnológico e organizacional cuja característica essencial pode ser resumida em uma palavra, qual seja, “flexibilidade” (HARVEY, 1993), não consegue consolidar-se como padrão sólido e universal, estando o desemprego, a inflação, a recessão e as dívidas públicas a revelar a fragilidade da nova forma de acumulação capitalista.

Como disse Ianni (1997, p. 157),

As mesmas condições propícias aos novos surtos de expansão mundial do capitalismo, da reprodução ampliada do capital em escala global, essas mesmas condições trazem consigo a criação e a reprodução de desigualdades, carências, inquietações, tensões, antagonismos.

Considerando que o capitalismo, como mostrou em toda a sua história, apresenta no processo recessivo, que geralmente se segue às crises, potencialidades de sobrevivência inerentes à sua lógica, visto que sua produção se move em contradições ou, como diria Marx, “o capital é a contradição viva”, somos levados ao seguinte questionamento: as características atuais seriam características de um momento de crise ou as ondas longas se tornaram cada vez mais curtas?

Não temos a pretensão, aqui, de trazer respostas e muito menos propostas de um presente que se encontra inacabado, mas procuramos entender o que se passa baseando-nos nos fatos e na literatura já existente. Fato é que o capitalismo engendra uma “solução”, mesmo que, para muitos, precária e temporária, e em meados dos anos 1980 começa a se remodelar, redefinindo e reestruturando o processo de acumulação e regulação de sua economia, mediante a exploração mais intensiva de capital e de trabalho, da produção flexível e do desacionamento do estado-providência (*welfare state*).

A reestruturação produtiva acelerou-se rapidamente desde os anos 1990, quando ocorreu a abertura da economia. Alves (2001) afirma ser esse momento uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo, caracterizada pela predominância do capital financeiro no processo de acumulação capitalista, ou seja, mercado de dinheiro e de crédito sem Estado, denominada por Santos (1994b) “creditização do território” e por Chesnais (1999) “regime de acumulação financeirizada mundial”.

Com o modo de acumulação sob a dominância do capital financeiro denominado “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996), uma denominação mais precisa para o fenômeno da globalização¹⁷ em nossos dias, a ciência e a tecnologia a serviço direto da produção e reprodução do capital invadem os setores produtivos com muito mais ímpeto, transformando as relações de trabalho, criando um novo *ethos* para essas relações, uma nova via de racionalização do trabalho, adequada às novas necessidades de acumulação do capital “enquanto sujeito da modernidade exacerbada (ou da pós-modernidade)” (ALVES, 1999, p. 22).

Cabe aqui ressaltar que optamos por utilizar o conceito de mundialização, em vez de globalização, para diferenciarmos o atual período, que Alves (2001) afirma ser uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo, caracterizada pela predominância do capital financeiro no processo de acumulação capitalista, “o que implica em não reduzir a nova etapa de internacionalização capitalista a uma mera continuidade da ocidentalização do mundo iniciada no século XV”, ou seja, “[...] a globalização – ou a mundialização do capital – é antes de tudo a globalização do capital e não a mera globalização das trocas” (ALVES, 1999, p. 61). Globalização é o “processo de expansão global da relação social de produção capitalista” (BENKO, 1999, p. 42), em que se observa “a predominância de um único sistema técnico, base material da mundialização” (SANTOS, 1994b, p. 23). Segundo Santos (2000, p. 23), “nos encontramos em um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação”.

Nesse contexto, a “mundialização do capital” (SANTOS, 2000) tendeu a impulsionar o processo de reestruturação, ao determinar, pela

¹⁷ “Em vez de usar o termo ‘globalização’ e, portanto, de fazer referência à ‘economia’ de modo vago e impreciso, parece então desde já preferível falar em ‘globalização do capital’, sob a forma tanto do capital produtivo aplicado na indústria e nos serviços quanto do capital concentrado que se valoriza conservando a forma dinheiro. Pode-se então dar mais um passo, aquele que consiste em falar de ‘mundialização’ em vez de ‘globalização’”. Acrescenta ainda Chesnais (1995) que: “A mundialização do capital apresenta-se portanto como uma fase específica de um processo muito mais longo de constituição do mercado mundial em primeiro lugar e, depois, de internacionalização do capital, primeiro sob sua forma financeira e, em seguida, sob sua forma de produção no exterior” (CHESNAIS, 1995, p. 5-6).

disputa por novos mercados e competição em escala global, transformações no espaço e na estrutura produtiva, difundindo a modernização dos processos de trabalho e produção de forma a intensificar a produtividade. A mundialização permitiu o aprofundamento do processo de reestruturação, resultando na reterritorialização ou recuperação político-territorial do poder de trocas globais para obtenção de vantagens competitivas entre as nações.

Dito isso, podemos afirmar que, assim como a mundialização do capital impulsionou o processo de reestruturação produtiva, esta, por sua vez, “surge como condição para o capital elevar-se à sua nova condição de cidadão do mundo, rompendo as amarras que o prendiam” (ALVES, 1999, p. 49).

A reestruturação produtiva assentada na divisão do trabalho entre unidades produtivas integradas espacialmente articula-se, portanto, às duas faces da mesma moeda – uma diz respeito à crise do capitalismo, tendo sido uma resposta ao esgotamento do padrão de crescimento econômico capitalista até então vigente e, por conseguinte, da redução da taxa de lucro, e a outra, à mundialização do capital, uma vez que, para adequar a economia ao mercado global, havia necessidade de se reestruturar o modo pelo qual se organizavam a produção, distribuição, troca e consumo (cadeia produtiva como um todo), o que, por sua vez, passou a ser uma determinação do modo de acumulação capitalista.

Mesmo sabendo-se que os impactos da reestruturação na indústria difere segundo o tipo de indústria, produção e alcance da produção, o espaço onde a indústria se instalou, o porte da indústria etc., características do processo em curso já são notáveis, algumas das quais se repetem nos variados ramos industriais enquanto outras possuem especificidades de determinados tipos de indústrias, como as do setor têxtil e de confecção.

Considerando-se que as transformações no setor industrial se delinearão segundo os objetivos e diretrizes da política industrial, cabe-se destacar o fato de que

As primeiras indicações dos objetivos e diretrizes da nova política industrial foram explicitadas na Exposição de Motivos da Medida Provisória 158, publicada em 15 de março de 1990. As bases da

nova política estavam enfocadas na questão da competitividade, em contraponto às políticas adotadas anteriormente, que objetivavam a expansão da capacidade produtiva mediante o incentivo à substituição das importações (REGO; MARQUES, 2006, p. 212).

Para Rego e Marques (2006, p. 213), em meados de 1990, essa proposta inicial foi detalhada nas Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE). O objetivo central da nova política industrial era o aumento da eficiência na produção e comercialização de bens e serviços, com base na modernização e reestruturação da indústria. Para isso foram criados o Programa de Competitividade Industrial (PCI) e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP).

A reestruturação industrial, centrada principalmente no uso de novas formas de gestão e organização da produção, se aprofundou com a política de estabilização implementada com o Plano Real, no governo Cardoso, em 1994, com a subvalorização do dólar perante o real e uma grande facilidade para importação, que exigiu das indústrias transformações em ritmo acelerado e associações com capitais estrangeiros para poderem sobreviver.

Essa forma de atuação do Estado brasileiro teve grande impacto na economia nacional e em particular no setor têxtil, que passou por significativas mudanças associadas à implantação de indústrias atraídas por incentivos estaduais e regionais, à modernização dos equipamentos, bem como à introdução de técnicas mais modernas de organização e gerenciamento da produção, conforme vimos anteriormente.

Vale ressaltar que, já em 1987, foi instalado o Programa Nacional de Modernização e Expansão das Indústrias Têxteis e de Confecções, objetivando melhorar a qualidade da produção como primeiro passo para a inserção na economia mundial, já que a questão da qualidade foi considerada preocupante e carente de melhoria.

Com a reestruturação industrial,

- com frequência, ocorre a horizontalização da produção, com espaço para a terceirização;
- há redução da hierarquia e eliminação dos escalões de comando intermediários, especificamente nos pontos de contato com a produção;

- na área operacional, os encargos de supervisão e mestria são delegados aos trabalhadores organizados em células com fluxos dependentes de produtos e serviços;
- toma lugar a flexibilização das relações de produção, que obedece à demanda do mercado;
- a aplicação de novas ferramentas da gestão correspondente à reestruturação da administração empresarial;
- a incorporação de tecnologia baseada na informática, primeiro nas tarefas necessitadas de alto volume de trabalho manual e depois nos setores administrativos, é consequência do processo em curso;
- o uso de microcomputadores ganhou espaço, no setor têxtil e de confecção, com prioridade para a digitalização das tarefas mais complexas, como desenho, bordadura e acabamento, com uso paralelo de instrumentação a *laser* e jato de ar, elevando a velocidade da produção com aumento da produtividade;
- a robotização e o conseqüente desemprego estrutural são práticas crescentes;
- o algodão como matéria-prima passou a contar com parcelas de fibras artificiais e sintéticas; em nossos dias temos também a microfibrã. Com efeito, a revolução da tecnologia têxtil tornou realidade a presença dessa fibra no mercado têxtil.

Ocorrem ainda a redução do tempo de preparação e transporte dos insumos, além do reaproveitamento dos resíduos, da ênfase na qualidade do produto, da busca de certificações ISO, de matéria-prima a baixo custo e agregação de valor ao produto final, embora a redução de custos continue tendo importância para a competitividade.

A redução dos custos de produção e a introdução de produtos em novos mercados, bem como o aumento da produtividade, traduziram-se em preços mais competitivos para os industriais.

Outra realidade diante da reestruturação em curso é o contínuo investimento em pesquisa e desenvolvimento, como destaca Manzagol (1985), cuja expressão maior é a presença dos “tecnopolos”, parques empresariais e científicos especializados no desenvolvimento de tecnologia de ponta. As regiões de Campinas (favorecida pela presença da

Unicamp), de São José dos Campos (onde está localizado o Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA) e de São Carlos (que abriga a Universidade Federal de São Carlos e um campus da Universidade de São Paulo) são alguns dos centros industriais que ostentam as tecnologias mais avançadas do país e expressam bem a crescente associação entre ensino, pesquisa e indústria.

Houve a revitalização da maquinaria, suplantando a base técnica tradicional, como, por exemplo, na indústria têxtil, a etapa de fiação dinamizada pelos filatórios *open-end* e as tecelagens incrementadas com teares a ar comprimido; ambas as maquinarias são muito mais velozes e primorosas na qualidade do produto.

Além de promover as transformações na estrutura organizacional das indústrias, os processos de reestruturação, movidos pela incorporação de tecnologia, contribuíram para aumentar o nível de desemprego, que foi uma de suas consequências sociais. É o que constata Lencioni ao fazer uma radiografia da dinâmica do emprego industrial na indústria de transformação:

Com o processo de reestruturação produtiva que assolou o mundo e trouxe profundas modificações no parque industrial brasileiro, houve uma perda significativa do emprego industrial. Para se ter uma idéia dessa perda, vale lembrar que nos anos de 1970 o emprego industrial significava 20% dos empregos do país, tendo passado, nos anos de 1990, para 13%. E essa perda ganha mais expressão quando vemos que entre 1980 e 1990 foram eliminados um milhão e meio de postos de trabalho na indústria.

[...] A cidade de São Paulo passou por um processo bastante acentuado de perda do emprego industrial, muito embora seja ainda e, de longe, a maior cidade industrial do país (LENCIONI, 2006b, p. 107-109).

Por outro lado, como dizem Santos e Silveira (2001, p. 112),

[...] tudo é permeado por um discurso eficaz sobre o desenvolvimento, a criação de empregos diretos e indiretos. [...] Nada se fala sobre a robotização do setor, a drenagem dos cofres públicos para o subsídio das atividades, a monofuncionalidade dos portos e de outras infra-estruturas [...].

Conforme Gorini (2000), os impactos da abertura da economia brasileira, do aumento da concorrência externa a partir de 1990 e da estabilização da moeda induziram transformações estruturais na cadeia têxtil nacional, cabendo destacar algumas mudanças.

O processo de reestruturação implicou o declínio da produção em alguns segmentos, como o que ocorreu na produção de tecidos planos, em que se somaram dois efeitos:

(I) falência de muitas indústrias, especialmente dos produtores de tecidos artificiais e sintéticos, mais atingidos pelas importações da Ásia; (II) substituição da produção de tecidos planos pela dos tecidos de malhas de algodão, cujos investimentos são mais baixos e cujo produto em geral também é mais barato, estando mais acessível à nova parcela de consumidores que o Plano Real incorporou ao mercado.

Houve ainda deslocamento regional para o Nordeste brasileiro e as demais regiões de incentivos fiscais, visando a menores custos de mão de obra; alguns governos estaduais têm participado com as indústrias no desenvolvimento de programas de qualificação e treinamento de mão de obra, principalmente na confecção, o que, aliás, é uma tendência mundial.

Com o intuito de sobreviver no mercado, uma série de indústrias teve de se reestruturar e passar por um processo de realocação industrial na busca de outros mercados, que possibilitassem ganhos de produtividade para enfrentar a concorrência. Esta é outra consequência do processo de reestruturação que opera na dimensão espacial. Daí coadunarmos com Gottdiener (1993, p. 230), ao afirmar que a reestruturação é um fenômeno socioespacial.

Mesmo com o deslocamento industrial podendo ser observado com maior nitidez no Sudeste do país, em parte em razão da dispersão espacial de indústrias em busca de redução de custos de produção, Lencioni, ao dissertar acerca do rearranjo na distribuição territorial da indústria, enfatiza que esta continua muito concentrada no Sudeste, particularmente no estado de São Paulo, e diz que

A reestruturação produtiva significou, portanto, uma desconcentração da indústria de São Paulo e da região metropolitana para o interior paulista; mas significou, também, uma dispersão territorial da indústria para outros estados. Isso não quer dizer que houve

uma transferência de plantas industriais localizadas na cidade de São Paulo; essa realocação pode ter até ocorrido, mas sobretudo o que houve foi a eleição de novas localizações para a instalação de novas industriais (LENCIONI, 2006b, p. 109).

Partindo do pressuposto de que a dispersão industrial que ocorreu na década de 1970 foi motivada pelos desequilíbrios regionais que levaram o governo a adotar medidas como incentivos fiscais e programas para as áreas periféricas, é importante ressaltar que, na década de 1990, a “nova desconcentração” ganhou o nome de guerra fiscal entre os estados, pois as indústrias são disputadas entre os estados, que oferecem terrenos e isenções. Conforme Lencioni (2006a), as indústrias que, por exemplo, deixam o estado de São Paulo alegam que o processo de globalização exige custos finais mais baixos para ganhar competitividade, aproveitando a mão de obra mais barata e menos politizada. Dessa forma, na década de 1990, a distribuição espacial da indústria passou a receber transformações significativas. Nas regiões de concentração tradicional, como a grande São Paulo, muitas indústrias se deslocaram em virtude da deseconomia de aglomeração, ou seja, os congestionamentos de trânsito, o alto preço dos terrenos, a elevada carga de impostos e a mão de obra mais cara e sindicalizada, que inibem os novos investimentos.

Esse cenário é novo e, embora muito dele se deva à mobilidade territorial das indústrias que operam com força de trabalho intensiva, não se confunde com a mobilidade territorial das indústrias havida em décadas anteriores ao processo de reestruturação produtiva. Não se confunde porque embora seja, igualmente, um processo de mudança de localização territorial, ele é de outra natureza. Àquele, o anterior, se relaciona a uma fase do processo de industrialização brasileira que se desenvolveu baseada numa política de substituição de importações, de protecionismo alfandegário e de uso intensivo dos fundos públicos. Esse outro, que acompanha a reestruturação produtiva, se relaciona às políticas neoliberais e ao incremento de uma arquitetura produtiva estruturada em torno de empresas organizadas em redes e em empresas-rede (LENCIONI, 2006b, p. 108-109).

Ante o exposto, tanto o deslocamento espacial da indústria ocasiona a dispersão da produção industrial no espaço nacional, estendendo-se sobretudo para novos espaços do Sul e para alguns pontos do

Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte, como também ocorre a interiorização da indústria em São Paulo. Segundo Lencioni (2006b, p. 108),

[...] as indústrias com expressiva presença do capital nacional e que operam com mão-de-obra intensiva, como as têxteis e de calçado, tenderam a um movimento de desconcentração industrial em direção ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, enquanto aquelas intensivas em tecnologia, em grande parte de predomínio ou de capital transnacional, tenderam a se concentrar no Sudeste, particularmente no Estado de São Paulo, privilegiando, aí, a capital; ou seja, a cidade de São Paulo, sua região metropolitana e o entorno dessa região. Isso porque é nessa porção do território que se encontram, de forma significativa e mais eficiente, as condições gerais de produção necessárias às indústrias intensivas em tecnologias e às indústrias de alta tecnologia. Nessa região é que se apresenta uma infra-estrutura necessária a essas indústrias, como, por exemplo, a presença de aeroportos internacionais, de trabalhadores altamente qualificados, bem como de eficientes redes de comunicações e uma extensa rede de fibra ótica.

Sandra Lencioni (2006a, p. 49) afirma que “São Paulo vem deixando de ser a cidade, por excelência, do capital produtivo industrial para se alçar à condição de gestora do capital, quer relacionada à agroindústria, ao comércio, à indústria propriamente dita ou ao capital financeiro”.

Conforme Santos e Silveira (2001, p. 108), “a nova divisão do trabalho industrial é acompanhada de uma nova repartição geográfica”. O autor mostra a geografia da indústria nacional e, por conseguinte, a nova diferenciação regional que se delineia com base nos tipos de indústria que se instalam nas diferentes regiões do Brasil.

Como nos fala Lencioni,

Esse cenário indica que uma nova diferenciação regional, que é produto não mais da simples presença, densidade ou ausência da atividade industrial nas diferentes regiões do país, mas, sobretudo, do tipo de indústria que se instala nas diferentes regiões do país (LENCIONI, 2006b, p. 108).

Amaral Filho (2012) assinala que, na economia industrial nordestina e cearense, em particular,

O Nordeste em geral tem uma indústria de transformação pequena em relação às regiões mais desenvolvidas e o que existe é frágil. Esta fragilidade está retratada na falta de indústrias dinâmicas e de grandes complexos industriais integrados e na dificuldade de se formar e adensar cadeias produtivas. O principal subsetor industrial nordestino é o de “produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico”. Em seguida, “indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos” e “indústria de calçados”. No Ceará, por coincidência, os três principais subsetores industriais são exatamente esses, não na mesma ordem (AMARAL FILHO, 2012).

A dispersão geográfica da produção industrial estendendo-se para novos espaços do Sul e alguns espaços do Centro-Oeste e Norte do Brasil, bem como do Nordeste, em decorrência da “descentralização industrial” (SANTOS; SILVEIRA, 2001), ou melhor, “desconcentração industrial” (LENCIONI, 1991, 2006b, 2007), é uma tendência que se observa também quanto ao ramo têxtil e de confecções, como veremos a seguir.

A desconcentração industrial e a geografia da indústria têxtil e de confecção

Se até o século XX, dentre as bases teóricas comumente utilizadas na geografia e na economia para determinar fatores locais, destacavam-se a teoria clássica da localização industrial, de Alfred Weber (1909); a teoria das localidades centrais, de Walter Cristaller (1930); a teoria do equilíbrio espacial geral, de August Lösch (1940), em nossos dias há necessidade de uma base teórica que venha elucidar a dinâmica da espacialização industrial em curso e a relação com as contradições do desenvolvimento capitalista. Assim, a categoria de “formação econômica e social” (SANTOS, 1993)¹⁸ é a base que nos permite entender os verdadeiros fatores que hoje condicionam

¹⁸ No entendimento do espaço, Santos se utiliza do conceito de formação econômico-social de Marx, que está articulado com o modo de produção em um dado momento histórico. “Quando se fala de modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político e ideológico. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se, assim, um fator de produção, uma força produtiva [...]” (SANTOS, 1979, p. 18).

a distribuição espacial da produção industrial sem procurar modelos estáticos, mas ressaltando o desenvolvimento das forças produtivas, a maior fluidez das relações econômicas, a articulação de diferentes escalas espaciais que permitem uma acumulação ampliada do capital nunca vista antes, o papel dos distintos agentes da produção e reprodução do capital.¹⁹ Dessa forma, entendemos o espaço como produto, meio e condição das relações sociais (CARLOS, 1988, 2001a, 2007), levando em conta o fato de que aos antigos fatores locacionais (capital; energia; mão de obra; matéria-prima; mercado consumidor; meios de transportes), entendidos como as vantagens que um determinado espaço pode oferecer para a instalação de uma indústria, somam-se hoje toda a infraestrutura necessária para a instalação de um determinado ramo industrial, bem como modernas e rápidas vias de transporte e comunicações, além de incentivos fiscais e legislações fiscais, tributárias e ambientais amenas. Deve-se considerar não somente o quantitativo industrial ou a localização das indústrias, mas a nova configuração do espaço urbano, o novo papel exercido pelos municípios onde se alocam esses elementos fixos espaciais, o reflexo no modo de vida urbano, a intensidade de fluxos,²⁰ “os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação” (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

A espacialização industrial, entendida aqui como algo além da mera disposição nos espaços de estabelecimentos industriais, implica formas diferenciadas de valoração por parte dos agentes produtores. Segundo Santos e Silveira (2001, p. 112), “[...] a velocidade com que os pedaços do território são valorizados e desvalorizados, determinando mudanças de usos, é temerária [...]”.

Em outro momento, o autor ressalta que

¹⁹ “Portanto, o espaço analisado através da geografia nos permitiria compreendê-lo como processo e movimento; produção/reprodução social” (CARLOS, 2007, p. 47). “Essa abordagem indica o deslocamento do enfoque [...] da localização das atividades, dos grupos humanos, no espaço, para a análise do conteúdo das relações que os constituem enquanto tal, como movimento do processo de apropriação/produção/reprodução do espaço em seus conteúdos sociais” (CARLOS, 2011, p. 53).

²⁰ Como afirmou Santos: “os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que criam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam” (SANTOS, 1996, p. 50).

[...] o território passa a ser organizado e usado com a lógica exclusiva dessa produção, ou melhor, dessa possibilidade de produção, pois em muitos casos não há ainda a implantação das indústrias. Desse modo, e em função da política territorial de uma empresa e da promessa de objetos modernos que chegarão, os lugares entram em guerra. Um combate por oferecer os melhores dados técnicos e políticos às firmas (SANTOS, 2001, p. 113).

Concordamos com Lencioni (2007) quando assinala que “a discussão sobre localização industrial tendo como referência as condições gerais de produção nos conduz a perceber que essas condições não determinam, em si, nada. Elas possibilitam a localização”.

E acrescenta, ainda:

Do mesmo modo, as condições gerais de produção criam possibilidades para a reprodução do capital, mas não são as causas da reprodução do capital porque o que determina a reprodução do capital são as relações sociais de produção. Diferença aparentemente sutil, mas que supera a coisificação implícita que se faz presente em muitas abordagens sobre os fatores de localização industrial (LENCIONI, 2007).

A atividade têxtil está presente em todas as regiões brasileiras. A Tabela 1 indica o número de indústrias têxteis e de confecção existentes no Brasil de 2000 a 2007, sua distribuição geográfica em termos de regiões, bem como a empregabilidade.

Tabela 1 – Unidades fabris e número de empregados por região

	UNIDADES FABRIS INSTALADAS			NÚMERO DE EMPREGADOS		
	2000	2007	% Total em 2007	2000	2007	% Total em 2007
Têxtil	4.463	4.473	100,0	339.238	341.438	100,0
Norte	57	38	0,8	3.591	4.372	1,3
Nordeste	408	327	7,3	47.660	45.841	13,4
Sudeste	2.817	2.475	55,3	200.356	174.713	51,2
Sul	1.101	1.554	34,7	80.851	109.935	32,2
Centro-Oeste	80	79	1,8	6.780	6.577	1,9
Confecionados	18.797	23.276	100,0	1.233.156	1.223.862	100,0
Norte	402	186	0,8	12.641	8.254	0,7
Nordeste	2.587	3.228	13,9	165.750	191.527	15,6
Sudeste	10.852	12.568	54,0	735.645	625.917	51,1
Sul	4.151	5.903	25,4	257.933	341.385	27,9
Centro-Oeste	805	1.391	6,0	61.187	56.779	4,6

Fonte: elaboração do BNDES, com base em dados do IEMI (2008).

Podemos constatar, pela Tabela 1, que a região Sudeste sobressai em termos de participação nas atividades têxteis (com 2.475 estabelecimentos formais em 2007) e de confecção (com 12.568 estabelecimentos formais em 2007) em relação às demais regiões, embora notemos uma tendência de decréscimo de unidades têxteis, uma vez que, de 2000 para 2007, foram fechados 342 estabelecimentos.

O ramo têxtil confeccionista é intenso em mão de obra, razão pela qual gera grande quantidade de empregos em torno de si, assumindo enorme importância na economia do país.

A indústria têxtil confeccionista é uma das que mais empregam no país, sendo a segunda maior empregadora da indústria de transformação, a qual representa 18,6 % do produto interno bruto. É também a segunda maior geradora do primeiro emprego. Em 2007, a indústria têxtil confeccionista brasileira participou com 5,2% do faturamento total da indústria de transformação, gerando 17,3% do emprego total da indústria de transformação nacional (IEMI, 2008, p. 25).

O faturamento do segmento chegou em 2010 a US\$ 52 bilhões; a produção média de confecção foi de 10 bilhões de peças no ano passado, com 1,7 milhão de trabalhadores empregados nesse setor.

Como afirma Lencioni (2006a, p. 50-51),

Seria natural pensar que a desconcentração industrial havida no país tenha se traduzido em um crescimento equivalente ao do emprego industrial. Ledo engano: a participação do emprego industrial no conjunto das ocupações brasileiras nos anos 1990 é próxima à dos anos 1940, ou seja, pouco se alterou. Se pensarmos que o setor industrial nos anos 1940 era infinitamente menor que o atual, podemos compreender que crescimento econômico nem sempre corresponde a desenvolvimento social. O fato de a economia crescer não se traduz diretamente em crescimento do emprego e em melhores condições de vida da população.

Conforme Pochman (2002, p. 56 *apud* LENCIONI, 2006b, p. 51),

[...] nem o desenvolvimento da atividade industrial nem o movimento de desconcentração industrial fizeram-se acompanhar de uma maior participação do emprego industrial no conjunto das

ocupações do país. Para se ter uma ideia dessa perda, entre 1980 e 1990 foi eliminado 1,5 milhão de postos de trabalho na indústria.

A redução no número de empregados no processo produtivo têxtil pode ser explicada pelo declínio do número de plantas industriais e adoção de máquinas e equipamentos computadorizados, que dispensam vários trabalhadores, bem como pela adoção de processos de produção mais eficientes e com menor custo. Paralelamente, a exigência quanto à qualificação da mão de obra se tornou maior no mercado de trabalho industrial, o que pode ser visualizado pelo mapa do trabalho industrial.

Figura 3 – Trabalho industrial no Brasil em 2012

Indústria precisará de 7,2 milhões de técnicos até 2015

Mapa do Trabalho Industrial, elaborado pelo SENAI, mostra que demanda por profissionais mais capacitados aumentou: 1,1 milhão do total da necessidade é por novos trabalhadores



MAPA DO TRABALHO INDUSTRIAL 2012

7.153.800

postos de trabalho na indústria até 2015

177

ocupações

1.1 milhão

de novos trabalhadores

Necessidade de profissionais na indústria entre 2012 e 2015



O Brasil terá de formar 7,2 milhões de trabalhadores em nível técnico e em áreas de média qualificação para atuarem em profissões industriais até 2015. Essa necessidade produzirá oportunidades em 177 ocupações, que vão desde trabalhadores da indústria de alimentos (cozinheiros industriais) e padeiros até supervisores de produção de indústrias químicas e petroquímicas.

Fonte: Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br>. Acesso em: 23 abr. 2021.

Como pode ser visualizado na Figura 3, na região Nordeste, a demanda por profissionais capacitados no período 2012-2015 é de 845,5 mil. Já no Ceará, a demanda por profissionais capacitados é de 161,2 mil, o que corresponde a 2,3% de todo o país.

Com base na Confederação Nacional das Indústrias, que divulgou, em 2012, o mapa do trabalho industrial,²¹ as ocupações

²¹ Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/trabalho/industria-precisara-de-72-milhoes-de-tecnicos-ate-2015-/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

com maior demanda quanto ao nível de instrução (nível técnico) são: colorista; técnico em operação e monitoração de computadores; técnico de controle da produção; técnico em eletrônica; técnico em eletricidade e eletrotécnica. Já as ocupações com maior demanda quanto à intensidade do trabalho (> 200 horas) são: operador de máquinas para costura de peças do vestuário; trabalhador da indústria de alimentos (cozinheiro industrial); padeiro, confeitoiro e afins; trabalhador polivalente da indústria têxtil; mecânico de manutenção de máquinas industriais.

A readequação do trabalho às novas técnicas de produção, organização e gestão do processo produtivo passa a exigir trabalhadores especializados e dispostos a assimilar as inovações. Nesse sentido, as vantagens comparativas que, até então, se associavam, dentre outros fatores, aos baixos custos de mão de obra, somam-se às vantagens competitivas, dada a necessidade de mão de obra qualificada para gerir os novos pacotes tecnológicos. Assim, podemos afirmar que a reestruturação não só destrói empregos, mas também cria novas profissões.

A reestruturação acaba privilegiando o trabalhador mais capacitado, que tem o perfil de aceitar desafios, conquistar seu espaço e ajustar-se rapidamente às situações novas. Essa força de trabalho com maior iniciativa e maior capacitação “torna, inclusive, dispensável algumas das funções de gerência e controle exercidas pelos níveis hierárquicos intermediários, anteriormente existentes” (ANTUNES, 1997; DRUCK, 1995).

Para essa pequena fração da força de trabalho composta por profissionais com a mais alta especialização, há de fato um mercado de trabalho global, que permite o constante movimento entre os nós das redes globais que controlam o planeta. No entanto, paralelamente à integração dos “melhores talentos” nas redes globais, a esmagadora maioria da força de trabalho permanece “presa” ao espaço nacional, regional ou local. Assim sendo, podemos afirmar que o atual modelo de produção global permite a integração simultânea das diferentes etapas de trabalho e a desintegração da força de trabalho.

Essa desintegração da força de trabalho ocorre não apenas em âmbito espacial, mas também através do desemprego crescente da mão

de obra menos qualificada, levando ao surgimento de uma não classe de não trabalhadores (GORZ, 1986), que está longe de constituir uma força coletiva de luta. Ademais, a diversificação crescente da classe trabalhadora tornou improvável possíveis mobilizações coletivas com base no trabalho assalariado (OFFE, 1989), impedindo, portanto, de se pensar o trabalho como espaço de lutas políticas.

Enquanto assistimos de um lado à “qualificação”, maior estabilidade e melhores chances no mercado de parcela diminuta da força de trabalho, de outro, temos a “desqualificação” de sua parcela majoritária, a instabilidade e as menores chances no mercado de trabalho. Esta é outra consequência da reestruturação.

É visível a constituição de dois grupos distintos de trabalhadores nas indústrias: um grupo composto por trabalhadores especializados, cujos salários são, em geral, elevados e as condições de trabalho e moradia são melhores, e outro grupo composto pelos trabalhadores “periféricos”, sem vínculo empregatício, cujos salários são, geralmente, baixos e as condições de trabalho e moradia, precárias. Estes últimos geralmente constituem o grupo composto por terceirizados, temporários e estagiários, no interior do qual se opera o processo mais intenso de exploração e precarização da força de trabalho.

Há uma dualidade no mercado de trabalho, com uma pequena camada “superior” (trabalhadores especializados com maior nível de escolaridade) e uma grande camada “inferior” (trabalhadores não especializados com baixo nível de escolaridade), crescendo em ambas as extremidades da estrutura ocupacional, em ritmo e proporção que dependem do tamanho das indústrias e da atividade exercida.

No que se refere ao setor industrial têxtil, dados sobre as maiores indústrias e também as líderes de mercado conquistado em vendas, de acordo com a premiação Melhores e Maiores de 2013 da revista Exame, podem ser visualizados na Tabela 2.

Dessas indústrias, as que têm filiais no Ceará são o grupo Vicunha (Maracanaú, Pacajus), o grupo Guararapes (Fortaleza) e a Karsten (Maracanaú). Com exceção do grupo Guararapes, as empresas têm sede nas regiões Sul e Sudeste do país. Como já afirmavam Santos

e Silveira (2001, p. 109), “holdings nacionais e globais irão desenhar suas topologias no território brasileiro, mantendo, porém, seus centros de comando nas regiões Sudeste e Sul do país”.

Tabela 2 – Maiores indústrias do setor têxtil – 2013

Indústrias	Vendas em 2013 (em US\$ milhões)	Crescimento	Lucro (em US\$ milhões)	Rentabilidade
Hering	736,1	6%	128	29,7%
Coteminas	449,1	7,8%	-9,3	-2,1%
Vicunha	444,8	0,1%	52,2	10,7%
Guararapes	398,4	4,3%	147,1	11,6%
Tavex	263,7	-8,2%	-2,5	-
Meias Lupo	222,2	-7,9%	23,4	13,6%
De Millus	189,3	-2,5%	-12,3	-9,6%
Santanense	169,1	-2,4%	13,5	11%
Döhler	161,7	10,5%	14,4	7,3%
Karsten	125,6	-8,9%	-14,5	-747,5%
Brastex	72,2	10,3%	3,7	4,9
Norfil	72	-2,4%	9,6	14,5%

Fonte: <https://exame.com/negocios/exame-premia-as-melhores-empresas-de-cada-setor-em-2013/>. Acesso em: 7 abr. 2021.

Podemos perceber pela tabela o peso que tem a indústria têxtil em nossa economia. Em termos de vendas, em 2013, a Hering já ultrapassou a Coteminas – do falecido vice-presidente José Alencar –, que já foi a maior empresa têxtil brasileira e, em 2012, enfrentou sérias dificuldades, já tendo dispensado pessoal e reduzido a produção. Sobre a presença de indústrias globais, como a Vicunha, ao lado de indústrias nacionais, nos lembram Santos e Silveira (2001, p. 138) que:

Paralelamente ao crescimento dos grupos nacionais, algumas firmas globais, por vezes em fusões, espalham instâncias de suas cadeias produtivas no território brasileiro. É o caso da Alpargatas Santista Têxtil, da holding Bunge e Born, que é fabricante de denim e brim,

da Faiway Filamentos S. A., uma fusão da Rhodia e da Hoechst, produtora de filamentos sintéticos, e da incorporação, por parte da DuPont Sudamérica S. A., da Vicunha, que produz náilon têxtil.

Os polos têxteis e confeccionistas

Mesmo sendo a “descentralização industrial” uma das consequências do período em curso, a presença de concentrações regionais é uma das peculiaridades do segmento têxtil e de confecções. Estão entre as principais:

- Região de Americana/SP – setor têxtil;
- Vale do Itajaí/SC – setores têxteis e de confecções;
- Fortaleza/Ceará – setores têxteis e de confecções;
- Sul de Minas Gerais – malharias;
- Região de Nova Friburgo/Rio de Janeiro – moda íntima e lingerie.

Dessa forma, além de existirem indústrias têxteis por todos os estados do país, a ABIT destaca a existência de grandes polos regionais de produção têxtil e confeccionistas existentes no Brasil. Os principais polos estão localizados no Sudeste do país, nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, no Sul, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e no Nordeste, nos estados do Ceará e Pernambuco.

Em nossos dias, São Paulo é o principal polo brasileiro de confecções; são mais de 15 mil indústrias, distribuídas por várias regiões e atuando em todos os segmentos. Na capital paulista, as duas maiores concentrações de confecções e lojas atacadistas são os bairros Brás e Bom Retiro, como já havíamos destacado no segundo capítulo, quando se iniciou o desenvolvimento da indústria têxtil no espaço brasileiro.

Como dissemos, com o deslocamento industrial, o número de estabelecimentos industriais cresceu no interior paulista, havendo uma grande concentração de indústrias têxteis e confeccionistas na região de Sorocaba, Americana e São José do Rio Preto. Conforme Santos e Silveira (2001, p. 139), “em São Paulo, a região dos municípios de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara d’Oeste e Sumaré é um centro importante de elaboração de tecidos planos de fibras artificiais e sintéticas”. A cidade de Americana destaca-se por sua produção de tecidos

artificiais e sintéticos e apresenta muitas facções, que representam, por sua vez, metade das 400 companhias que atuam na região.

São Paulo se destaca como o mais importante centro produtor, intelectual e financeiro da indústria, uma vez que sobressai como *locus* da moda e *marketing*, além de controlar as atividades produtivas nacionais. Na cidade de São Paulo, está o varejo de luxo, com lojas nacionais (Zoomp, Forum, Rosa Chá) e internacionais (Louis Vuitton, Giorgio Armani, Hugo Boss).

De acordo com a ABIT, Minas Gerais possui o segundo maior polo brasileiro confeccionista, abrigando aproximadamente 5 mil indústrias, distribuídas em duas regiões. No sul do estado, destaca-se a produção do tricô, principalmente blusas de frio. Na região de Juiz de Fora, predomina a moda íntima. Em Divinópolis, há atualmente cerca de 3 mil indústrias formais e informais da cadeia produtiva de confecção e moda. A região de Muriaé se especializou na fabricação de *lingerie* e fornece para grandes magazines do Brasil.

O Rio de Janeiro foi um dos maiores polos têxteis e de moda do Brasil até os anos 1980. O estado responde por 10% da produção nacional, com cerca de 5.700 indústrias. É o segundo maior polo lançador de moda feminina.

Segundo a ABIT, no estado do Rio de Janeiro, destacam-se os seguintes polos confeccionistas: Polo de Confecções Moda Sul Fluminense (Valença); Polo Confeccionista de Petrópolis; Moda do Noroeste Fluminense (Itaperuna); Polo de Niterói, que se especializou em moda feminina, masculina, praia e esporte. Merecem destaque as cidades de Nova Friburgo, principal polo produtor de *lingerie* do país e sede da indústria alemã Triumph, e Petrópolis, especializada em malharia e roupas de inverno.

Santos e Silveira (2001, p. 139) também confirmam tal fato ao assinalar que

No Estado do Rio de Janeiro a indústria têxtil e de confecção é também importante, concentrando metade da produção nacional de *lingerie*. Além das grandes firmas do setor, existe um leque de pequenas empresas localizadas em Nova Friburgo e em Petrópolis (4.300 estabelecimentos) que, amiúde, vendem ao varejo suas próprias produções.

Em outro momento, Santos e Silveira (2001, p. 110) afirmam que o Rio de Janeiro se reserva o comando de várias das mais importantes corporações do Brasil, como a Companhia Vale do Rio Doce e a De Millus, Du Loren e Triumph Internacional no setor de confecções.

Além desses agrupamentos industriais na área confeccionista, o estado do Rio de Janeiro conta também com o Polo da Moda Praia Cabo Frio e o Polo da Moda São Gonçalo, que fabricam peças em *jeans*, bem como o Polo de Moda de Campos, que tem produção diversificada, produzindo *jeans*, malharia e modinha.

Segundo a ABIT, no Espírito Santo há aproximadamente 1.500 pequenas indústrias fabricantes de moda dia a dia, roupa esportiva e masculina. Destaca-se o polo localizado na cidade de Vila Velha, pertencente à microrregião de Vitória, que se especializou em modinha e jeans.

Na região Sul, o destaque é para a indústria de confecções, com a presença da Marisol (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará-Pacatuba), Hering Têxtil S. A. e Sulfabril, em Blumenau, Santa Catarina.

Conforme Santos e Silveira (2001, p. 138),

Blumenau surge como o berço de grandes empresas do setor têxtil. Este participa com cerca de 65% de sua receita municipal, e em 1997 representava 47,7 % do emprego na região. A cidade abriga empresas como a Sulfabril, a Teka, orientada para segmento de cama, mesa e banho, menos exposto aos embates das importações, e a Hering Têxtil S. A. São empresas que modernizam continuamente os seus maquinários e que, entre suas novas formas organizacionais, empregam crescentemente a terceirização, demitem funcionários e aumentam as formas de automação.

Dois *rankings* mostram a supremacia da indústria têxtil catarinense em relação ao Sul do Brasil. Um deles é o Anuário Brasil Têxtil, editado pela ABIT, que traz uma relação das 210 maiores empresas do setor no país. Deste total, 51 empresas são catarinenses, número que corresponde a 21,1%.

A Tabela 3 mostra as 51 maiores indústrias têxteis catarinenses, de acordo com o Anuário Brasil Têxtil 2006, elaborado pela ABIT.

Tabela 3 – Principais indústrias têxteis catarinenses

Indústrias	Cidade	Funcionários	Faturamento em R\$	Fundação
Malharia Brandili	Apiúna	1.100		1964
Haco Etiquetas	Blumenau	1.200		1928
Malhas Soft S.A. Enobrecimento Têxtil	Blumenau	203		1987
Altenburg Ind. Têxtil.	Blumenau	700		1951
Karsten S.A.	Blumenau	2.536		1882
TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A.	Blumenau	6.000	420.000.000,00	1935
Cia. Hering	Blumenau	4.505	376.590.000,00	1880
Dudalina S.A.	Blumenau	1.000	96.000.000,00	1957
Malharia Cristina.	Blumenau	800		1970
Pacífico Sul. Ind. Têxtil e Confec.	Blumenau	350		1989
Sanju Ind. Têxtil	Blumenau	250		1995
Sulfabril S.A.	Blumenau	1.400		1947
Têxtil HB – Greenjam	Blumenau	82		2000
Cremer	Blumenau	1.500	190.000.000,00	1935
Cia. Industrial Schlosser S.A.	Brusque	559		1911
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux	Brusque	1.100		1892
Têxtil Renaux S.A.	Brusque	745		1925
Tinturaria Florisa	Brusque	221		1967
Buettner S.A. Ind. Com.	Brusque	1.696	186.006.775,00	1898
Indústria Appel	Brusque	200		1974
A M C Têxtil – Colcci	Brusque	1.300		1986
Círculo S.A.	Gaspar	1.240	110.000.000,00	1937
Dicotone Têxtil	Gaspar	180		1984
Lunender S.A.	Guaramirim	600		1983
Polo New Ind. e Com. do Vestuário	Guaramirim	130		1979
Tapajós Têxtil	Indaial	350		1958
Karlache Com. e Ind. Têxtil	Jaraguá do Sul	200		1994
A M C Têxtil – Menegotti Malhas	Jaraguá do Sul	670		1980
Malwee Malhas	Jaraguá do Sul	5.500		1968
Marisol S.A.	Jaraguá do Sul	6.313	425.216.000,00	1964
Douta Cia. Têxtil S.A.	Joinville	300	24.076.000,00	1973
Fibra Malhas – Delates	Joinville	210		1981
Malharia Mana	Joinville	340	17.751.565,59	1984
Malharia Princesa S.A.	Joinville	100		1952
Afetes Ind. Com. e Rederes	Joinville	143		1977
Cia. Fabril Lepra	Joinville	630	79.284.742,00	1907
Dohler S.A.	Joinville	2.200		1881
Cativa Têxtil Ind. e Com.	Pomerode	1.250		1988
Dublack Ind. e Com. de Malhas	Pomerode	400		1983
Fakini Têxtil	Pomerode	350		2004

Indústrias	Cidade	Funcionários	Faturamento em R\$	Fundação
Kyly Ind. Têxtil	Pomerode	600	69.061.000,00	1985
Dioxes Ind. Com Confeccões	Rio do Sul	165		2003
Malhas Carlan	Rio do Sul	80		1980
Blue in Confeccões	Rio dos Cedros	150		1996
Fiação São Bento S.A.	São Bento do Sul	570	84.501.000,00	1948
Buddemeyer S.A.	São Bento do Sul	770	88.121.000,00	1951
Clássico Ind. de Artigos Esportivos	Saudades	600		1979
Indústria Acrilan	Timbó	450		1993
Malharia Diana	Timbó	907	39.541.774,00	1958
Malhas Wilson	Timbó	250		1973
Beckhauser Ind. Com. de Malhas	Tubarão	196	55.341.936,16	1999

Fonte: Anuário (ABIT, 2006).

No *ranking*, a Malhas Carlan e a Dioxes Confeccões, juntas, somam 245 empregos diretos. O anuário da ABIT aponta que as 51 maiores empresas catarinenses do setor empregam cerca de 53 mil pessoas diretamente. O maior polo têxtil continua sendo a cidade de Blumenau. Nela estão concentrados 20,5 mil dos empregos gerados pelas 51 maiores empresas (41%). Blumenau tem também o maior número de empresas listadas no anuário, 12 no total. Em seguida, aparecem Brusque, com 7 empresas, Jaraguá, com 4, e Rio do Sul, com 2. No número de empregos, no entanto, a situação se inverte: as quatro empresas de Jaraguá geram 12 mil empregos, contra 5,8 mil empregos das sete empresas de Brusque.

Outro importante indicador do potencial têxtil de Santa Catarina é o *ranking* das 600 maiores empresas têxteis do Sul (2006), elaborado pela Fundação Getúlio Vargas e publicado pela revista Expressão. Entre as 10 maiores (Quadro 1) do setor têxtil na região, 8 são catarinenses e alcançam um faturamento conjunto de R\$ 1,7 bilhão, 89% do total.

Em Santa Catarina, o Vale do Itajaí, cuja principal cidade é Blumenau, é um dos polos têxteis mais avançados da América Latina e o centro brasileiro com maior inserção no mercado internacional, sendo o principal exportador nacional de artigos de malha e linha lar.

Blumenau reúne quatro das dez maiores indústrias têxteis do Sul: Hering, Teka, Cremer e Karsten. Elas alcançam um faturamento somado de R\$ 1 bilhão, cerca de 50% do total faturado pelas dez maiores do Sul.

Quadro 1 – As dez maiores indústrias têxteis do Sul do Brasil em 2006

Empresa	UF	Faturamento em milhares de reais
Hering	SC	320.295
Teka	SC	260.703
Karsten	SC	249.613
Marisol	SC	236.831
Döhler	SC	205.120
Cremer	SC	197.581
Pettenati	RS	170.164
Buettner	SC	160.338
Fitesa	RS	106.036
Círculo	SC	89.932

Fonte: Disponível em: <https://issuu.com/exame/docs/mm2006>. Acesso em: 13 nov. 2021.

De acordo com o Anuário Brasil Têxtil, a indústria mais antiga de Santa Catarina é a Hering, fundada em 1880. A idade média das têxteis catarinenses é de 43,5 anos, o que demonstra a longevidade da maioria delas; já as indústrias de Brusque têm uma idade média de 68 anos.

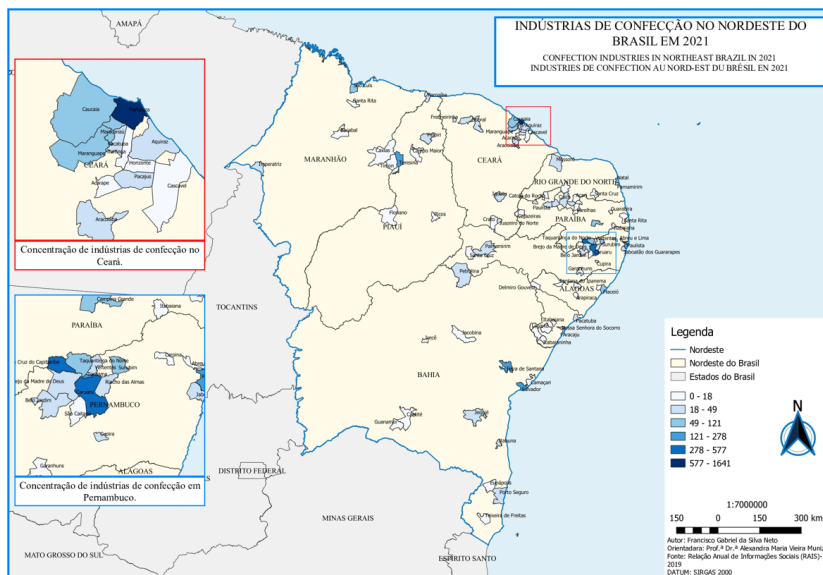
Os polos confeccionistas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina possuem cerca de 6 mil indústrias especializadas na confecção de malhas.

A ABIT indica também que, no Paraná, o *jeans* é o carro-chefe do polo localizado nas regiões norte e noroeste do estado, considerado um dos mais importantes parques industriais do país. Trata-se de um corredor de 100 quilômetros que envolve as cidades de Maringá, Londrina, Apucarana e Cianorte, cuja produção chega a 130 milhões de peças por ano e a um faturamento superior a R\$ 2 bilhões. As cidades formam também o chamado corredor da moda, abrigando 12 centros atacadistas. O polo possui desde tecelagens até lavanderias, fabricantes de materiais de acabamento, confecções propriamente ditas e até mesmo produtores de seda. Além de produzir *jeans*, que responde por cerca de 70% do faturamento, as indústrias da região atuam também nos segmentos de malharia, infantil, *lingerie*, moda praia e da chamada modinha.

No que se refere ao polo têxtil e de confecção do Nordeste do Brasil, no interior de Pernambuco existem 6 mil fábricas produtoras de moda íntima, *jeans* e modinha. Em Sergipe, na região de Tobias Barreto, há aproximadamente 1.300 confecções.

Pela espacialização das indústrias de confecção é possível dimensionar o peso que tem esse ramo industrial no Nordeste, como mostra a figura abaixo:

Figura 4 – Estabelecimentos industriais de confecção no Nordeste do Brasil em 2021



Fonte: elaboração própria. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2019.

Como pode ser visualizado na Figura 4, no Nordeste, de um total de 6.828 indústrias de confecção, o destaque na produção confeccionista regional é para os estados do Ceará e Pernambuco, com preponderância do Ceará, que, segundo últimos dados da RAIS (2019), possui um total de 2.341 estabelecimentos industriais de confecção, sobressaindo a capital (Fortaleza), com 1.641 estabelecimentos, seguida de Maracanaú (81), Caucaia (80), Maranguape (60) e Juazeiro do Norte (49). Já em Pernambuco, de um total de 2.058 estabelecimentos, há uma concen-

tração maior nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe (456), Caruaru (454), Toritama (187), Recife (151) e Taquaritinga do Norte (63).

Segundo Santos e Silveira (2001, p. 138),

Se um feixe de vetores, ao longo do tempo relativamente recente, determinou a concentração de empresas têxteis e de confecção na região Sul, a “exportação” dessa especialização para o Nordeste pode ser explicada basicamente pela presença de um conjunto favorável de normas.

exemplo de tais normas seriam redução de impostos, isenções, enfraquecimento ou acordos com sindicatos etc.

No que se refere ao número de empregos gerados, o destaque é para o segmento de confeccionados, notadamente o vestuário. Nas manufaturas têxteis, sobressai o número de empregados na tecelagem.

Com crescentes incentivos fiscais, indústrias do setor têxtil e de confecções localizam-se em várias cidades nordestinas. Como exemplos podem ser citadas, conforme Santos e Silveira (2001, p. 138, grifos nossos),

Lee Nordeste, Fibrasil e Braspérola Nordeste, no Ceará e em Pernambuco. Mas também a Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas) instalou a malharia Wentex em Natal e uma fábrica de fios, tecidos e malhas, a Embratex, em Campina Grande. *Ou seja, além de Minas Gerais, a empresa mantém filiações no Rio Grande do Norte, Paraíba, Santa Catarina, como também unidades na Argentina, Estados Unidos e México.*

Em geral, as políticas de industrialização consistem na oferta de infraestrutura física para atender às necessidades das indústrias, como construção de estradas, serviços de água e esgoto, energia, gás, portos, aeroportos, comunicação, chegando à oferta de distritos industriais com toda a estrutura para a implantação de indústrias, como também se baseiam na concessão de incentivos fiscais, representados pela isenção ou alíquota diferenciada de impostos. É nesse contexto de mudanças que se insere o estado do Ceará.

Segundo Amaral Filho (2003, p. 367),

Dentre as economias estaduais brasileiras, a do Ceará vem se destacando nos últimos anos pela reforma do Estado, ajuste das

contas públicas, incremento nos investimentos público e privado e mudança do regime de crescimento acompanhada por variações positivas persistentes do PIB – Produto Interno Bruto –, em especial, nas áreas urbanas e nos setores industrial e de serviços.

Informam Santos e Silveira (2001, p. 115) que, além da densidade técnica nos lugares – por meio de rodovias, ferrovias, aeroportos, geração de energia, terrenos preparados – para torná-los aptos à produção, é preciso constituir uma densidade normativa (SILVEIRA, 1996, 1999b), que conceda e combine satisfatoriamente proteções e atrativos legais.

Na segunda metade dos anos 1980, como relata Amaral Filho (2003, p. 377), dentre as principais políticas públicas do governo estadual está

A nova política industrial, que introduz uma racionalidade industrial e espacial à concessão de incentivos financeiros, além de incluir um vetor dedicado ao apoio e à indução ao desenvolvimento industrial. Este vetor engloba quatro segmentos: sistema estadual de inovação; empresas de base tecnológica; micro e pequenas empresas e cadeias produtivas construídas; política e reorganização espacial, cuja preocupação central é a criação de uma rede de cidades médias no interior do Estado.

Essas modificações começaram a ocorrer no momento em que o governo centrou as atenções para a reestruturação dos setores produtivos, como indústria, agricultura, turismo etc. Esse momento constitui a quarta fase do desenvolvimento industrial têxtil no Ceará, como nos fala Aragão (1999, 2002).

Conforme Amaral Filho (2003, p. 377),

Tal desempenho foi influenciado, de um lado, por fatores históricos e, por outro e mais diretamente, pela ruptura política provocada pelas novas elites locais, sob a liderança dos “jovens empresários” do centro industrial do Ceará (CIC), vis-à-vis da “oligarquia dos coronéis”, que deu lugar a um processo de ajustes nas contas do setor público estadual e permitiu a emergência de novas formas de intervenção pública local. A atuação estadual deu lugar a três gerações de políticas públicas: primeira, políticas de ajustes macroeconômicos; segunda, políticas estruturantes; e terceira, políticas de melhoria da qualidade do desenvolvimento.

Então, podemos assinalar que, com a reestruturação maior do sistema capitalista, o Estado também se reestrutura, buscando novas estratégias de atuação e, concomitantemente, ocorre a reestruturação da produção e do espaço, com consequências socioespaciais, como a que comentamos acerca da nova geografia industrial, com a resultante divisão espacial do trabalho e a simultânea integração do processo produtivo, e as implicações quanto à empregabilidade e novas exigências voltadas para qualificar a mão de obra, sem falar de todas as mudanças nos espaços, que passam a ser valorizados pelo capital industrial que acompanham a política industrial em curso.

Conforme Aragão (2002, p. 37),

O Ceará se apresenta, hoje, como o segundo maior pólo têxtil do Brasil, no que se refere ao consumo de algodão em pluma, ficando atrás somente do estado de São Paulo. Detém, ainda, o segundo lugar na produção de fios, sendo ultrapassado também por São Paulo. E dentro da cadeia produtiva, ocupa o quarto lugar em volume de produção, depois de São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais.

POLO TÊXTIL E CONFECCIONISTA DO CEARÁ

Representatividade da indústria têxtil e confeccionista no estado do Ceará

Como pode ser observado na Tabela 4, elaborada pelo IEMI, o destaque maior no Ceará é para a indústria de confecção, acompanhando a tendência nacional, notadamente o segmento voltado para a produção de vestuário. Mesmo assim, o Ceará representa somente 5,9% do total de indústrias têxteis e confeccionistas no país. No segmento têxtil, o destaque no Brasil é para o setor de malharia, embora tenha demonstrado um pequeno declínio em 2009 e 2010. Já considerando-se o estado do Ceará, mesmo sendo o segmento de malharia o que se destaca em crescimento contínuo, a representatividade maior do estado no país é no segmento de fiação, representando 4,2% do total do Brasil.

Tabela 4 – Indústrias por segmento 2008-2010

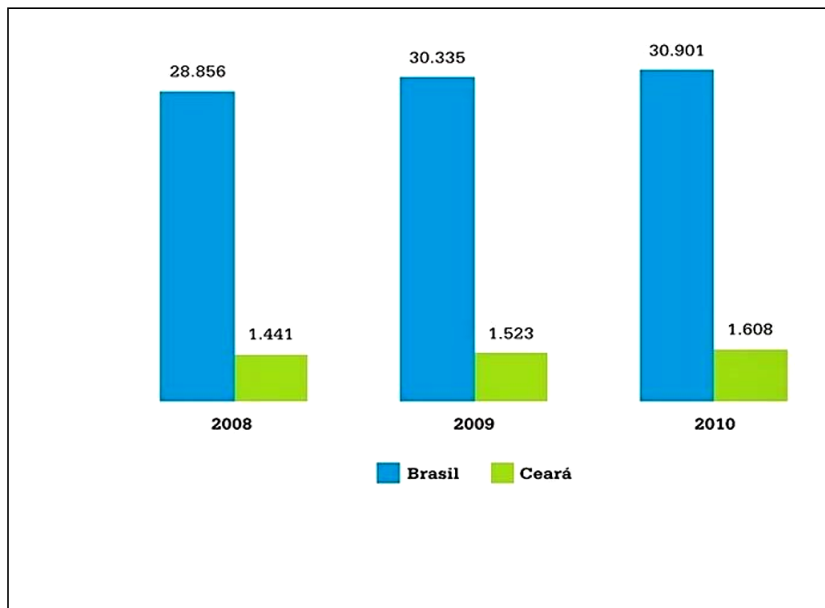
Segmentos	Brasil			Ceará			CE/BR
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	
Manufaturas Têxteis	4.518	4.669	4.725	118	128	134	2,8%
Fiações	419	426	432	24	23	18	4,2%
Tecelagens	601	583	579	10	9	9	1,6%
Malharias ⁽²⁾	2.442	2.527	2.515	47	50	51	2,0%
Beneficiamento	1.056	1.133	1.199	37	46	56	4,7%
Confeccionados	24.338	25.666	26.176	1.323	1.395	1.474	5,6%
Vestuário	22.112	23.346	23.852	1.261	1.338	1.418	5,9%
Linha Lar	1.291	1.359	1.360	25	25	23	1,7%
Outros ⁽³⁾	935	961	964	37	32	33	3,4%
Total ⁽¹⁾	28.856	30.335	30.901	1.441	1.523	1.608	5,2%

Fonte: IEMI (2010).

Notas: Número de empresas em 1º de Janeiro de cada ano. São consideradas apenas as indústrias em atividade, operando legalmente, com pelo menos um produto em linha contínua de produção e no mínimo 5 empregados diretamente na produção.

A representatividade do estado do Ceará quanto ao número de indústrias têxteis e confeccionistas no espaço brasileiro pode ser visualizada no gráfico 1.

Gráfico 1 – Indústrias têxteis e de confecção do Brasil e do Ceará



Fonte: IEMI (2010).

Conforme demonstram os dados do IEMI de 2008 a 2010, o Ceará representa uma fatia bem pequena do total de indústrias têxteis e de confecção do país.

Segundo dados mais recentes da RAIS (2019) quanto à indústria têxtil e de confecção, enquanto o Brasil possui 36.430 estabelecimentos industriais têxteis e de confecção, o Ceará possui 1.993, seguido de Pernambuco, com 1.930; já São Paulo possui 11.310, seguido de Santa Catarina, que possui 5.782, Minas Gerais (4.626), Paraná (3.290), Rio de Janeiro (2.745) e Goiás (2.369).

Essa constatação não diminui a importância e o impacto na economia local e nacional, pois o Ceará é um polo têxtil e de confecção

em desenvolvimento crescente. Segundo Araújo (1995, p. 133 *apud* AMORA, 2005, p. 375), o polo têxtil e de confecções que se desenvolve no Ceará é um dos mais importantes no âmbito regional e também nacional.

No que se refere ao número de empregos gerados, o destaque também é para o segmento de confeccionados, notadamente o vestuário. Nas manufaturas têxteis, sobressai o número de empregados na tecelagem, embora o total de indústrias seja maior no beneficiamento.

Tabela 5 – Pessoal ocupado por segmento

Segmentos	PESSOAL OCUPADO POR SEGMENTO					
	Brasil			Ceará		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Manuf. Têxteis	340.717	339.584	338.327	19.143	18.997	19.945
Fiações	75.889	76.385	77.607	6.192	5.938	6.492
Tecelagens	101.870	101.472	102.299	6.294	6.350	6.762
Malharias ⁽¹⁾	121.753	120.122	113.275	5.884	5.794	5.569
Beneficiamento	41.205	41.605	45.146	773	915	1.122
Confeccionados	1.286.867	1.300.348	1.331.061	81.098	88.579	95.690
Vestuário	1.138.007	1.146.542	1.183.490	77.531	84.713	91.349
Linha Lar	104.026	105.942	96.660	1.362	2.054	2.300
Outros ⁽²⁾	44.834	47.864	50.911	2.205	1.812	2.041
Total	1.627.584	1.639.932	1.669.388	100.741	107.576	115.635

Fonte: IEMI (2010).

Notas: ⁽¹⁾ Inclui tricotagem, ⁽²⁾ artigos técnicos e industriais.

Ademais, o ritmo de crescimento do pessoal ocupado no espaço nacional é maior do que o do estado do Ceará, como revela a Tabela 5.

Quanto à produção, tanto na indústria têxtil existe uma produção diversificada, indo da fabricação de fios tecidos até a malharia e, muitas vezes, chegando até a fase da confecção, como também na indústria de confecção. Marlon Santos (2014, p. 57), fundamentando-se no Censo das Confecções, afirma que “a produção no Ceará é diversificada, mas os principais tipos de vestuário fabricados são moda íntima, roupa de dormir, roupa esporte, moda praia, *jeans*, infantil e a ‘modinha’ – roupas femininas ou infantis confeccionadas em malha” (Censo das Confecções, 2008 *apud* SANTOS, 2008, p. 58).

Os dados do IEMI (2010) só vêm reforçar a representatividade do estado no volume de produção, sendo o segmento de confecção o que se destaca sobre os manufaturados têxteis, conforme tabela a seguir.

Tabela 6 – Produção de têxteis e confeccionados do estado do Ceará (volumes)

SEGMENTOS	2008	2009	2010
Manufaturas Têxteis (toneladas) ⁽¹⁾	179.416	180.554	178.790
Fios (toneladas)	175.833	172.824	167.764
Tecidos (toneladas)	97.608	96.892	95.958
Malhas (toneladas)	35.320	32.298	32.170
Segmentos	2008	2009	2010
Confeccionados (em 1.000 peças)	564.152	550.155	602.455
Vestuário (1.000 peças)	435.817	444.236	483.510
Linha Lar (1.000 peças)	12.389	20.134	23.899
Outros (1.000 peças) ⁽²⁾	115.945	85.785	95.045

Fonte: IEMI (2010).

Notas: ⁽¹⁾ Por critério do IEMI, a produção têxtil total é medida pela produção de fios fiados adicionado ao consumo interno de filamentos; ⁽²⁾ Artigos técnicos e industriais.

Pela análise dos dados do IEMI, conforme a Tabela 6, enquanto a produção têxtil demonstra declínio na produção de fios tecidos e malhas de 2008 a 2010, o setor de confecções aponta crescimento contínuo, tanto na linha vestuário como na linha lar, o que pode indicar a existência de estoque de matéria-prima ou mesmo a importação de tecidos. Dados mais recentes (2012), como pode ser visualizado na Tabela 8, continuam apontando essa tendência de maior destaque para o setor de confecções (628,8 milhões de peças), e o volume de importação (53,8 mil toneladas) supera o de exportação (10 mil toneladas).

O faturamento médio mensal do setor têxtil e de confecção no estado do Ceará é de 15 a 18 milhões de reais. Segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), 2010, as pequenas empresas geram quase 10 mil empregos diretos são responsáveis por cerca de 80% da produção local.

Para determinar o porte das indústrias, o Sebrae estabelece a classificação conforme a Tabela 7, a seguir.

Tabela 7 – Classificação do porte da indústria

Porte	Indústria	Comércio/Serviço
Micro	Até 19 funcionários	Até 9
Pequena	20-99	10-49
Média	100-499	50-99
Grande	Acima de 499	Acima de 100

Fonte: Sebrae (2010).

Dados da RAIS (2011) revelam: o segmento do vestuário no Ceará possui 3.213 empresas instaladas, gerando 52.134 empregos formais; e no setor têxtil possui 324 empresas, sendo responsável pela geração de 16.852 empregos formais.

Considerando-se as informações da RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego, e da totalidade dos códigos da CNAE referentes às atividades têxteis e confeccionistas, o número de empresas industriais, de qualquer porte, inclusive sem empregados, cadastradas no Ceará em 2012 é 3.520. Ressalte-se ainda que, desse número, 1.435 possuíam de um a quatro empregados, as quais devem ser consideradas oficinas de costura, alfaiatarias, pequenas prestadoras de serviços etc.

Já segundo dados do IEMI, em 2012, considerando-se somente os estabelecimentos com vínculos empregatícios diretos ou indiretos, o total de indústrias dos setores têxtil e confeccionista do Ceará em atividade é de 1.704, gerando aproximadamente 115 mil postos de trabalho diretos e indiretos, como pode ser visualizado na Tabela 8, a seguir.

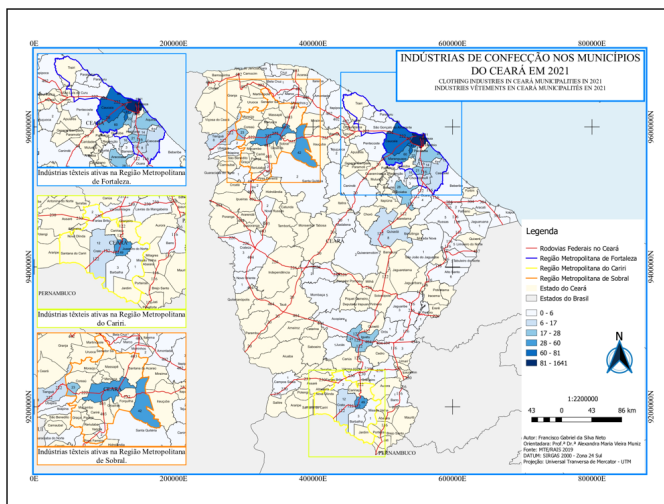
Tabela 8 – Indicadores do setor têxtil e de confecção do Ceará em 2012

INDICADORES	2012
Empresas	1.704
Pessoal ocupado	114.854
Produção	
Têxteis	176,2 mil toneladas
Confecções	628,8 milhões de peças
Valor da produção	
Têxteis	R\$ 3,6 bilhões
Confecções	R\$ 7,9 bilhões
Exportações	
Volumes	10,0 mil toneladas
Valores	US\$ 80,5 milhões
Importações	
Volumes	53,8 mil toneladas
Valores	US\$ 182,6 milhões
Investimentos	R\$ 67,2 milhões

Fonte: IEMI (2012).

É possível ainda dimensionar a representatividade desse ramo industrial no estado do Ceará pela espacialização das indústrias têxteis e de confecção, como temos nas Figuras 5 e 6.

Figura 5 – Estabelecimentos industriais de confecção no Ceará em 2021

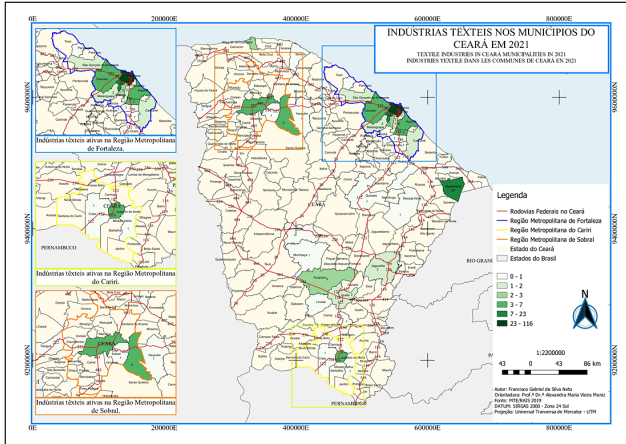


Fonte: RAIS (2019).

Conforme a Figura 5, quanto à espacialização dos estabelecimentos de confecção no estado do Ceará, segundo últimos dados da RAIS (2019), o destaque é para a capital, com 1.641 estabelecimentos, seguida de Maracanaú (81), Caucaia (80), Maranguape (60) e Juazeiro do Norte (49).

Como já apontado por Muniz (2014), as indústrias do ramo têxtil e de confecção no estado do Ceará se concentram em maior número na região metropolitana de Fortaleza (RMF), como pode ser visualizado nas figuras acima. Após a RMF, com destaque para Fortaleza, temos também a região do Baixo Jaguaribe, a região metropolitana de Sobral e a região metropolitana do Cariri; no Sertão Central tem representatividade a confecção de bordado de labirinto, que também é bastante expressiva em Maranguape e em alguns espaços do litoral, em virtude do consumo turístico dessas mercadorias artesanais, que são representativas no estado, figurando em feirinhas como a da Beira-Mar e a do Mercado Central de Fortaleza.

Figura 6 – Estabelecimentos industriais têxteis no Ceará em 2021



Fonte: RAIS (2019).

De acordo com a Figura 6, quanto à espacialização dos estabelecimentos têxteis no estado do Ceará, de um total de 235 estabelecimentos, conforme dados da RAIS (2019), o destaque é para a capital, com 116, seguida de Jaguaruana (23), Maracanaú (20) e Eusébio (9).

Filiais de indústrias sulistas têxteis e de confecção: Marisol em Pacatuba, no Ceará

A Marisol S. A., desde outubro de 1998, está instalada em Pacatuba, Ceará, no quilômetro 11 da CE-060, próximo a grandes indústrias, como a Heineken.

Tendo como diretor Gilmar Sergio Vegini, natural de Santa Catarina, essa unidade da Marisol estabeleceu-se em Pacatuba em virtude da mão de obra barata, tendo sido este o principal atrativo. Há também fatores como os incentivos fiscais, por exemplo, a isenção de 75% de ICMS, que recebeu do Governo do Estado, sendo isso reflexo da política de atração industrial efetuada no Ceará. Esses incentivos se tornam o principal motivo de alocação de indústrias no Ceará e no Nordeste. Outro motivo foi a logística do mercado, já que o Ceará é um lugar estratégico geograficamente, mais próximo dos Estados Unidos e da Europa. A habilidade

da mão de obra cearense e a fácil adaptação à tecnologia mais avançada foram também fatores ressaltados durante a entrevista realizada na visita guiada a essa indústria, realizada no dia 18 de novembro de 2011.

A Marisol em Pacatuba é constituída de ambulatório, refeitório, espaço administrativo junto ao setor financeiro, centro de treinamento, espaço de lazer, sendo em grande parte destinada à produção, armazenagem (a indústria produz a quantidade exata da venda) e expedição de mercadorias. A indústria se encontra em expansão, ocupando ao todo 280,896.67 m²; de área construída são aproximadamente 46.797,01 m².

A visita ocorreu em um momento de troca de funcionários, quando pudemos perceber a importância dessa indústria na economia local pela intensidade do fluxo de funcionários, em sua maioria, mulheres. Esse detalhe pode ser explicado pela especificidade do trabalho exercido nessa indústria, que necessita de muitas costureiras.

Além disso, foi possível perceber (Figura 7) o mercado informal de vendedores de alimentos que montam suas barracas improvisadas na esquina dessa indústria no horário de mudança de turno dos empregados, não permanecendo ali no restante do dia.

Figura 7 – Comércio informal na entrada da Marisol em Pacatuba



Fonte: acervo da autora. Visita guiada na Marisol em 18 nov. 2011.

A Marisol é uma das maiores indústrias nacionais no segmento de vestuário, criada em 1964 com uma pequena indústria de chapéus de praia (o nome da marca é formado pela junção das palavras “mar” e “sol”) em Jaguará do Sul (SC), tendo como presidente Giuliano Donini. Atua no segmento de calçados, com capacidade para produzir 2 milhões de pares de calçados infantis por ano. Seu carro-chefe, entretanto, é representado pela confecção infantil e por franquias monomarcas. Tem capacidade para produzir 12 milhões de peças de roupas e 2 milhões de pares de calçados infantis por ano. Na unidade de Pacatuba, a capacidade de produção é de 9 milhões de peças por ano e de um milhão de calçados infantis por ano. A produção diária pode chegar a 50 mil peças de roupas e 3 mil pares de calçados infantis com a marca Marisol.

A Marisol possui três unidades industriais, localizadas em Pacatuba, Ceará, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, e Jaguará do Sul, Santa Catarina, onde se encontram a sede e seu principal parque fabril, estando a parte administrativa em São Paulo. Tem sólida participação no mercado brasileiro e mundial por meio da produção, gestão de marcas e canais de distribuição.

As marcas mais famosas da indústria são: Marisol, Pakalolo, Babysol, Lilica Ripilica, Tigor T. Tigre, Rosa Chá, Stereo etc. Na unidade visitada, são produzidas roupas da Marisol, Pakalolo, Criativa, Mineral e Mineral Kids.

A Marisol S. A. divide as marcas em três unidades de negócio, reforçando o posicionamento de cada uma em relação ao mercado. A divisão das marcas em três unidades mostra claramente a variável de valor agregado às peças correspondentes a cada unidade. A empresa possui a Unidade Consumo, voltada aos produtos de maior demanda, com excelente relação custo-benefício. Essa unidade engloba as marcas Marisol, Criativa e Babysol. A Unidade Premium é focada em produtos de maior valor agregado e atende a um mercado de consumidores exigentes, que desejam as últimas tendências da moda. Fazem parte dessa unidade as marcas Lilica Ripilica, Tigor T. Tigre, Rosa Chá e Pakalolo. A Unidade Varejo é responsável pela gestão dos canais de distribuição.

Para distribuição das mercadorias, a Marisol se utiliza de multicanais compreendendo: lojas próprias, rede de franquias, rede de valor e lojas multimarcas, de acordo com o posicionamento e estratégia de cada marca.

A unidade de produção da Marisol instalada em Pacatuba está voltada para a produção da linha consumo. Ao orientar a produção para segmentos bem específicos do mercado, a Marisol consegue obter melhores lucros. Sobre as necessidades das indústrias de montar estratégias de superlucratividade, Harvey nos diz que “esses sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala [...]” (HARVEY, 1993, p. 148). Com isso, a indústria “abocanha” maior fatia do mercado consumidor.

A unidade da Marisol em Pacatuba voltada para a linha de consumo, mesmo reduzindo ao máximo os custos de produção e, assim, barateando o produto, podendo vender para o maior número possível de consumidores, segue sob um sistema baseado numa linha de montagem cuja principal característica é a fabricação em massa, o que não a impede de apresentar também características da produção flexível.

Na Marisol de Pacatuba, as peças já chegam cortadas de Santa Catarina, procedendo-se apenas à etapa da costura e ao acabamento, ou seja, a parte técnica e especializada é feita no Sul do país, como *design*, corte e estamparia. Os aviamentos para produção vêm de Santa Catarina e somente o material de expediente é comprado no Ceará. As máquinas são compradas na Itália e nos Estados Unidos. Esse cenário nos remete ao período atual de abertura do mercado global, em que cada localidade irá atender à aptidão específica da produção.

Além de a matéria-prima vir do Sul do país, ao final do processo de produção, as mercadorias não são consumidas no local onde são produzidas, confirmando o que Santos e Silveira (2001) chamam de superposições de divisões territoriais do trabalho particularizado, ou seja, as indústrias sediam, nessas aglomerações, diversas etapas de um trabalho cujo produto final é geralmente exportado.

A comercialização se dá por via de redes de franquias e lojas, como a One Store, e a venda também se dá em países de todo o mundo,

como a Itália (em Milão) e os Estados Unidos (em Nova York). No Brasil, a atuação ocorre no plano nacional, com destaque para as fábricas localizadas em São Paulo, no Ceará e no Rio Grande do Sul.

O escoamento da produção realizado em nível nacional e internacional nos remete à análise feita por Santos e Silveira (2001, p. 135):

O relativo barateamento dos transportes, que viabiliza o deslocamento de insumos e produtos acabados, a existência de maquinário, a informação especializada e convergente, a presença de força de trabalho treinada, a força de interesses e reivindicações surgidas de um trabalho comum constituem, entre outras, as condições técnicas e sociais – e não mais naturais – que determinam as especializações territoriais. São fatores técnico-sociais de localização no período contemporâneo.

Na observação do processo de fabricação de roupas e calçados, não foi permitido, em razão das normas da indústria, tirar fotos ou conversar com funcionários, entretanto, pelas observações feitas durante a pesquisa de campo, foi possível visualizar as etapas do processo produtivo, que se dão da seguinte forma: a matriz é onde o tecido é cortado e estampado, sendo a malharia produzida em Santa Catarina. Depois ocorre a preparação de painéis (tamanho, cor, referência). Posteriormente ocorre a costura em Pacatuba, onde os operários trabalham com metas por hora, distribuídos em células (quatro a cinco trabalhadores). Em seguida, há a atividade do setor de embalagem e, finalmente, o processo de estocagem (estoque sazonal).

Ocupando a 13ª posição entre as maiores indústrias no Ceará, a Marisol em Pacatuba, em 2011, apresentou um faturamento de R\$ 121.275.290,36 e um patrimônio de R\$ 128.702.373,69. Essa unidade já chegou a ter 2.400 funcionários, quando a parte do corte e estampa era feita em Pacatuba; hoje, somente com a parte final do processo produtivo (costura), conta com aproximadamente 1.600 trabalhadores, que se revezam nos três turnos de segunda a sexta, mas também trabalham no sábado quando aumenta a demanda. No caso, os trabalhadores escolhem se querem receber por essa hora extra financeiramente ou guardá-la no banco de horas para férias. Quanto aos picos no número de contratações, ocorrem em decorrência da variação

do número de pedidos, que é bem maior no fim do ano. Isso faz com que se necessite de mais empregados em uma determinada época do ano, uma vez que a produção é realizada de acordo com a demanda.

Em sua maioria (90%), os contratados são moradores do município ou adjacências (Pacajus e Horizonte), o que interfere na economia local. Os cargos mais elevados são ocupados por trabalhadores que possuem melhor qualificação, de nível superior, advindos de Santa Catarina e São Paulo. Fica explícita a divisão entre o trabalho braçal e intelectual, o trabalho de quem será responsável por gerenciar e criar ideias no ambiente de trabalho e o de quem será responsável por colocar essas ideias em prática e atender à avides de lucros e às exigências da indústria.

Os trabalhadores geralmente chegam sem nenhuma ou com pouca experiência e, na Marisol, eles passam por treinamento com direito a estágio (realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai) que forma profissionais para o primeiro emprego em até 42 dias úteis, criando dessa forma um quadro de reserva, essencialmente voltado para suprir as necessidades da indústria. Além disso, a indústria disponibiliza cursos técnicos de vestuário, bolsas de estudo, convênio com universidades, supletivo do ensino médio, biblioteca etc.

A mão de obra tem idade média de 27 anos e é composta em quase sua totalidade por mulheres, atingindo um expressivo percentual de 72%. Assim como na parte das roupas, na parte dos calçados infantis, havia muitas mulheres, até porque esta última também envolve a costura.

Dentre os empregos indiretos, há os serviços que são terceirizados, responsáveis pelos setores de transportes, segurança e alimentação. Existe uma parceria com a Puras, no fornecimento da refeição dos funcionários, com a CSN, na segurança, com a Fretar, no transporte, e é mantida parceria com o SINE de Pacatuba e Maranguape, no processo de recrutamento de funcionários.

Quanto ao destino da produção, esta é mais voltada para o mercado nacional, principalmente para a região Sul. Em relação ao modo de produzir, em todas as máquinas, havia vários indicadores para o aceleramento da produção, como relógio e placas que simbolizavam se as metas estavam sendo atingidas ou não. Além disso, usa-se música de fundo para deixar os trabalhadores menos fatigados e mais concentrados

nas atividades executadas. O fardamento utilizado pelos funcionários é bem esportivo e o ambiente de trabalho é constituído para ser o mais prazeroso possível, com espaços de convívio muito arborizados.

Percebemos, entretanto, a exploração do trabalhador por meio de métodos implantados para o alcance de eficiência e rapidez na produção, gerando concorrência entre as células produtivas nas quais as costureiras são dispostas.

A confecção das peças por dia é feita por equipes (células) em que cada costureira faz uma etapa da produção. Cada peça tem um valor estimado de tempo que precisa ser respeitado e, quando a célula não cumpre a meta de peça por tempo de serviço, uma gerente analisa onde está o “gargalo” da célula, ou seja, com que costureira está o problema do atraso. Existem placas em cada célula indicando o desempenho diferenciado pelas cores vermelha (para células com atraso, baixo desempenho), verde (para as células que cumprem metas, desempenho médio) e azul (para as células que ultrapassam metas, bom desempenho).

No momento da visita, aparecia o vermelho diversas vezes, além de uma seta que apontava onde se encontrava o problema de cada célula, a parte de menor rendimento. Cada célula é supervisionada, conforme a hierarquia funcional, remetendo às práticas de controle e de poder. O sistema lembra bem o método taylorista e fordista de controle do trabalhador e da sua produção, empregando-se para isso diversos mecanismos. Há um controle de como e quanto produzir por um tempo determinado, como também há o controle de cada passo do trabalhador, desde a sua chegada ao local de trabalho até os intervalos para necessidades básicas. A entrada e saída dos trabalhadores é registrada por meio do sistema SAP, que consiste em um cartão de identificação.

Para incentivar o colaborador (como é chamado o movimento de fazer o trabalhador se sentir parte importante da indústria e assim produzir cada vez mais e melhor), há o programa de participação de resultados, que paga o prêmio de produção (valor adicionado ao salário) àquele que cumprir as metas e exigências estipuladas, sendo uma forma de incentivar os demais trabalhadores a adotar essa postura.

A Marisol desenvolve várias políticas de incentivo ao crescimento da produtividade. Assim, os funcionários são constantemente

avaliados. Aqueles com melhor desempenho são contemplados com homenagens e prêmios, sendo expostos o colaborador-estrela (o trabalhador que passa um ano sem faltar ganha uma estrela em seu crachá) e os que produzem mais, que recebem um café da manhã. Ademais, os trabalhadores têm direito a cestas básicas, cesta de Natal, alimentação no trabalho, transporte, educação, ajuda de custo com material escolar dos filhos, creche, seguro de vida, auxílio para compra de medicamentos, por via de convênios com farmácias, e assistência médica na própria indústria. A assistência é dada pela atuação de uma série de profissionais, desde assistentes sociais, pedagogos, administradores, fonoaudiólogos, nutricionistas, médicos, enfermeiras, até dentistas, o que ocasionou uma ampliação do Setor de Recursos Humanos.

No campo social, a atuação da Marisol se dá de forma que todas as peças confeccionadas nas unidades de treinamento (a Marisol possui dentro da própria indústria, em parceria com o Senai, o Centro de Treinamento Marisol – CTM, voltado para a formação de costureiras) sejam doadas para creches e escolas.

O espaço de lazer para os trabalhadores, com direito a campo de futebol, churrasqueira e um salão de confraternizações, também é disponibilizado para uso da comunidade. Há também a capela para realizações particulares e eventos promovidos pela Marisol (como a festa do Dia das Crianças, oferecida aos filhos dos operários). A Marisol visa ao incentivo à cultura e ao esporte, atuando em comunidades nas quais possui sede com projetos de coral, teatro, curso de violão e forró.

No que se refere ao meio ambiente, a indústria procura adotar medidas que reduzem impactos, como coleta seletiva dos resíduos sólidos (papel, plástico e tecidos são separados e vendidos para estabelecimentos especializados em reciclagem) e tratamento de efluentes. Assim, a água que é utilizada no processo produtivo é tratada e redistribuída para reúso.

Considerando-se todo o conjunto de atuações, a maior preocupação é a busca da eficiência máxima, com foco nos trabalhadores para alcance do aumento dos lucros. Fundamenta-se em “motivar” para produzir mais. Isso está explícito nos princípios da Marisol, que são: foco nos resultados, gestão participativa e comprometimento, satisfação do cliente, prontidão às mudanças, inovação e competitividade, cooperação com fornecedores.

Todas essas indústrias de confecção – Guararapes, Famel, Rihomo, Marisol – mantêm intrínseca relação com o setor têxtil, uma vez que o insumo para sua produção vem da indústria têxtil. A inter-relação da indústria têxtil não se dá somente com a indústria de confecção, uma vez que indústrias fornecedoras de serviços de embalagem, maquinaria, transporte e aviamentos também conservam relações comerciais com os setores têxtil e de confecção, integrando esse polo e conformando, assim, um espaço especializado de alcance não só metropolitano, mas também nacional e internacional. Esse alcance mundial se dá pela substituição dos circuitos regionais por *circuitos espaciais de produção* (SANTOS, 1986, *apud* ELIAS, 2002).

O estudo realizado pela Ernst & Young com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelou o impacto no setor têxtil brasileiro e cearense através do megaevento da Copa do Mundo. Além dos impactos diretos e indiretos nos setores econômicos, o estudo apontou pelo menos 11 outros setores com um contingente expressivo de pequenas, médias e grandes empresas que seriam diretamente atingidas pelo evento da copa de futebol.

Tabela 9 – Impactos da Copa no setor têxtil 2014

Impacto da Copa em 11 diferentes setores da economia					
Setor	PIB total por setor (R\$ milhões)	Crescimento PIB setorial em função da Copa	Impacto total (R\$ milhões)	Impacto direto (R\$ milhões)	Impacto indireto (R\$ milhões)
Têxtil	18.604,99	3,12%	580,47	0,07	580,40
Peças e acessórios para veículos automotores	23.416,56	2%	469,23	3,87	465,36
Eletrodomésticos	4.193,7	10,24%	429,40	0,11	429,28
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	15.922,79	2,41%	384,20	42,78	341,42
Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos	31.675,18	0,84%	267,64	1,24	266,39
Produtos de madeira – inclusive móveis	11.182,77	2,32%	259,97	0,38	259,59
Artefatos de couro e calçados	9.305,75	2,61%	242,70	0,16	242,54
Aparelhos/instrumentos médico-hospitalares, medidas e ópticos	9.641,35	1,36%	131,44	0,60	130,83
Outros equipamentos de transporte	9.494,36	0,86%	81,92	48,37	33,54
Caminhões e ônibus	3.331,29	1,43%	47,62	37,41	10,21
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	3.380,72	0,12%	3,95	0,21	3,74

Estes setores atingem tanto pequenas e médias quanto grandes empresas

Ano-base do PIB - 2010

Fonte: Ernst & Young [2013?, p. 26].

A “análise sobre o impacto da Copa do Mundo Fifa 2014 no setor têxtil prevê um aumento do PIB do setor em 3,12%. O valor estimado é de R\$ 580,47 milhões, sendo o setor das micro e pequenas empresas que mais se beneficiará com o evento”.²² Não é à toa que o Ceará constitui o terceiro maior polo têxtil do país, com uma história de 132 anos, destacando-se em todo o processo de produção, desde o consumo do algodão até a produção do vestuário propriamente dito (SEBRAE, 2014).²³

De acordo com o livro “O fiar e o tecer – 130 anos da indústria têxtil do Ceará”, lançado neste ano de 2014, o Ceará é o quinto estado com a maior produção têxtil e de confecção do Brasil. Cerca de 1.720 empresas tiveram faturamento total de US\$ 4,7 bilhões em 2011 e US\$ 4,1 bilhões em 2012, de acordo com a publicação. A obra ainda indica que, entre os meses de janeiro e setembro de 2013, a produção têxtil cearense mostrou crescimento de 9,78%, em comparação ao mesmo período de 2012 (ANUÁRIO DA INDÚSTRIA TÊXTEL E DE CONFECÇÃO NO CEARÁ, 2014).

Na quarta fase do desenvolvimento da indústria têxtil no Ceará, que se dá no contexto de reestruturação do capital, verifica-se, conforme já argumentamos, um processo de descentralização industrial no território brasileiro, acompanhado da desconcentração espacial. A organização espacial da indústria começou a ser alterada com base numa verdadeira guerra fiscal entre os estados. O atual estágio de desenvolvimento da indústria cearense resultou dessa descentralização da indústria nacional. Como, porém, o desenvolvimento do capitalismo é contraditório, gerou uma concentração da indústria têxtil em escala local, uma vez que esse crescimento fabril é significativo na RMF, notadamente na capital, conforme vimos no terceiro capítulo.

Para Silva (2005, p. 119), “a região metropolitana de Fortaleza é o pólo mais importante de empresas do setor de fiação no país”. Com a

²² A Copa e os impactos no setor têxtil brasileiro e cearense. *Boletim Sebrae* 2014, n. 4, 2012.

²³ Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Estudos-e-Pesquisas-Julho-2014.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

tendência de deslocamento regional das grandes empresas, estimuladas por incentivos fiscais e de infraestrutura fornecidos pelo governo estadual, o Ceará vem aumentando sua relevância no cenário nacional, atraindo indústrias do setor têxtil e confeccionista. No entanto, como ressaltam Santos e Silveira (2001, p. 138), “algumas firmas nordestinas são apenas filiais de empresas sulistas do setor têxtil e de confecções”. Além da Marisol, como exemplos, podemos citar a Vicunha, que tivemos oportunidade de conhecer um pouco.

Vicunha em Pacajus e Maracanaú, no Ceará

O grupo Vicunha é controlado pela família Steinbruch. É um conjunto de empresas que teve origem na área têxtil e hoje se divide em três áreas: têxtil, com a Vicunha Têxtil, que, com indústrias no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Bahia e em São Paulo, é a maior do setor no Brasil, tendo Ricardo Steinbruch como principal diretor executivo; financeira, por meio do Banco Fibra, um banco de médio porte localizado em São Paulo; e Vicunha Steel, que é a *holding* que controla a Companhia Siderúrgica Nacional.

O grupo Vicunha tentou encontrar vocações para ser competitivo em nível internacional e iniciou a maior reestruturação já enfrentada por suas empresas, onde 6.000 dos 30.000 funcionários do grupo foram demitidos, e das quase 30 empresas em operação, restaram 11. Então, a Vicunha começou a migrar suas operações de São Paulo para o Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, tentando buscar incentivos fiscais e mão de obra mais barata, pois o salário médio de um tecelão no Nordeste era cerca de metade de um pago em São Paulo. Para melhorar um pouco, outra forma de modificar a situação, foi mudar o mix de produtos para sair da mira dos asiáticos.²⁴

Fundada por volta de 1965, em São Paulo, pelos empresários Jacks Rabinovich e Mendel Steinbruch, de famílias oriundas da antiga

²⁴ Disponível em: <http://historicoeconomico.blogspot.com.br/2011/05/benjamin-e-o-grupo-vicunha.html>. Acesso em: 13 abr. 2021.

União Soviética, a Vicunha Têxtil, com atuação no Ceará desde os anos 1970, se associou primeiramente com os empresários Otoch e Baquit, proprietários da Fiação Nordeste do Brasil (Finobrasa),²⁵ instalada em 1968 na avenida Sargento Hermínio, em Fortaleza.

No ano de 1998, a Finobrasa, a Elizabeth NE e a Vicunha NE foram unificadas, dando início à reestruturação do setor têxtil do grupo Vicunha. A nova indústria passou a ser denominada Vicunha Nordeste S. A., uma indústria de capital totalmente aberto, cujas unidades trabalham integradas, sem perder, contudo, a autonomia. No ano de 2001, procurando expandir a reestruturação, o grupo Vicunha torna-se uma indústria única: a Vicunha Têxtil S. A.

A Vicunha é uma das maiores indústrias têxteis do mundo e responde por 40% da produção brasileira de índigo e brins, o que atesta sua liderança no mercado têxtil brasileiro, tendo como meta tornar-se a maior indústria têxtil do mundo.

Abertura de filiais, estudo para abertura de indústrias no exterior, investimentos em tecnologia para melhoria de qualidade e aumento de eficiência de produção, além da constante qualificação dos trabalhadores, são apenas algumas medidas que reforçam a posição de liderança da Vicunha no caminho para a internacionalização.

A Vicunha produz e comercializa índigos, brins, tecidos mistos e tecnológicos, malhas sintéticas e naturais, fibras e filamentos. Mais de 30% da produção destina-se à exportação ou é comercializada por subsidiárias na Argentina, na Colômbia, nos Estados Unidos, na Europa (Suíça), no Equador e na China. Além de possuir unidades de produção no estado do Ceará, conta com outras unidades na região Nordeste, no Rio Grande do Norte e na Bahia, e no Sudeste, em São Paulo.

No Ceará, concentra três de suas unidades produtivas brasileiras na RMF, sendo duas em Maracanaú (Unidade I: antiga Vicunha Nordeste; e Unidade V: antiga Elizabeth Têxtil) e uma em Pacajus (Unidade III).

²⁵ Ver mais sobre outras aquisições da Vicunha e sobre a Finobrasa, que passou a ser a unidade IV em 1998, depois do processo de reestruturação produtiva do grupo Vicunha, iniciado no final dos anos de 1990, com a incorporação em uma única indústria de todas as unidades industriais, em: ARAGÃO, E. F. (coord.). *O fiar e o tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará*. Fortaleza: Sinditêxtil/FIEC, 2002.

A Vicunha, com faturamento de R\$ 971.498.338,58 e patrimônio de R\$ 1.047.857.013,23, é a sétima entre as 50 maiores indústrias do Ceará de 2013; já em 2011, era a quarta entre as 40 maiores indústrias do Ceará. Em Pacajus, no Ceará, a Vicunha está voltada para setores de fiação e tecelagem.

Figura 8 – Visita guiada à Vicunha em Pacajus



Fonte: acervo da autora.

Essa unidade de Pacajus (Pacajus Têxtil S. A.), conforme a Figura 8, funciona desde 1999, tendo sido garantido para sua instalação, pelo Governo do Estado do Ceará, um terreno de cerca de 500 mil metros quadrados de área, além de toda a infraestrutura.

Procurando destacar-se no mercado, possui expressivo parque industrial e investe em tecnologia de ponta com máquinas oriundas da Suíça e da Alemanha. A matéria-prima é procedente do Ceará, do Piauí, de Mato Grosso, de Minas Gerais e importada dos Estados Unidos e da China. O algodão, que chega em fardos brutos, é encaminhado para o primeiro setor, que é o Depósito de Matéria-Prima (DMP), de onde

é retirada uma amostra e levada para análise a fim de se medirem as características do algodão. Logo depois ele entra no processo de limpeza. Todo o algodão que chega é mesclado (para deixá-lo uniforme); depois o algodão é encaminhado para o Setor de Abertura. Em seguida é levado a uma máquina que tem a finalidade de transformá-lo em fios, processo denominado fiação.

Há um entrelaçamento da fibra com o fio natural em uma velocidade de rotação de 7.500 vezes por minuto, para ser transformado em material sintético. No tingimento dos fios são utilizados vários produtos químicos, dentre eles 50% de soda cáustica. O tecido recebe um banho de soda cáustica para adquirir brilho e em seguida é lavado para alcançar o pH-padrão (5), para ganhar mais resistência; na sequência, recebe amaciante – a fibra passa por várias caixas de tinta a uma temperatura de 80 graus Celsius, para que haja dilatação e o fio consiga absorver melhor a tinta –; depois passa por mais três caixas somente com água para sua lavagem, para que se verifique se a tinta está fixa. No processo de engomagem, é acrescentada uma goma pastosa para dar resistência ao tecido, que vai para o setor de tecelagem. Na tecelagem, ocorre o entrelaçamento dos fios para originar o tecido, alcançando-se uma produção diária de cerca de 90 mil metros de tecido. O quantitativo a ser produzido é de acordo com a demanda do mercado. A produção em sua maior parte é mecanizada e descentralizada entre as unidades dispersas espacialmente.

Leva-se uma amostra do tecido para o laboratório, onde é feito um teste para que se verifique se está dentro dos padrões de qualidade. Antes disso, já passou pelo RTA (Revisão de Tecidos), onde é verificada a flexibilidade e a existência de irregularidade ou falha no tecido para, posteriormente, ser levado ao DPA (Depósito de Produção Acabado), onde permanece no máximo 20 dias até ser expedido.

A Pacajus Têxtil S. A. possui 4 turnos (A, B, C e comercial), funcionando 24 horas por dia, de segunda a segunda, com aproximadamente 1.000 funcionários, que têm direito a folga a cada cinco dias de trabalho. A maioria dos trabalhadores é do sexo masculino, por conta de certas funções que exigem mais da sua força braçal. Por empregar várias pessoas do município, essa indústria interfere no crescimento

econômico local. Embora os trabalhadores sejam em sua maior parte de Pacajus, para estes e para os que residem nos municípios adjacentes, a Vicunha disponibiliza o transporte (Figura 9).

Figura 9 – Transporte de trabalhadores da Vicunha



Fonte: acervo da autora.

Atualmente seus maiores concorrentes são a Santana Têxtil, a Têxtil Bezerra de Menezes (TBM), a Contex e os produtores chineses. No mercado interno, produz para marcas como Calvin Klein, Dona Florinda, Zoomp, Famel, Cavaleira, que se utilizam dos tecidos produzidos pela Vicunha para a fabricação de suas peças.

Para superar a concorrência e continuar alcançando suas metas, a Vicunha investe em inovações tecnológicas,

[...] já que, no mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexível [...], o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva (HARVEY, 1993, p. 151).

A produção têxtil vem criando uma situação paradoxal, pois, enquanto o processo de reestruturação traz a demissão de trabalhadores,

por outro lado, o aumento de unidades industriais instaladas no estado proporciona novos empregos.

Acompanhamos todo o processo produtivo, iniciando com o teste da matéria-prima até a transformação do algodão em fio. Pudemos perceber que grande parte do trabalho é mecanizado, havendo apenas alguns funcionários para o manuseio da maquinaria, ou seja, para a verificação de algum possível problema com a máquina. A primeira máquina pela qual o algodão passa é a do processo de “rascamento”. O segundo processo é o de fiação, que é a transformação da fibra do algodão em fios. As máquinas desses dois processos são importadas da Alemanha. O terceiro processo é a tecelagem, em que os fios são transformados em tecido. As máquinas desse processo são importadas da Suíça. Depois da fiação e da tecelagem, os tecidos são tingidos e passados por máquinas de engomar. No Setor de Abertura, apenas um funcionário é necessário, que é o empilhador. A outra etapa é juntar esse fio com poliéster. Nesse setor, quase todo o trabalho é feito pelas máquinas, só necessitando de um funcionário para realizar a troca de rolos de fios dentro da máquina. Em todos esses processos, predomina a mão de obra masculina. O trabalho feminino é na parte administrativa e no setor de verificação do tecido.

Existe a preocupação de oferecer produto de qualidade com análises realizadas no laboratório da própria indústria, como também a capacitação de funcionários para exercerem funções específicas.

Com o aumento da concorrência e a maior exigência de qualidade por parte do consumidor, as indústrias tiveram que se adaptar a essa nova realidade no mercado, passando a utilizar métodos e tecnologias com o intuito de reduzir custos de produção, com um diminuto número de trabalhadores, dos quais é exigida maior produção em menos tempo.

Se antes as indústrias produziam em massa, gerando excedentes, hoje, em decorrência da flexibilização produtiva, fabricam conforme a demanda, como foi observado nessa unidade da Vicunha em Pacajus, que produz para suprir as necessidades de um mercado em constante modificação.

Subcontratações, empregos temporários, serviços extras e mecanização de muitos setores de produção constituem outras características

marcantes desse período, posto por David Harvey como o período da “acumulação flexível”.

Percebemos durante a visita a preocupação com o uso dos equipamentos de proteção individual: todos os funcionários usavam máscara e protetor auricular.

Segundo informações recebidas durante a visita guiada, as unidades da Vicunha Têxtil operam seguindo o Sistema Gestão Ambiental (SGA), que tem como princípio fundamental a preservação do meio ambiente. A empresa possui programas como o de reúso da água e o PEA (Programa de Educação Ambiental), que objetiva a conscientização dos trabalhadores por meio de programas como o 3Rs (Redução, Reutilização e Reciclagem). A Vicunha possui certificações ISO 9001 e ISO 14001. Além dessas certificações, detém o Selo Verde Oeko-Tex, um reconhecimento internacional que atesta a excelência da companhia no que diz respeito aos produtos índigo e brim, por não oferecerem prejuízo à saúde e ao meio ambiente.

Dentre os programas sociais que a Vicunha desenvolve nas comunidades nas quais se insere, está o Projeto Pescar, no qual a indústria abre espaço para a formação pessoal e profissional de adolescentes de baixa renda, e o Programa VIR (Vicunha Inclusão Responsável), que visa à inclusão social de pessoas com deficiência e cria condições de trabalho em diversos setores da Vicunha, oferecendo oportunidades de eliminação de barreiras e superação de dificuldades. Há também o programa Jovem Aprendiz, que visa a qualificar jovens, possibilitando-lhes uma formação técnico-profissional e facilitando sua entrada no mercado de trabalho.

Através do *site* da Vicunha, é possível ver o perfil que é exigido do trabalhador no mercado de trabalho atual: “Se você possui características como dinamismo, criatividade e inovação, venha fazer parte desse time!”.²⁶

Com o *slogan* de formar novos talentos, há a chamada para contratação de estagiários universitários ou recém-formados com

²⁶ Disponível em: <https://www.vicunha.com.br>. Acesso em: 5 nov. 2021.

potencial para ocupar posições estratégicas por meio do programa Trainee, cujo foco central é o aprendizado do estagiário, para que ele conheça e vivencie a realidade dentro de uma organização e participe de treinamentos técnicos e comportamentais, visando a incorporar os princípios e valores que garantem a evolução do negócio.

Podemos afirmar que a maioria das indústrias visitadas possui programas de redução de acidentes de trabalho. Mesmo assim, em algumas, os trabalhadores foram vistos sem os EPIs, sem nenhum tipo de proteção (nem máscaras, nem calçados adequados, nem protetores auriculares, nem óculos), totalmente vulneráveis.

Algumas indústrias visitadas possuíam vínculo com transnacionais, o que reflete o contexto atual, no qual indústrias de outros países ganham espaço, funcionários e mercado consumidor em nosso território.

As indústrias que ficam às margens das rodovias têm facilidade no escoamento da produção e mesmo as que não estão nessa condição, mas estão nos municípios da RMF, usufruem do tráfego menos denso do que na capital, que reduz os atrasos dos funcionários.

Além de conjuntos habitacionais, espaços de lazer, como churrascarias, bares, pizzarias etc., são atraídos para próximo das indústrias instaladas.

A hierarquia de cargos reflete a função desempenhada na indústria-sede e nas filiais, pois os trabalhadores que ocupam os cargos mais baixos são os operadores de máquinas, zeladores, e os que irão executar trabalhos manuais e repetitivos, geralmente, são da cidade onde a filial se instala. Já os de maior cargo são da matriz ou da capital mais próxima. As sedes administrativas das indústrias visitadas, geralmente, são do Sul e Sudeste, e somente a parte da produção, que requer mais mão de obra, vem para a RMF.

Em nenhuma das indústrias, tivemos a oportunidade de fazer entrevista com os trabalhadores dentro do local de trabalho.

Na maioria das indústrias visitadas, o discurso, quando se trata de meio ambiente, não condiz com a prática, uma vez que foi possível perceber que o esgoto industrial era jogado diretamente em córregos que passavam no espaço ocupado, além de serem utilizados recursos

hídricos naturais para a deposição de fluidos do processo industrial. Em alguns casos, foi ainda retirada a vegetação nativa para a instalação da parte física, além de empreendida mudança no curso de um rio que passava pelo terreno onde a indústria foi instalada. Vale lembrar que, na entrada da maioria das indústrias, há placas de licença ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace), algumas vencidas, outras a vencer.

Além da mão de obra, outro fator de atração que justifica a vinda de grandes indústrias para o Ceará, que se repete nas falas dos entrevistados, é a política de incentivos fiscais do estado.

Na maioria, também há um *outdoor* indicando que a unidade recebe benefício fiscal do governo estadual – redução do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) –, uma espécie de “propaganda” da política industrial do estado, sendo um atrativo para outras indústrias que queiram vir alocar-se nesse espaço.

A pesquisa permitiu essa caracterização do estado do Ceará, em particular, como polo têxtil e confeccionista, conhecendo um pouco das indústrias têxteis e de confecção, já que, em virtude da imbricação desses setores, não podíamos negligenciar tal análise. Essa caracterização maior nos permitiu compreender a dinâmica de inter-relações da indústria no espaço urbano, bem como sua heterogeneidade, com a existência de indústrias de diversos tamanhos e formas de atuação, de capital tanto local como distante, de maquinaria moderna ou não, com fluxos da produção que acompanham as demandas do mercado, especialização em determinados nichos de mercado e diferenciado quantitativo de trabalhadores. Ademais, a diversidade e especificidade do ramo têxtil e suas consequências socioespaciais requerem uma análise particular.

Além desses exemplos com filiais de indústrias sulistas que se territorializam no Ceará, segundo Muniz (2014), o destaque para a produção têxtil e confeccionista cearense depois da capital é a RMF. Evidenciaremos nos capítulos seguintes o desenvolvimento combinado e contraditório do capitalismo, com a confecção do bordado e de redes de dormir.

Tecendo pontos e desamarrando nós pelo entrelaçar de fios: confecção de bordado em Maranguape

É no distrito de Sapupara, a cerca de 9 quilômetros de Maranguape, que o bordado se destaca, repassado de geração a geração, pois em uma sociedade tecnológica e informacional determinados saberes são cada vez mais menosprezados.

Muito embora algumas tradições do bordado tenham sido esquecidas em detrimento do modo de vida urbano, no distrito de Sapupara, temos uma forte influência do bordado. É lá que se encontra a Cooperativa da Dona Maria do Carmo, que possui grande destaque no desempenho dessa atividade no município de Maranguape.

Assim, dentre as confecções no distrito de Sapupara, selecionamos para objeto de estudo a da Dona Maria do Carmo, firmada sob a lógica do cooperativismo. Um dos fatores que nos levaram à escolha foi a representatividade desta para o município e o estado. A confecção conta com mais de 40 bordadeiras de diferentes bairros no município de Maranguape, além de ser de fundamental importância para movimentar a economia do município, pela atração de turistas. Entre as peças produzidas pelas bordadeiras da Dona Maria do Carmo, as que contêm o *richelieu* sobressaem.

Pensar a “indústria do bordado”, as múltiplas relações que ocorrem nessa atividade, o entendimento do trabalho em cooperação das bordadeiras da Dona Maria do Carmo, o valor simbólico e cultural que se articula à lógica capitalista fez surgir questionamentos. Como questão principal, tem-se: como a confecção do bordado, no distrito de Sapupara em Maranguape, Ceará, se adequa às atuais exigências de produção e quais as consequências do atual processo de reestruturação produtiva na confecção do bordado sob a lógica de cooperativa no distrito de Sapupara em Maranguape, Ceará. Como questões secundárias, tem-se: como ocorrem as relações de trabalho na cooperativa em estudo; qual o perfil das bordadeiras dessa cooperativa e sua espacialização no município de Maranguape; como se dá a espacialização da produção do bordado no município e quais fluxos impulsiona.

Essas perguntas nortearam o estudo de caso que foi objeto de projeto submetido à iniciação científica da UFC nos anos de 2015 e 2016, considerado de extrema importância para o entendimento do espaço geográfico, haja vista a “indústria do bordado” possibilitar uma constante modificação e condicionar fluxos contínuos entre diferentes escalas espaciais.

Para responder à questão principal, bem como às questões secundárias que surgiam ao longo deste estudo, foram traçados os objetivos. O objetivo geral consistiu em analisar a produção do bordado e as consequências sociais e econômicas, principalmente, no espaço urbano do município de Maranguape. Os objetivos específicos eram compreender as relações de produção e trabalho na cooperativa em estudo; investigar o perfil das bordadeiras e sua espacialização no município de Maranguape; e identificar a espacialização da produção do bordado no município e os fluxos que impulsiona (produção, distribuição, comercialização, consumo).

As grandes indústrias são as maiores empregadoras do município, com mais de 5 mil empregos ofertados, seguidas pelo setor terciário, com mais de 3.500 empregos (MENDES, 2006, p. 93). Ainda segundo a autora:

Com a implantação de novos estabelecimentos industriais, a partir da década de 1990, o setor secundário passou a ter maior relevância em Maranguape destacando-se no estoque de empregos formais e na composição setorial do PIB. A chegada da indústria vai desencadear mudanças significativas na economia do município, com o setor industrial suplantando o setor terciário (MENDES, 2006, p. 94).

As primeiras iniciativas referentes à industrialização do município eram extremamente articuladas à produção algodoeira. Segundo Muniz (2015), existe um total de 690 indústrias em Maranguape, sendo elas dos ramos têxtil e de confecção, de alimentos, de materiais elétricos e de calçados. As principais indústrias podem ser visualizadas no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Principais indústrias em Maranguape

Setores industriais	Indústrias
Textil e de confecção	Têxtil Itajaí do Nordeste, Hope do Nordeste, Micrel Benfio Têxtil, Banana Nanica Indústria de Confecções, Arte Modas, Rosa de Sarom
Alimentício	Leite Maranguape
Materiais elétricos	Mallory
Calçadista	Dakota

Fonte: Muniz (2015).

Todavia, “ao lado das atividades industriais e seguindo a tradição cearense, Maranguape destaca-se também no trabalho artesanal em argila (panelas, pratos e jarros de barro) e em bordados” (MENDES, 2006, p. 59). Sobre o papel da “indústria do bordado” e o valor atribuído no município, destacamos o seguinte trecho:

A influência portuguesa trouxe, dentre outras coisas, o bordado. Tecido nas mãos, linhas sobre o colo, a cidade vai bordando o seu dia-a-dia. Reproduzindo pano verde da Serra de Maranguape a linha da vida de seus moradores. Suas bordadeiras aprimoram velhos desenhos, inventam novas técnicas e fazem um trabalho reconhecido nacional e internacionalmente. Rico, sofisticado e, sobretudo, versátil, o bordado de Maranguape enfeita toalhas, caminhos de mesa, colchas e cortinas, conferindo a cada peça a nobreza e a majestade originais. O município cresceu vendo suas mulheres bordarem a vida enquanto os homens tingiam os bordados. Maranguape é, hoje, a terra do bordado. O seu destino já estava traçado (SEBRAE, 2003, p. 4).

A despeito do contexto de tensões imanentes ao processo de estruturação das formas de produção e trabalho flexíveis, o artesanato se mantém e persiste; o artesão desenvolve atividades manuais “marginais” em relação à produção industrial, mas não fora da lógica do sistema capitalista.

O bordado sapuparense está diretamente ligado a duas vertentes. A primeira é em torno de sua importância cultural, seu valor simbólico, que se reflete na identidade de um determinado grupo social. A segunda

é reflexo de seu valor de mercado, das múltiplas relações surgidas a partir do desempenho dessa atividade e das possibilidades advindas de sua comercialização.

A mundialização da economia e o sistema capitalista vigente fazem do bordado sapuparense, portanto, produto inestimável por atender a necessidades diferenciadas de consumidores na atualidade. Isso se deve ao fato de ele agregar valor cultural e simbólico à mercadoria, como bem explicitado por Diva Mercedes, coordenadora do Programa de Artesanato do Sebrae-CE durante os anos de 2001 a 2006.

O que diferencia a aceitação do trabalho de um artesão dos demais é o apelo comercial voltado para a cultura local; logo, [continua] é necessário manter a diversidade no artesanato de maneira que se resguarde as suas características como bem cultural (GALVÃO, 2006, p. 22).

Como bem afirmou Diva Mercedes, fica evidente a importância dos trabalhos artesanais ante a valorização que existe de tais produtos no mercado atual. Especificamente sobre o artesanato, Canclini (1983), ao atentar para o modelo de acumulação flexível vigente, afirma que a produção artesanal na contemporaneidade é uma “necessidade do capitalismo”, pois, assim como os outros tipos de manifestações populares, ela desempenha funções na reprodução social e na divisão do trabalho, atuando de maneiras diferentes dentro do sistema.

Para Canclini (1983, p. 65), “as peças de artesanato podem colaborar para a revitalização do consumo, por introduzirem na produção industrial e urbana, a um custo muito baixo, desenhos originais e o diferencial simbólico” e por remeterem a modos de vida mais simples, evocando uma natureza nostálgica nativa e indígena, que não pertence ao cenário urbano e cosmopolita.

Dessa forma, ao investigar onde se dava a maior produção, valorização e procura por produtos artesanais, constatamos, pelo estudo desenvolvido, que Sapupara é um dos distritos que abriga mais bordadeiras em Maranguape. Nesse distrito nos deparamos com a Cooperativa da Dona Maria do Carmo (CDMC).

Por cooperativa entendemos uma sociedade de pessoas, não uma sociedade de capital, e seu objetivo é fortalecer seus cooperados para a obtenção por parte destes de vantagens econômicas ao trabalharem conjuntamente. Conforme preceitua o art. 3º da Lei n.º 5.764/71, que regula o cooperativismo brasileiro: “Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro” (BRASIL, 1971).

A lógica da cooperativa se diferencia, portanto, da indústria que temos construída ao longo da história. As relações de trabalho, convívio e subordinação são distintas dos padrões presentes no espaço industrial, todavia muitas cooperativas, ao se sujeitarem aos moldes de nossa realidade capitalista, acabam por tornar a cooperativa apenas um belo discurso, que na verdade é ilusório.

A Cooperativa da Dona Maria do Carmo seria considerada segundo a classificação nos sete ramos do cooperativismo da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)²⁷ como cooperativa de produção de bens. Entretanto, constatamos que a cooperativa pesquisada não possui registro, todavia, por mais que não esteja cadastrada no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop-CE), pelas definições e características observadas no campo, assim como pela própria organização das atividades desenvolvidas pelas bordadeiras, caracteriza-se como uma cooperativa e, como tal, tem total relação com as discussões que fazemos no âmbito da indústria têxtil, como, por exemplo, a própria produção do espaço.

O termo cooperativa foi, portanto, atribuído por conta da lógica de cooperação e beneficiamento igualitário dos envolvidos, e a nomenclatura Dona Maria do Carmo se dá pelo reconhecimento e referência a essa senhora, conhecida como destaque do bordado em Maranguape. A cooperativa se localiza na avenida Tabatinga, n.º 2276, próximo à rodovia estadual CE-065, que liga as cidades de Fortaleza, Maracanaú, Maranguape, Palmácia, Pacoti, Guaramiranga, Mulunga e Aratuba.

²⁷ SISTEMA OCB. *Ramos do cooperativismo*. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/publicacao/57/ramos-do-cooperativismo>. Acesso em: 23 ago. 2022.

O principal produto artesanal desenvolvido pelas bordadeiras da Cooperativa da Dona Maria do Carmo (CDMC) é o *richelieu*, cuja prática tem passado de geração a geração e possui uma grande representatividade na região; seu valor de comércio é extremamente alto. Sobre o bordado *richelieu*, a autora Silva (2012, p. 1-2), em trabalho sobre artesanato, moda brasileira e valor cultural, afirma:

É um bordado vazado e o que se sabe sobre sua denominação é que foi um tipo de bordado muito utilizado como adorno pelo Sr. Cardeal de Richelieu, que fazia parte da corte do Rei Luís XIII na França, daí a designação de Bordado de Richelieu. A base para a elaboração do *richelieu* são, principalmente, os tecidos de linho fino, por suas características que cooperam para a perfeição do acabamento. Atualmente, por ser muito apreciado, o *richelieu* pode ser aplicado em artigos de cama e mesa e em peças de vestuário, como é muito utilizado no acabamento de vestidos de noivas.

Esse tipo de bordado originalmente é associado ao tecido de linho branco, todavia atualmente ele é bordado em vários artigos, em tons e cores que realçam ainda mais sua beleza e excelência na CDMC (Figura 10).

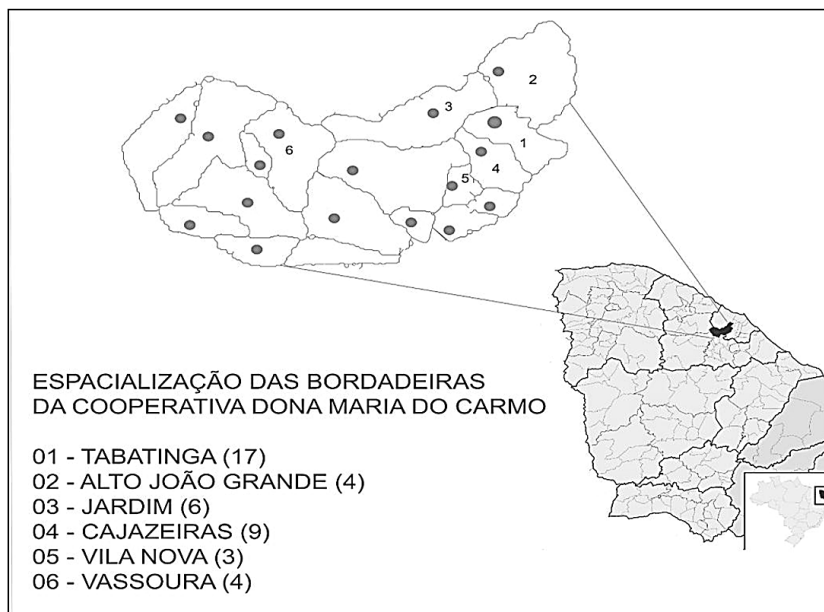
Figura 10 – *Richelieu* em artigos de cama



Fonte: acervo da autora, 2015.

A comercialização do *richelieu*, expresso em diversos artigos de cama, mesa e banho, é resultado de um processo de aperfeiçoamento das mãos habilidosas das mais de quarenta bordadeiras da cooperativa em questão, que advêm de diversos bairros de Maranguape (Figura 11), incluindo principalmente Tabatinga e, ainda, Cajazeiras, Jardim, Vassoura e outros.

Figura 11 – Mapa representativo da espacialização das 43 bordadeiras em diferentes bairros



Fonte: acervo da autora, 2015.

A inserção da mulher no mercado de trabalho tem sido cada vez mais comum; segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), em 2016 representava um total de 2.509 o número de mulheres no mercado formal da indústria de transformação em Maranguape, sobressaindo ao quantitativo de homens, que é de 2.105 de um total de 4.614 trabalhadores. Sobre o desempenho das mulheres e o trabalho artesanal, concordamos com Fajardo, Calage e

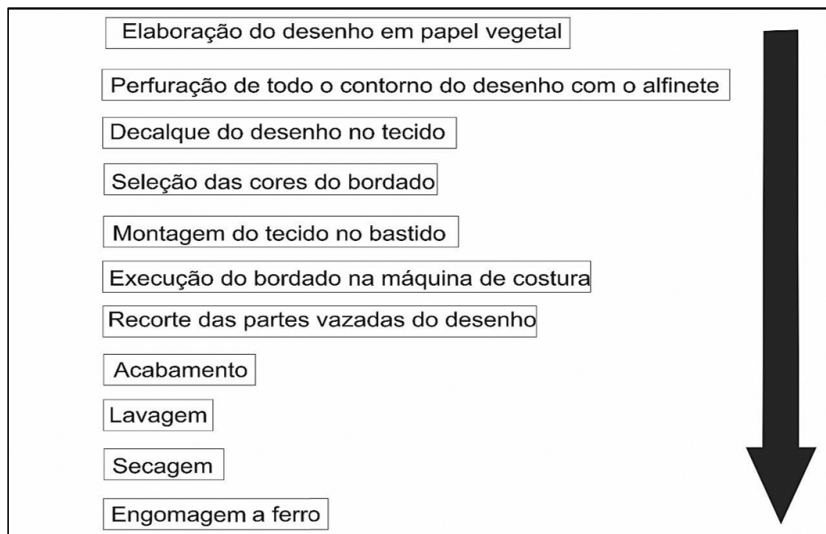
Joppert (2002), quando afirmam que “o artesanato faz com que passem a acreditar em sua capacidade de trabalhar e criar. É também uma forma de capacitação em ofícios alternativos, que ajudam a complementar a renda familiar” (p. 20), demonstrando novas possibilidades de manifestar a vida e de posicionar-se no convívio familiar, considerando-se que outrora apenas o homem era considerado o mantenedor do lar.

As bordadeiras que compõem a CDMC advêm em sua maioria de uma família tradicional, sem muitas condições financeiras. Muitas delas são donas de casa e encontraram no bordado uma forma de complementar a renda, “vestir os meninos” etc. Outro ponto que corroborou essa atividade foi o vínculo afetivo atrelado a ela; muitas das mulheres disseram ter aprendido o ofício com suas mães ou avós, o que demonstra o caráter cultural dessa atividade: uma herança transmitida de uma geração a outra.

A inserção da mulher no mercado de trabalho traz ainda um novo reflexo na conjuntura social. Observamos a predominância e a importância do papel da mulher nesse tipo de atividade, a qual envolve mulheres com pouco grau de instrução que aprenderam a bordar com outras mulheres. O bordado torna-se uma forma de adquirir autonomia dentro do lar ao mesmo tempo que complementa a renda da casa – isso quando não constitui a única renda –; é subsídio para que a mulher possa reproduzir seus gostos. Além do mais, a mulher desenvolve com mais qualidade esse tipo de atividade manual do que os homens.

Para que as bordadeiras possam produzir o *richelieu* na CDMC é feita a compra da matéria-prima, tecidos e linhas em Fortaleza. As sacolas de embalagem são compradas em Maranguape mesmo. Durante o processo produtivo do *richelieu* na CDMC, observamos que as ferramentas utilizadas são de cunho tradicional ou rudimentar. O que sobressai realmente na produção do *richelieu* é a habilidade e a destreza das artesãs. É importante dar destaque ao fato de que todos os bordados podem ser trabalhados na máquina rudimentar, mas nem sempre podem ser feitos na máquina industrial, a exemplo do *richelieu*, aqui discutido. Como etapas do processo produtivo desse tipo de bordado, temos:

Figura 12 – Etapas do processo produtivo



Fonte: acervo da autora, 2015.

A respeito da produção dos artigos, observamos que ela não está concentrada em um único ponto, mas sim nas residências das artesãs, na maioria das vezes. Na verdade, é apenas no momento de finalização das peças que as bordadeiras se reúnem na casa da Dona Maria do Carmo. Aos sábados, elas também costumam se encontrar para prestar contas do que foi produzido e dos lucros.

A transição do fordismo para o modelo de acumulação flexível causou sensíveis transformações no mercado de trabalho, como a subcontratação organizada e o surgimento de pequenos negócios. Consequentemente, isto implicou na volta de antigos sistemas de trabalho artesanal, doméstico e familiar que, embora reconfigurados, passam a atuar como partes importantes do sistema produtivo, fazendo com que o trabalho em casa seja o “mais flexível dos flexitempos” (SENNET, 2006, p. 68).

[...] A sensação de liberdade com esta nova tendência de trabalho em casa é enganosa, pois enquanto o trabalho é fisicamente mais descentralizado, o controle sobre o trabalhador se torna mais direto (SILVA, 2009b, p. 93-94, grifos nossos).

Esse conjunto de mudanças altera significativamente os modos de vida e, conseqüentemente, a configuração espacial local do distrito; as transformações estão ligadas diretamente à condição global, expressas no aumento do consumo, na frequência de pequenas reformas nas residências, no aumento da quantidade de pequenas confecções e dos preços dos aluguéis de imóveis, nas casas construídas em espaços não povoados, no aumento da quantidade de mercadinhos etc.

Após a produção das diversas mercadorias pela cooperativa, a distribuição e a venda se dão de maneira singular. O destino da produção é bastante variado, pois existe uma diversidade de público consumidor das peças em todo o território nacional, devido principalmente ao fato de Dona Maria do Carmo ser a bordadeira mais antiga e conhecida na região.

Entre os consumidores da CDMC, destacam-se turistas advindos principalmente do Maranhão e do Piauí e também os fortalezenses. As vendas são diretas em sua maioria, mas há também a presença de lojas que pedem para a cooperativa produzir para sua marca, por exemplo, a loja virtual Rosa Esté e a Água de Coco (Figura 13), da estilista Liana Thomaz.

A respeito da produção para as empresas como a Água de Coco, as bordadeiras não possuem controle sobre sua mercadoria. Nem sequer sabem os preços com que suas peças são vendidas.

Figura 13 – Peça de vestuário com bordados da loja Água de Coco



Fonte: acervo da autora, 2015.

No tocante ao meio de divulgação, a única identificação que se tem sobre o produto é um cartão de contato de Dona Maria do Carmo (Figura 14), que vai em uma sacola simples ao público consumidor. Também não há grandes preocupações com a embalagem, como pontuado anteriormente, afinal as produtoras partem do princípio de que o produto que está sendo vendido não é a embalagem e sim o *richelieu*. Isso é bastante diferente da lógica da atual forma de produzir, em que se prima pela qualidade do produto como um todo até chegar ao mercado consumidor.

Figura 14 – Cartão de identificação de Dona Maria do Carmo



Fonte: acervo da autora, 2015.

Por outro lado, percebe-se que a Cooperativa da Dona Maria do Carmo, mesmo que atrelada a outra lógica de organização, se entrelaça às especificidades do sistema capitalista. A compreensão das múltiplas relações nesse sistema nos leva ao entendimento de que existe uma “indústria do bordado”, que representa para nós as múltiplas articulações no desempenho dessa atividade, as quais vão desde os sujeitos envolvidos, passando pelas articulações e pela comercialização do *richelieu*, à reprodução da vida e modificação do espaço geográfico, advindas dos fluxos gerados por esse circuito.

O ato de bordar firmou-se ainda como elemento do patrimônio cultural, no caso o imaterial, que se compreende pelo seu caráter intangível e dinâmico, estando sujeito às mudanças impostas pelo cotidiano do homem, tendo-se em vista que se trata de modos de vida, saberes e fazeres.

A confecção de redes de dormir em Jaguaruana, no Ceará

Como, segundo Muniz (2014), o destaque para a produção têxtil e confeccionista cearense depois da RMF é o município de Jaguaruana, foi imprescindível evidenciar o desenvolvimento da indústria têxtil e de confecção nesse município, através da confecção de rede de dormir na indústria Redes Requite, que também serviu como parâmetro comparativo para a compreensão dos impactos da reestruturação.

A cidade de Jaguaruana se apresenta como importante ponto de produção e comercialização de fios de algodão, fios coloridos, haja vista o amplo mercado consumidor voltado à produção de redes. “Jaguaruana é a terra da rede de dormir”, isso é o que está estampado nas placas logo na entrada da cidade.

Jaguaruana é conhecida como a terra das redes, uma vez que em sua maioria as indústrias ativas

[...] são produtoras de redes de dormir. Apenas mais recentemente, a partir do fim da década de 1980, o município passou a abrigar também empresas produtoras de fios para redes e mantas. Essa nova configuração pode ser atribuída à necessidade de se organizarem na região unidades fabris produtoras das matérias-primas necessárias para a elaboração desses produtos, diminuindo assim os custos totais da produção (ARAGÃO, 2002, p. 29).

Muitas das indústrias presentes em Jaguaruana, além de produzirem o fio que irá ser usado na indústria de redes, também já fabricam a rede como produto final. Dessas indústrias, as que têm maior representatividade no município, seja quanto ao faturamento, seja quanto ao total de empregados, são: Redes Requite, Jaguatêxtil, Multicor e Usina Santana, que foram as indústrias que selecionamos para a visita de campo.

A indústria Redes Requite, situada no Centro de Jaguaruana, pertence à mesma família da Indústria Multicor e da Jaguatêxtil e, além de redes, produz colchas, lençóis, tapetes etc.

Como a indústria Redes Requite não produz o fio, nem o tecido necessário para a fabricação das redes, a matéria-prima é fornecida por indústrias têxteis de Fortaleza e do próprio município de Jaguaruana.

Na produção de redes por parte dessa indústria existem diversos processos manuais. Dessa forma, uma rede passa em média por quatro mãos fora da indústria (trabalho familiar) e por mais três dentro da indústria para o processo de acabamento. Os acabamentos das redes são as aplicações, varandas, franjas, dentre outras, que possibilitam uma diferenciação do produto, além de explorar uma característica do artesanato local: a renda.

As mulheres representam boa parte da massa trabalhadora nesse ramo, em virtude de suas habilidades com trabalhos manuais. Dessa forma, a indústria conta com o trabalho principalmente de mulheres, que contribuem para o trançar dos fios que sobram da rede, na qual posteriormente são colocados os punhos. Além da colocação dos punhos, a das varandas nas bordas da rede também é terceirizada. O pagamento dessas funcionárias é considerado pela indústria custo adicional, já que as trabalhadoras, em suas unidades domiciliares, costuram para diversos tipos de clientes e têm horários flexíveis, sendo o pagamento feito por produção, e não em forma de salários mensais.

Essa forma de produção de redes no município impulsiona a criação de uma série de facções (Figura 15).

Figura 15 – Serviço terceirizado informalmente pela Redes Requite



Fonte: Muniz (2014).

Para Krost (2007 *apud* SANTOS, 2014), a facção

[...] se caracteriza pela fragmentação do processo fabril e o desmembramento do ciclo produtivo de manufatura, antes setorizado, dentro de uma mesma empresa. Há o repasse a um “terceiro” da realização de parte (facção) das atividades necessárias à obtenção de um produto final, fenômeno comum no ramo têxtil (KROST, 2007, p. 7).

As máquinas utilizadas no processo produtivo são antigas e manuais (Figuras 16 e 17), tendo cada uma de ser operada por um funcionário que coloca os fios, desenrola-os, corta-os etc. Cada tear possui capacidade de produção de uma rede apenas por vez.

Figura 16 – Antiga máquina de tear utilizada na produção de redes da Requite



Fonte: Muniz (2014).

Figura 17 – Corte manual inadequado e inexistência de uso de EPIs (equipamentos de proteção individual)



Fonte: Muniz (2014).

É perceptível que, mesmo na atual conjuntura, indústrias resistem ao processo de reestruturação, ao mesmo tempo que mantêm relações comerciais com outras indústrias que procuram se inserir no atual contexto, como é o caso da Unitêxtil (em Fortaleza), que produz fios e tecidos para a confecção de redes em Jaguaruana, sendo a indústria Requite uma de suas clientes.

Percebemos durante a visita à Redes Requite (Figuras 18 e 19) as péssimas condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores. Não existem uniformes adequados, há presença de idosos, e o ambiente é insalubre e de pouca ventilação.

Figura 18 – Inexistência de mínimas condições de trabalho



Fonte: Muniz (2014).

Figura 19 – Inexistência de mínimas condições de trabalho



Fonte: Muniz (2014).

Não existe local (Figura 20) adequado para alimentação, nem mesmo para armazenamento de água ou para assento das trabalhadoras etc.

Figura 20 – Inexistência de boas condições de trabalho



Fonte: Muniz (2014).

As vendas das redes são para Jaguaruana, Fortaleza, Sobral, Recife e para exportação. A Multicor possui uma loja agregada, contando assim com os processos de produção, venda local e exportação (Figuras 21 e 22).

Figura 21 – Carregamento da produção para destino final



Fonte: Muniz (2014).

Figura 22 – Aquisição de tecidos pela Multicor para produção na Redes Requite



Fonte: Muniz (2014).

As análises em campo permitiram perceber a contradição presente no sistema capitalista, que se utiliza de relações de trabalho familiares na produção de redes com o uso de máquinas antigas e de forma artesanal, o que dá requinte ao produto. As criações passam pelas mãos de várias mulheres, enquanto o trabalho masculino é mais braçal e pesado.

Essa pesquisa de campo em Jaguaruana permitiu ainda conhecer indústrias que têm relações comerciais com a Unitêxtil mediante a compra do fio ou tecido desta para produção de redes, pois, embora Jaguaruana produza também fios e tecidos, como na Jaguatêxtil, Multicor e Usina Santana, que selecionamos para trabalho de campo, o município não é autossuficiente, tendo que importar para abastecer, notadamente, o mercado de produção de redes.

Ao passo que ocorrem em Fortaleza os primeiros processos da produção relativos à preparação dos fios, o mercado abastecido pela produção dessas redes é nacional e local, constituído notadamente por Fortaleza e pelo próprio município de Jaguaruana.

É sabido que a produção de fios e tecidos que tem como um dos destinos a produção de redes esteve historicamente vinculada a algumas indústrias antigas instaladas em Fortaleza, como a indústria Progresso, do Grupo Thomaz Pompeu, a Usina Ceará, do Grupo Siqueira Gurgel, a indústria São José e a indústria Santa Thereza, com sua filial Santa Cecília, no bairro Montese, em Fortaleza, que, além de produzirem fios e tecidos, também produziam redes. Mais recentemente, a indústria Santana iniciou a produção de redes e passou um período também no bairro Montese, em Fortaleza. Ainda em nossos dias temos indústrias em Fortaleza que produzem desde fios a redes. Hoje, Fortaleza, além de mercado consumidor e produtor, é também polo de distribuição de redes.

Segundo Muniz (2014), além da produção de fios e tecidos por parte da Unitêxtil para alimentar indústrias de redes em Jaguaruana, há também no município a presença de mão de obra vinda da Unitêxtil, como é o caso da indústria de médio porte Santa Rita Têxtil Ltda., que fica no centro de Jaguaruana e é voltada para a produção de tecidos.

A presença de mão de obra de Fortaleza reflete a carência de mão de obra especializada no interior do estado do Ceará, que só não se apresenta como um gargalo maior para o desenvolvimento do setor

em virtude da “migração descendente” (SANTOS, 1993) e da capacitação que é feita na maioria das vezes dentro da própria indústria por trabalhadores mais experientes. Ademais, no que se refere às etapas do processo produtivo,

A produção da Santa Rita não é verticalizada, obedecendo, assim, a um dos padrões adotados pelas novas indústrias têxteis. Os primeiros processos de produção relativa à preparação dos fios são terceirizados na Unitêxtil. O fio pronto vai para Jaguaruana, onde é produzido o tecido final (ARAGÃO, 2002, p. 312).

Ao contrário da maioria das indústrias têxteis que mantinham toda a linha produtiva do setor desde a fase da fiação, tecelagem, passando pelo acabamento, até chegar à comercialização, hoje em dia, a maioria das indústrias se limita a uma dessas fases ou, no máximo, a duas, como é o caso da Unitêxtil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reestruturação produtiva e espacial, como afirmamos, ocasiona um reordenamento nas forças produtivas, nas relações de trabalho e, notadamente, no espaço, pois entendemos por reestruturação produtiva um viés da reestruturação maior do capital, que traz mudanças tanto técnico-econômicas quanto socioinstitucionais que ocorrem em um determinado espaço.

Assim, não teriam sido possíveis as transformações em curso sem as mediações político-institucionais, o potencial ideológico, com um discurso racional que exerce papel fundamental no processo de acumulação do capital, as condições jurídico-políticas, ou seja, a base normativa pela qual há a intermediação do estado e a mudança em sua forma de atuação.

A abertura do Ceará à competição global, somada à intensificação das práticas neoliberais em um ambiente de reestruturação produtiva, trouxe consigo um conjunto de transformações. O estado mantém-se na dianteira da criação das condições necessárias à reprodução ampliada do capital. Então, podemos perceber que ele está cada vez mais intervindo na estrutura produtiva, ditando as regras do jogo e arcando com parte dos custos de produção.

Como vimos no desenvolvimento desta obra, as ações são direcionadas para o fortalecimento da indústria, visando à implantação, realocação, ampliação, recuperação e reestruturação de indústrias. Para

isso, ocorre a ampliação da infraestrutura, do aparato científico-tecnológico, dos cursos de capacitação das escolas profissionalizantes e dos cursos das universidades públicas e privadas.

A indústria têxtil e de confecção, em particular, se concentra na capital com tendência à maior dispersão de indústrias de grande porte na RMF, com presença também do capital industrial do Sudeste e Sul do país com suas filiais e, algumas vezes, com a transferência da matriz. De um total de 635 indústrias têxteis no Estado do Ceará, 399 estão na RMF; deste total, 72% das indústrias têxteis (286) se concentram na capital.

O setor têxtil e de confecção impulsiona ainda uma série de eventos no estado, investindo também em cursos para capacitar a mão de obra local, desde os cursos técnicos aos de nível superior. A importância de instituições de formação profissional cresce à medida que o estado se notabiliza como um dos polos de moda no Brasil.

Além disso, destacam-se as políticas de incentivo à industrialização via Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), mediante isenção e prorrogação de incentivos fiscais, redução de impostos para indústrias que venham a se instalar na capital, região metropolitana ou restante do estado.

A tentativa de manter o crescimento de décadas anteriores, tendo-se como principais instrumentos da atual política industrial a atração de investimentos externos, com a concessão de incentivos fiscais e financeiros e de infraestrutura, e aproveitando-se também a vantagem da mão de obra barata, enseja diversos questionamentos, como o desafio de indústrias já existentes despreparadas para enfrentar a concorrência desigual e a possibilidade de reduzir a capacidade de poupança do governo com o reforço às isenções e incentivos fiscais, que dão maiores condições à vinda de empresas externas e de maior poder de barganha.

Mesmo com a contínua atração pelo capital externo, com a vinda de empresários do Centro-Sul para investir no Ceará, o fato de os proprietários das indústrias de fiação e tecelagem serem, notadamente, cearenses permite que a política de industrialização cearense por meio de sua burguesia local permaneça atuando nos setores tradicionais.

Constatamos que, dentre as inúmeras consequências da atual política industrial no Ceará, ocorre uma concentração da indústria têxtil

e confeccionista em Fortaleza, embora o município de Maracanaú também demonstre crescimento contínuo. Analisando-se a delimitação temporal desde 2002 aos dias atuais, ou seja, considerando-se o intervalo de mais de uma década, esse crescimento ainda é bem menor se comparado ao de Fortaleza.

Por outro lado, o ritmo de crescimento industrial de Fortaleza é cada vez menor se comparado ao da difusão para o espaço metropolitano.

As indústrias têxteis de grande porte estão mais concentradas no município de Maracanaú – uma vez que este oferece maiores isenções de impostos e espaço para uma futura expansão, além de maior mobilidade para o escoamento da produção –, como a Vicunha e a TBM, que se utilizam de alta tecnologia e se destacam tanto local e nacionalmente quanto no plano continental.

A indústria têxtil e de confecção, mesmo mantendo-se concentrada na capital e em sua hinterlândia, mantém relações com distintas escalas espaciais, não obedecendo mais aos antigos padrões espaciais de hierarquia urbana. Então, paralelamente ao processo de concentração na capital, ocorre a integração de diferentes espaços devido às inter-relações da produção industrial têxtil e confeccionista de Fortaleza através dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação.

Conforme Muniz (2014), no plano da RMF, a concentração é na capital, uma vez que do total de 20.445 indústrias ativas na RMF 85% são de transformação e estão concentradas em Fortaleza, representando 73%. Já considerando-se o estado do Ceará, a concentração é na RMF, ou seja, a produção industrial têxtil ocorre de forma concentrada na RMF, mesmo diante da propaganda de interiorização industrial realizada pelo governo estadual e a despeito do processo de descentralização industrial mundial. Mais da metade do quantitativo industrial do estado está na RMF, representando 67,42 % do total de indústrias ativas no Ceará.

O crescente número de indústrias somado aos circuitos espaciais da produção, os círculos de cooperação, contribui para a maior mobilidade da força de trabalho e de mercadorias, bem como para o impulso no setor de serviços, induzindo a criação de novas centralidades. Enquanto em um primeiro momento a indústria têxtil no interior do estado alimentou a metrópole, em outro momento ela sai do interior,

concentrando-se na capital e em sua hinterlândia, e um processo de difusão, embora de forma pontual, e de horizontalização da produção continua mantendo com o interior do estado e para além deste intensas relações socioespaciais.

O atual processo de industrialização propicia mudanças nos equipamentos e nos fluxos urbanos, resultando em novas formas de apreensão espacial, uma vez que o surgimento ou realocação industrial impulsiona o processo de metropolização, além de induzir a reinvenção de espaços urbanos, revelando a recriação da cidade do capital e para o capital.

Conforme Muniz (2014), o destaque para a produção têxtil cearense depois da RMF é o município de Jaguaruana, que sobressai, notadamente, com a produção e compra de fios e tecidos para a produção de redes. Foi, portanto, imprescindível evidenciar o desenvolvimento da indústria têxtil e confeccionista nesse município, uma vez que ele também serviu como parâmetro de comparação para a compreensão dos impactos da reestruturação.

Os fatos até aqui expostos contribuem para afirmar, dentre os impactos da reestruturação produtiva na indústria, que, com frequência, ocorre a horizontalização da produção, dando espaço à terceirização; que há redução da hierarquia e eliminação dos escalões de comando intermediários, especificamente nos pontos de contato com a produção; que, na área operacional, os encargos de supervisão e mestria são delegados aos trabalhadores organizados em células com fluxos dependentes de produtos e serviços; que toma lugar a flexibilização das relações de produção, a qual obedece à demanda do mercado; que a aplicação de novas ferramentas da gestão correspondente à reestruturação da administração empresarial; que a incorporação de tecnologia baseada na informática, primeiro nas tarefas necessitadas de alto volume de trabalho manual e depois nos setores administrativos, é consequência do processo em curso; que o uso de microcomputadores ganhou espaço no setor têxtil e de confecção, com prioridade para a digitalização das tarefas mais complexas, como desenho, bordadura e acabamento, com uso paralelo de instrumentação a *laser* e jato de ar, elevando a velocidade da produção com aumento da produtividade; que a robotização e o conseqüente desemprego estrutural são práticas crescentes; por fim,

que o algodão como matéria-prima passou a contar com parcelas de fibras artificiais e sintéticas.

Como mencionamos no segundo capítulo, ocorrem ainda, a redução do tempo de preparação e o transporte dos insumos, além do reaproveitamento dos resíduos, da ênfase na qualidade do produto, da busca de certificações ISO, de matéria-prima a baixo custo e agregação de valor ao produto final, embora a redução de custos continue tendo importância para a competitividade.

Além disso, como afirmamos anteriormente, houve a revitalização da maquinaria, suplantando a base técnica tradicional, como, por exemplo, na indústria têxtil, a etapa de fiação dinamizada pelos filatórios *open-end* e as tecelagens incrementadas com teares a ar comprimido; ambas as maquinarias são, como dito, muito mais velozes e primorosas na qualidade do produto.

Como explicamos ao discutir essas mudanças, além de promover as transformações na estrutura organizacional das indústrias, os processos de reestruturação, movidos pela incorporação de tecnologia, contribuíram para aumentar o nível de desemprego, que foi uma de suas consequências sociais.

Nos estudos de caso, percebemos algumas características da presença do modelo de produção flexível, em que a produção deve ser ajustada à demanda do mercado, com aplicação do sistema *just in time* (produzir no tempo e na quantidade necessários), controle de qualidade total e automação em várias etapas da produção. A utilização de mão de obra é maior onde o desemprego estrutural não é tão presente, porém, mesmo diante deste, a própria característica do ramo de produção têxtil em análise requer a utilização de considerável mão de obra.

Além dessas transformações gerais da indústria, no setor têxtil e de confecção, foi possível analisar algumas consequências da reestruturação através de visitas em uma série de indústrias têxteis e de confecção, não somente na capital e na região metropolitana, como também em outros municípios do estado, como Jaguaruana.

A indústria de confecção, ao mesmo tempo que procura acompanhar as mudanças trazidas pela reestruturação produtiva e espacial, resiste a estas quando depende de relações de trabalho não capitalistas,

por assim dizer, o trabalho familiar, que consiste no trabalho em essência manual e feminino no domicílio da família, como foi possível constatar em várias indústrias em Jaguaruana e em bairros periféricos da capital, como também na forma camuflada de cooperativas que existem em Fortaleza (Cooperativa dos produtores de Linho), Baturité, Itapajé (principalmente com o trabalho das bordadeiras e rendeiras) e Maranguape (Banana Nanica Ltda.; produção do bordado *richelieu*).

Através dos exemplos aqui expostos é possível concluir que a produção em cooperativa como a que foi vista em Maranguape possui uma dinâmica diferenciada e particular, mas isso não a torna uma “ilha” apartada do atual contexto de reestruturação em curso, como vimos na confecção do bordado *richelieu*, em que as bordadeiras mantêm relação com o atual sistema econômico, buscando oferecer um produto de qualidade, como foi possível acompanharmos desde o início do trabalho de produção até sua comercialização.

Por outro lado, a demanda por trabalho familiar, dividindo espaço com a adoção de novas formas de organização da produção e novos processos da gestão do trabalho que passam a se desenvolver, esconde e camufla um estado de exploração, baixos salários e de extração de um sobretrabalho, dadas as diversas formas de subordinação ao capital.

A produção industrial têxtil e confeccionista se desenvolve tanto em grandes como em médios e pequenos estabelecimentos, responsáveis por considerável emprego de mão de obra.

A explicação para a representatividade do emprego formal no setor da indústria está no incremento da reestruturação da produção industrial calcada em setores tradicionais como o têxtil e confeccionista.

Quanto ao tipo de produção, enquanto a tendência na produção industrial têxtil é a crescente produção de malharia, o destaque maior ainda é a produção de fios, seguida da de tecidos de algodão. Assim, como em Jaguaruana e outros exemplos no território cearense, temos algumas indústrias em Fortaleza e Eusébio que, além de produzir fios e tecidos, também produzem redes, como a Forte Fio e a Redes Ramalho.

Quanto à origem do capital, pudemos observar o fato de os proprietários industriais não serem mais somente empresários locais, com a presença de capital externo, dada a vinda de indústrias do Sul e Sudeste

do país. Mesmo com o predomínio do capital local e familiar, a maioria das indústrias mantêm relações comerciais com o capital externo.

Diante do exposto, podemos afirmar que, ao contrário do discurso que acompanha a política de industrialização no estado, não ocorre a descentralização dos estabelecimentos industriais têxteis. Pelo contrário, sucede uma concentração na capital e o consequente espraçamento para a RMF e o restante do território cearense, quando não ocorre o fechamento de unidades para que haja concentração em um único estabelecimento industrial, seguindo a lógica da verticalização e procurando se especializar e reunir esforços no que se destaca.

Enfim, é um processo plural, heterogêneo, que demandou estudo de caso com entrevistas e demais registros de campo, que vieram refutar algumas hipóteses, como também elucidar, confirmar ou negar o que os dados quantitativos apontavam.

A presença de estabelecimentos industriais de grupos familiares e capital local ao lado de grandes indústrias com atuação global e capital externo revela a dinâmica e a dialética de um presente em que não é possível desconsiderar as especificidades.

Ademais, se no chão de fábrica, notadamente daquelas com maior capital que se inserem nas transformações em curso, é possível ver o que há de mais moderno ao lado de práticas antigas e se, na busca por implantar um complexo industrial moderno em Fortaleza, ocorre estreita ligação com a base industrial já existente, por estar fundamentada em atividades tradicionais da indústria nordestina, como a têxtil e a confeccionista, isso revela que o capitalismo não somente difunde o “novo”, mas também absorve o “velho”.

É preciso bem mais do que a diversidade nos investimentos priorizados pela política industrial em curso, com a maximização na oferta de fatores locacionais, capazes de atrair os investimentos privados, notadamente para setores da indústria, do turismo, dos serviços e do agronegócio de exportação com base na agricultura irrigada e na agroindústria a ela associada. É preciso ir além da construção de um novo imaginário social nordestino.

É necessário investir em pesquisa, em inovações tecnológicas e continuar investindo em setores tradicionais ao lado de ramos mais

modernos. Defendemos que isso aconteça, mas não da forma como ocorre em nossos dias, com importação de alta tecnologia e de mão de obra mais capacitada, com o discurso da interiorização sem as condições reais para que isso ocorra, uma vez que não há a valorização da mão de obra local e a exploração de outras potencialidades nos municípios, sendo perceptível a falta de integração entre estes. Esse quadro leva ao esvaziamento ainda maior dos cofres públicos com o incentivo para a crescente vinda de indústrias de atuação continental e a maior parte dos lucros sendo destinada ao exterior, ficando aqui uma pequena fatia, fruto do assalariamento. O que realmente permanece são os problemas ambientais e uma superoferta de mão de obra com baixos níveis de escolaridade e baixos salários, que se sujeita a racionalidades flexíveis nas relações de trabalho.

Assim, dentre outras coisas, o que se produz com a política industrial em vigor é uma mão de obra cativa, que tem de submeter-se a uma exploração e a um modelo de produção desumano com péssimas condições de trabalho. Embora haja benesses para uma minoria, conforme uma visão não pessimista, mas realista, o que permanece deste modelo apontado como novo são velhos problemas.

Lamentavelmente, a realidade nos mostra que, ante a reestruturação, a maioria da população local se encontra alijada das benesses que favorecem uma minoria de grandes empresários às custas da exploração da classe trabalhadora, obrigada a produzir mais, passando a trabalhar mais horas por dia e conformar-se com a exploração a que se submete, muitas vezes por falta de opção ou de consciência da situação em que vive. Assim, a maioria dos trabalhadores é compelida a trabalhar por um salário que não garante nem mesmo as mínimas condições de sua reprodução, dado o pequeno poder aquisitivo e à numerosa família que geralmente tem que sustentar.

O modelo de produção vigente, além de impedir que haja um verdadeiro desenvolvimento, se baseia na intensa exploração dos trabalhadores, que aumentam a produção da riqueza, mas ficam com uma parte cada vez menor do resultado de seu trabalho.

Ante os desafios expressos, é preciso que a responsabilidade social das empresas vá além do discurso quanto às questões ambientais

ou doações à comunidade de produtos que não seguem os padrões do mercado. Impõe-se que se busque a melhoria das condições de trabalho e que haja um retorno dos investimentos, primeiramente, no espaço em que se estabelece e usufrui de uma série de benefícios.

É preciso investimento nas pequenas e médias indústrias, em geração de renda e emprego, com suporte na vocação evidenciada nos municípios com diagnóstico de campo. É preciso dar voz e vez ao que é tido como invisível, viabilizar políticas que permitam o pequeno industrial chegar até o consumidor e não ser tragado no fluxo produtivo pelos grandes empresários.

A indústria têxtil tem papel relevante não só na empregabilidade, nos recursos gerados e na circulação local, mas também na constituição e uso do espaço, de sistemas de objetos e ações para atender à demanda do presente.

Sabemos que a função industrial não é mais dominante no espaço urbano e nas economias de grandes metrópoles globais. A própria metrópole Fortaleza, como analisamos, não se firma como cidade industrial, mas avança como cidade do terciário, em razão do crescimento do comércio e dos serviços, das atividades ligadas ao turismo, ao mercado imobiliário e ao agronegócio. Por outro lado, vimos que a indústria continua como mola mestra, impulsionando os setores primário e terciário. Mesmo com o fim iminente da era do capital industrial e diante da crescente valorização do capital na esfera financeira, como foi ressaltado, a autonomia do setor financeiro é relativa em decorrência das inter-relações do capital financeiro na esfera produtiva.

As evidências trazidas por esta pesquisa revelaram as contradições que movem o próprio desenvolvimento do capitalismo em sua evolução contraditória e desigual.

Por fim, podemos reafirmar que a reestruturação produtiva traz mudanças que não se restringem aos aspectos técnicos e econômicos da produção, envolvendo notadamente seus aspectos sociais e espaciais.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2011. v. 1.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. Por searas diversas, os diversos Ceará. *In: SOUZA, S. de. et al. Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ALGODÃO: o ontem e o hoje. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 10 ago. 2012.

ALVES, G. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Londrina: Práxis, 2001.

ALVES, G. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinantes do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1996.

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, G. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na Era da Globalização*. Londrina: Práxis, 1999.

AMARAL FILHO, J. do. Ajustes estruturais, novas formas de intervenção pública e novo regime de crescimento econômico no Ceará. *In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. (org.)*.

Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003.

AMARAL FILHO, J. do. (org.). *Federalismo fiscal e transformações recentes no Ceará.* Fortaleza: INESP, 2000.

AMARAL FILHO, J. do. Grandes investimentos. *O Povo*, Fortaleza, Opinião, 6 set. 2012.

ALMEIDA, D. G. de. *Indústria e reestruturação socioespacial: a inserção de Sobral (CE) na divisão espacial da produção.* 2009. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

AMORA, Z. B. Aspectos históricos da industrialização do Ceará. In: SOUZA, S. de. (coord.). *História do Ceará.* 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

AMORA, Z. B. *As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste.* 1978. 106 f. (Dissertação de Mestrado) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

AMORA, Z. B. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (org.). *Ceará: um novo olhar geográfico.* Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

AMORA, Z. B. O espaço urbano cearense: breves considerações. In: AMORA, Z. B. (org.). *Ceará: enfoques geográficos.* Fortaleza: Funece, 1999.

AMORA, Z. B.; CARVALHO, K. B. de. Distritos industriais: algumas considerações conceituais e aplicabilidade no contexto cearense. In: AMORA, Z. B. (org.). *Cenários geográficos: reflexões e enfoques.* Fortaleza: EDUECE, 2009.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

ANDRADE, M. C. *Geografia econômica do Nordeste*. 2. ed. São Paulo: Atlas S. A. Abril, 1974.

ANDRADE, M. C. de. *O Nordeste e a questão regional*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

ANDRADE, M. M. de. *Bairros além-Tamandateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Moóca e Belenzinho*. 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

ANDRADE, M. J. F. de S. *Onde moram os operários: vilas operárias em Fortaleza 1920-1945*. 1991. 309 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1991.

ANUÁRIO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO NO CEARÁ. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, v. 2012-2013, 2013.

ANUÁRIO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO NO CEARÁ. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 2014.

ANUÁRIO DA MODA DO CEARÁ. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 2014.

ARAÚJO, T. B. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. da F.; NABUCO, M. R. (org.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1993.

ARAÚJO, T. B. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

ARAÚJO, T. B. Heranças de diferenciação e futuro de fragmentação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 29, 1997.

ARAÚJO, T. B. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFONSO, R. de B. A.; SILVA, P. L. B. (org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Fundap: Universidade Estadual Paulista, 1995. (Federalismo no Brasil).

ARAÚJO, T. B.; MARANHÃO, S. *A questão Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ARAÚJO, A. M. M. *Mobilidade populacional na produção do espaço metropolitano regional: o caso de Fortaleza*. 2007. 372 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 2007.

ARAÚJO, N. G. de. *Os trabalhadores e a indústria: reflexões sobre o espaço geográfico*. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

ARAGÃO, E. F. *A trajetória da indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem 1880-1950*. Fortaleza: Edições UFC/Stylus Comunicações, 1989. (Coleção Estudos Históricos, n. 2)

ARAGÃO, E. F. (coord.). *O fiar e o tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará*. Fortaleza: Sinditêxtil/Fiec, 2002.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

ARROYO, M. Os territórios estão fragilizados, abertos, invadidos. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. *Território, globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO – ABIT. *Brasil Têxtil*. São Paulo, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO – ABIT. *Brasil Têxtil*. São Paulo, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO – ABIT. *Brasil Têxtil*. São Paulo, 2014.

AZEVEDO, E. B. Patrimônio industrial no Brasil. *Revista Arq. Urb.*, São Paulo, n. 3, p. 11-22, maio/ago. 2010.

BARBOSA, M. E. S. *Aracati (CE) no período colonial: espaço e memória*. 2004. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUDOUIN, T. A. cidade portuária na mundialização. *In: SILVA, G.; COCOO, G. (org.). Cidades e portos: os espaços da globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. A incorporação do Brasil na economia-mundo: da Colônia à industrialização nacional. *In: Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BERNAL, M. C. C. *A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza*. Fortaleza: UFC/BNBrasil S. A., 2004.

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.

BNDES setorial. Rio de Janeiro: BNDES, 2009. n. 29, p. 163.

BODDY, M. Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica. *In: VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (coord.). Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990.

BRASIL. *Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971*. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 13 set. 2020.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BOMTEMPO, D. C.; SPOSITO, E. S. Circuitos espaciais da produção e novas dinâmicas do território. *Mercator*, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 27-46, set./dez. 2012.

BORDO, A. A. Os eixos de desenvolvimento e a estruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo, Brasil. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. IX, n. 194 (79), ago. 2005.

BOTELHO, A. Reestruturação produtiva e produção do espaço: o caso da indústria automobilística instalada no Brasil. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 15, p. 55-64, 2002.

BOYER, R. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.

BURSZTYN, M. *Os donos do poder: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CABRAL, J. M. T.; MUNIZ, A.; SAMPAIO, P. M. A dinâmica industrial na região metropolitana de Fortaleza no contexto da reestruturação produtiva e espacial. *Revista Pegada*, São Paulo, v. 20, n. 2, maio/ago. 2019.

CANCLINI, N. G. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANO, W. *Economia paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*. Campinas: Alínea, 2007.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001a.

CARLOS, A. F. A. A reprodução da cidade como “negócio”. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (org.). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005.

CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. *Cidades: Revista científica*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007.

- CARLOS, A. F. A. *Espaço e indústria*. São Paulo: Contexto, 1988.
- CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001b.
- CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARVALHO, K. B. de. *Territórios produtivos: estudo geográfico do I Distrito Industrial do Ceará*. 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Mestrado Acadêmico em Geografia, Centro de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Edição revisada, acompanhada de posfácio (1975). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 418 p.
- CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. Traduzido do francês por Catherine Marie Mathieu. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 1, n. 5, p. 1-30, dez. 1995.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, F. (org.). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1999.
- CID ajuda têxteis a enfrentar invasão chinesa. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, Economia, 19 jun. 2008.
- CLAVAL, P. *Geografia cultural*. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Pimenta. Florianópolis: UFSC, 1999.

CONJUNTURA da Indústria Têxtil e de Confeção Brasileira. 2013. Disponível em: <http://abit.org.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

CORRÊA, R. L. Inovações espaciais urbanas: algumas reflexões. *Cidades: Revista Científica*, v. 7, n. 11, 2010.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1996.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 2000.

CORRÊA, R. L. Redes Geográficas: cinco pontos para discussão. In: VASCONCELOS, P. de A.; SILVA, S. B. de M. (org.). *Novos estudos de geografia urbana brasileira*. Salvador: UFBA, 1999.

CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, R. L. *Trajetórias geográficas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. *Território, globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1998.

COSTA, W. M. da. *O estado e as políticas territoriais no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

DANTAS, E. W. Apropriação do espaço público pelo comércio ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em evidência (1975-1995). *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 9, n. 202, dez. 2005.

DANTAS, E. W. Metamorfoses do setor terciário e terciarização contemporânea. *Mercator*, Fortaleza, ano 6, n. 12, p. 18-24, jul./dez. 2007.

DANTAS, E. W.; SILVA, J. B. da; ZANELLA, M. E. Z.; MEIRELES, A. J. de A. (org.). *Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

DEAN, W. *The industrialization of São Paulo 1880-1945*. Austin: University of Texas Press, 1969. (Obra traduzida: São Paulo: Difel, 1991)

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DRUCK, M. da G. *Terceirização (des)fordizando a fábrica*. Salvador: EDUFBA, 1995.

ELIAS, D.; SAMPAIO, J. L. F. (org.). *Modernização excludente*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense)

ERNST & YOUNG. *Brasil sustentável: impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014*. [S. l.: s. n.], [2013?]. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/MiguelRosario/estudo-da-fgv-sobre-impactos-socioeconomicos-da-copa>. Acesso em: 15 abr. 2021.

EXAME Melhores e Maiores: as 500 maiores empresas do Brasil, São Paulo, p. 296, jul. 2006. Disponível em: <https://issuu.com/exame/docs/mm2006>. Acesso em: 13 nov. 2021.

FAJARDO, E.; CALAGE, E.; JOBERT, G. *Fios e fibras*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2002.

FARIAS, J. A. de. *História da sociedade cearense*. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2004.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Considerações sobre as escalas espaciais de análise da indústria no Brasil. *Mercator*, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2005.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F.; SPOSITO, E. S. (org.). *Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fisher*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FOOT, F.; LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 17. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

FURTADO, C. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, C. *Perspectivas da economia brasileira. BNDES, um banco de idéias: 50 anos refletindo o Brasil*, 1957.

GALVÃO, R. *Aracati: labirinto de sonhos e de luz*. Fortaleza: Edições Sebrae/CE, 2006.

GARSON, S. *Regiões metropolitanas: por que não cooperam?* Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte: PUC, 2009.

GAUDEMAR, J. P. de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Tradução de Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GIRÃO, R. *História econômica do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 2000.

GIRÃO, R. *Pequena história do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1975.

GOLDENSTEIN, L. Uma avaliação da reestruturação produtiva. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, M. T. S. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. *RA'EGA*, Curitiba, v. 21, p. 51-57, 2011.

GOMES, S. de C. *Do comércio de retalhos à feira da sulanca: uma inserção de migrantes em São Paulo*. 2002. 226 f. Dissertação (Mestrado

em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13082007-153557/pt-br.php>. Acesso em: 14 abr. 2020.

GONDIM, L. M. de P. *Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: os “governos das mudanças” no Ceará*. Ijuí: Unijuí, 1998.

GORINI, A. P. F. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 12, 2000.

GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense Universidade, 1986.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.

HAESBAERT, R. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: LIMONAD, E. et al. (org.). *Brasil, século XXI: por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, 2004.

HAESBAERT, R. *Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2010.

HELD, D.; MCGREW, A. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências)

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

IANNI, O. Nação: província da sociedade global? In: *Território, globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1998.

IANNI, O. *A era do globalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IANNI, O. *Estado e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL – IEMI. Brasil Têxtil. *Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira*. São Paulo, 2011.

INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL – IEMI. Brasil Têxtil. *Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira*. São Paulo, 2012.

INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL – IEMI. Brasil Têxtil. *Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira*. São Paulo, 2013.

INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL – IEMI. Brasil Têxtil. *Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira*. São Paulo, 2008.

INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL – IEMI. Brasil Têxtil. *Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira*. São Paulo, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGICA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. 2016. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

JAPPE, A. *Guy Debord*. Portugal: Antígona, 2008.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KROST, O. *Contrato de facção: fundamentos da responsabilidade da contratante por créditos trabalhistas dos empregados da contratada*. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/10611/contrato-de-facciao>. Acesso em: 10 ago. 2022.

KURZ, R. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. da F.; NABUCO, M. R. (org.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

LENCIONI, S. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. XI, n. 245 (07), ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24507.htm>. Acesso em: 13 abr. 2021.

LENCIONI, S. Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 12, p. 27-42, 1998a.

LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C. A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. de (org.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006a.

LENCIONI, S. Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos das transformações e dinâmicas metropolitanas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 6., 1998, Buenos Aires. [Anais] ... Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 1998b. p. 1-10.

LENCIONI, S. Regiões metropolitanas do Brasil: radiografia da dinâmica recente do emprego industrial e da remuneração do trabalhador. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (org.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo: CLACSO, 2006b. Disponível em: [//bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/06lenci.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/06lenci.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. Industrialização e urbanização. In: *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LEFEBVRE, H. *Lógica formal, lógica dialética*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.

LIMA, L. C. *A industrialização recente do Ceará: uma introdução*. São Paulo, 1997.

LIMA, L. C. Produção do espaço, sistemas técnicos e divisão territorial do trabalho. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. VI, n. 119 (63), ago. 2002.

LIMA, A. G. C. *Terra aracatiense*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1979.

LIPIETZ, A. *Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.

LUZ, N. V. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1978.

MADEIRA, H. M.; COSTA, M. C. L. A desindustrialização do bairro Jacarecanga. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 57., 2005, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: SBPC, 2005.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MANZAGOL, C. *Lógica do espaço industrial*. São Paulo: Difel, 1985.

MARINHO, J. *História da indústria têxtil em Pernambuco: da primeira fábrica até o bicudo*. [S. l., s. n.], 2011.

MARX, K. *Manuscritos filosóficos: texto integral*. São Paulo: Martin Claret, 2001. (Coleção Obra-Prima de Cada Autor)

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (v. 1. Livro primeiro: o processo de produção do capital. Tomo 2. Capítulo XXIII). (Os Economistas)

MASI, D. de. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio: UnB, 2000.

MELLO, J. M. C. de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENELEU NETO, J. Desemprego e luta de classes: as novas determinantes do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. de (org.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1996.

MENELEU NETO, J. *Os novos sapateiros: os trabalhadores e a reestruturação do capital*. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

MENDES, M. C. *Metropolização e indústria: Maranguape no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza*. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

MENDES, M. F. *A mobilidade territorial dos trabalhadores da construção civil na produção da verticalização do bairro Aldeota em Fortaleza*. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

MÉO, G. di. *Introduction au débat sur la métropolisation: une clé de lecture pour comprendre l'organisation contemporaine des espaces géographiques*. 2008. Disponível em: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00281654/fr/>. Acesso em: 16 abr. 2020.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2000. Título original: *Beyond capital: towards a theory of transition*.

MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa social: método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA, R. Realidade e metafísica nas estruturas geográficas contemporâneas. In: CASTRO, I. E. de; MIRANDA, M.; EGLER, C.

(org.). *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2000.

MUNIZ, A. M. V. *A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MUNIZ, A. M. V. As transformações do espaço urbano na zona da Francisco Sá. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DA UNIFOR, 2., 2002, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: Unifor, 2002. p. 131.

MUNIZ, A. M. V. Aspectos infraestruturais de Horizonte frente à reorganização espacial. In: SEMANA UNIVERSITÁRIA DA UECE, 4., 1999, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: UECE, 1999.

MUNIZ, A. M. V. Reestruturação produtiva, agroindústria e as transformações no espaço metropolitano de Fortaleza. In: CONGRESSO OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES 20 ANOS, 2019, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: INCT, 2019. v. 1. p. 989-1.006.

MUNIZ, A. M. V. *Reestruturação produtiva e trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe: mudanças, permanências, desafios e tendências*. 2004. 318 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

MUNIZ, A. M. V. Reestruturação produtiva industrial e as consequências sociais e espaciais. *Espaço e Economia*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 16, 2019.

MUNIZ, A. M. V. The production of Fortaleza's metropolitan space and the industrial dynamic. *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 61-74, set./dez. 2015.

MUNIZ, A. M. V.; QUEIROZ, E. A. N. Da Thomaz Pompeu Têxtil ao novo Beco da Poeira: papel no circuito inferior da economia e na requalificação do Centro de Fortaleza. *Revista Tocantinense de Geografia*, v. 9, p. 115-144, 2020.

MUNIZ, A. M. V.; SILVA, J. B. da; COSTA, M. C. L. Reestruturação produtiva, trabalho e transformações no espaço metropolitano de Fortaleza. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 31, n. 1, p. 13-25, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/15395>. Acesso em: 13 abr. 2021.

MUNIZ, A. M. V.; SOUZA, B. S.; ABREU, G. A. Comércio de confecção e serviços no espaço urbano de Fortaleza: dinâmica econômica e socioespacial do Centro Fashion. In: HOLANDA, V. C. C.; LOPES, F. C. R.; ALVES, W. G. (org.). *Desenvolvimento regional, urbanização e cidades*. Sobral: PROEX/UVA, 2020. v. 5, p. 61-74.

MUNIZ, A. M. V.; CABRAL, J. M. T.; SOUSA JÚNIOR, F.; SAMPAIO, P. M. Industrialização e urbanização na zona industrial da Av. Francisco Sá. In: HOLANDA, V. C. C.; LOPES, F. C. R.; ALVES, W. G. (org.). *Desenvolvimento regional, urbanização e cidades*. Sobral: PROEX/UVA, 2020. v. 5, p. 128-153.

MUNIZ, A. M. V.; COSTA, M. C. L.; SILVA, R. M.; CABRAL, J. M. T. Economia urbana e mercado de trabalho na região metropolitana de Fortaleza. In: RIBEIRO, M. G.; CLEMENTINO, M. do L. M. C. (org.). *Economia urbana e mercado de trabalho na região metropolitana de Fortaleza*. Rio de Janeiro: IPPUR, 2020. v. 1, p. 30-55.

MUNIZ, A. M. V.; SILVA, J. B.; COSTA, M. C. L.; SILVA, R. M.; CABRAL, J. M. T. Economia urbana e mercado de trabalho na região metropolitana de Fortaleza. In: RIBEIRO, M. G.; CLEMENTINO, M. do L. M. (org.). *Economia urbana e mercado de trabalho na região metropolitana de Fortaleza*. Rio de Janeiro: IPPUR, 2020. v. 1, p. 30-55.

NICOLAS, D. H. Notas conceituais: as concepções espaço-temporais. In: *Território, globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1998.

NOBRE, G. *O processo histórico de industrialização do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: FIEC, 2001.

NÚCLEO DE PESQUISAS DO VESTUÁRIO – NUPEV. *Curso em Design de Moda*. Centro Federal de Educação Tecnológica. Campus Divinópolis, Minas Gerais, 2012. Disponível em: <https://www.divinopolis.cefetmg.br/pesquisa-e-extensao/pesquisa/nupev/>. Acesso em: 13 fev. 2022.

OFFE, C. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classe*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PEREIRA, D. A nova espacialidade do trabalho: o fordismo e a “produção enxuta” na Ford. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. VI, n. 119 (90), ago. 2002.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. *A alteração sócio-espacial gerada pelo advento da indústria nos municípios de Horizonte e Pacajus-Ce*. 1996. Dissertação – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1996.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. Espaço, industrialização e acumulação capitalista: uma abordagem para o Nordeste e o Ceará. *Mercator*, Fortaleza, ano 2, n. 4, 2003.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. *Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano: reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus (CE)*. Fortaleza: Eduece, 2005.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. Metropolização e novos arranjos espaciais: uma discussão a partir do processo de industrialização em Horizonte e Pacajus-Ce. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral, v. 4/5, p. 93-99, 2002/2003.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. Nova dinâmica global, indústria e reestruturação do espaço: discussão teórica e a experiência dos municípios de Horizonte e Pacajus-Ce. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral, v. 2/3, 2000/2001.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. *Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará*. 2011. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2011.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. *Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESSOA, I. F. *Arranjo produtivo de redes em Jaguaruana como apoio para o desenvolvimento local*. Monografia apresentada pela FEAC-UFC. Fortaleza, 2003. Disponível em: http://www.ric.ufc.br/observatorio/mon_isimarpessoa.pdf. Acesso em: 20 dez. 2012.

PIKETTY, T. *Capital no século XXI*. Tradução de Arthur Goldhammer. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

PIQUET, R. A indústria metropolitana no Brasil muda de lugar e emprega menos. *In: Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade. Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 1, p. 249-263, jan./jul. 2002.

PONTES, S. R. *Fortaleza Belle Époque: reformas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRODUÇÃO da indústria de transformação sobe 1,76%. *O Estadão*, Economia, 21 jan. 2014

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS. 2011. <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS. 2019. <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

- RATTNER, H. Globalização e projeto nacional. In: *Território, globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1998.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Ática: São Paulo, 1993.
- REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (org.). *Economia brasileira*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- RIGOTTO, R. M. *O “progresso chegou”. E agora?: as tramas da (in) sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento*. 2004. 592 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.
- SANTOS, M. C. *A dinâmica dos circuitos da economia urbana na indústria de confecção em Fortaleza-Ceará*. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. (3. ed. 1999; 4. ed. 2008)
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1994a.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000a.
- SANTOS, M. Ser negro no Brasil hoje. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 20-21, maio, 2000b. + Brasil 501 d.C. do Mais! Ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994b.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. *Território, globalização e fragmentação*. 4. ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1998.

SENE, E. de. *Globalização e espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2004.

SENNET, R. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo-capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. 2003. Disponível em: www.sebrae.com.br. Acesso em: 23 abr. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. 2010. Disponível em: www.sebrae.com.br. Acesso em: 23 abr. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. 2014. Disponível em: www.sebrae.com.br. Acesso em: 23 abr. 2021.

SHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1946.

SILVA, E. S. *Dinâmica socioespacial do comércio popular de confecção no centro de Fortaleza*. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SILVA, G.; COCCO, G. (org.). Introdução. In: *Cidades e portos: os espaços da globalização*. Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, J. B. da. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, S. de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

SILVA, J. B. da. A região metropolitana de Fortaleza. In: CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C.; SILVA, J. B. da. (org.). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

SILVA, J. B. da. Adeus Sudene, que saudade de Celso Furtado. *Mercator*, Fortaleza, v. 8, n. 17, 2009.

SILVA, J. B. da. Características gerais da região metropolitana de Fortaleza. In: DANTAS, E.; COSTA, M. C. L. (org.). *Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC, 2009a. (Coleção Estudos Geográficos, 4)

SILVA, J. B. da. Formação territorial urbana. In: DANTAS, E. W. C.; SILVA, J. B. da; COSTA, M. C. L. (org.). *De cidade a metrópole: (trans) formações urbanas em Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC, 2009b. (Coleção Estudos Geográficos, 3)

SILVA, J. B. da. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In: ZANELLA, M. E. Z.; MEIRELES, A. J. de A. (org.). *Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SILVA, J. B. da. O algodão no processo de organização do espaço. In: SOUSA, S. (org.). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC/Fundação Demócrito Rocha, 1994.

SILVA, J. B. da. O mercado de trabalho e a cidade brasileira. In: VALENÇA, M. M. (org.). *Cidade (i)legal*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

SILVA, J. B. da. Os becos da cidade. *O Povo*, Fortaleza, 8 maio 2010.

SILVA, J. B. da. *Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. Fortaleza: Multigraf, 1992.

SILVEIRA, M. L. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. *Território, globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1998.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SISTEMA OCB. *Ramos do cooperativismo*. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/publicacao/57/ramos-do-cooperativismo>. Acesso em: 23 ago. 2022.

SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUSA, E. *Álbum do Jaguaribe*. Belém: Gráfica Amazônia, 1922.

SOUZA, M. A. A. de. Reconstituo a história da região metropolitana: processo, teoria e ação. In: SILVA, C. A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. de (org.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

SPOSITO, M. E. B. Industrialização e urbanização. In: *Capitalismo e urbanização*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SPOSITO, M. E. B. Formas espaciais e papéis urbanos: as novas qualidades da cidade e do urbano. *Cidades: Revista Científica*, v. 7, n. 11, 2010.

STEIN, S. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Título original: *The brazilian cotton manufacture – textile enterprise in an underdeveloped area: 1850-1950*. Cambridge: Harvard Press, 1957.

SUZIGAN, W. A industrialização de São Paulo: 1930-1945. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 3, 1971.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

TAKEYA, D. *Europa, França e Ceará: as origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: UFRN, 1995.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importação ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. de (org.). Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? *In: Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1996.

TELES, G. A. *Dinâmicas metropolitanas contemporâneas: Caucaia da região metropolitana de Fortaleza*. 2005. 176 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico Profissional) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho! (Reflexões Preliminares). *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. VI, n. 119 (5), ago. 2002. (Número extraordinário dedicado al IV Coloquio Internacional de Geocrítica).

THOMAZ JÚNIOR, A. *Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade?* *Revista Pegada*, São Paulo, v. 1, n. 1, set. 2000.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/ Lincoln Institute, 1998.

VIRGÍNIO, J. H. S.; MOTA, K. N. S. *Tecendo a memória do Aracati: fábrica Santa Thereza*. Artigo elaborado como pré-requisito à avaliação parcial na disciplina Museologia, Urbanismo e Desenvolvimento Cultural, 2010.

SITES:

<http://www.portaldaindustria.com.br>. Acesso em: 23 abr. 2021.

<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/trabalho/industria-precisara-de-72-milhoes-de-tecnicos-ate-2015-/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

<https://exame.com/negocios/exame-premia-as-melhores-empresas-de-cada-setor-em-2013/>. Acesso em: 7 abr. 2021.

<https://issuu.com/exame/docs/mm2006>. Acesso em: 13 nov. 2021.

<https://www.vicunha.com.br>. Acesso em: 5 nov. 2021.

Visite nosso site:
www.imprensa.ufc.br



Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará – UFC
Av. da Universidade, 2932 – Fundos – Benfica
Fone: (85) 3366 7485 / 7486
CEP: 60020-181 – Fortaleza – Ceará
imprensa@proplad.ufc.br



Alexandra Maria Vieira Muniz

Alexandra Maria Vieira Muniz é professora adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (2014.2), mestra em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (2004), bacharel (2001) e licenciada (2006) em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará e pesquisadora da Rede Observatório das Metrôpoles – Núcleo Fortaleza (Lapur). Tem experiência na área de geografia, com ênfase em geografia urbana e industrial, tendo atuado principalmente nos seguintes temas: reestruturação produtiva e espacial; planejamento, economia urbana e mercado de trabalho. Atualmente desenvolve atividades com ênfase nas temáticas: reestruturação produtiva e espacial e dinâmica urbano-industrial na economia metropolitana, bem como agroindústria de alimentos e circuitos espaciais da produção; comércio e serviços associados a atividade industrial têxtil e confeccionista e sua influência na reestruturação urbana; indústria da construção, especulação imobiliária e refuncionalização de espaços industriais; economia urbana e as relações entre os circuitos superior e inferior.

ISBN 978-85-7485-394-9



9 788574 853949